

MESTRADO EM LINGUÍSTICA

Género gramatical: Uma perspetiva diacrónica

Sofia Pinho-Silva

M

2024



Sofia Pinho-Silva

Género gramatical: Uma perspetiva diacrónica

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Linguística, orientada pela Professora
Doutora Maria Clara Barros

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

(...) ainda hoje verificamos que, na descrição, se coloca o masculino em primeiro plano e, em parágrafo à parte (...) a formação do feminino, como se este se limitasse a ser extraído do masculino tal como, na Génese bíblica, Eva terá sido criada a partir de uma costela de Adão

Maria Carmen Gouveia

Language doesn't exist to oppress us – it exists to promote the clarity of expression

John Green

Mas a nós que não somos apóstolos da fé, nem super-homens, só nos resta, se é que o posso dizer, fazer batota com a língua, trapacear a língua. Esta trapaça salutar, esta esquivança, este logro magnífico que permite conhecer a língua no exterior do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem

Roland Barthes

Sumário

Declaração de honra / <i>Declaration of Honour</i>	6
Agradecimentos	7
Resumo.....	9
Abstract	10
Índice de Figuras	11
Índice de Tabelas.....	11
Índice de Gráficos.....	11
Lista de abreviaturas e siglas.....	12
Introdução.....	13
1.Gênero na gramaticografia	16
1.1. Gênero gramatical na tradição greco-latina.....	16
1.1.1. Categorias em que o gênero está presente.....	17
1.1.2. Número e identificação de gêneros.....	18
1.1.3. Gênero fixo e gênero variável.....	19
1.1.4. Terminologia	20
1.1.5. Como identificar o gênero?	21
1.1.6. O debate da natureza e convenção	22
1.1.7. Forma, gênero gramatical, e correspondência semântica	23
1.1.8. Sumário	25
1.2. Gênero gramatical na gramaticografia portuguesa dos séculos XVI-XVIII	25
1.2.1. Categorização do gênero gramatical	26
1.2.2. Definição	27
1.2.3. Classes de palavras com gênero	28
1.2.4. Número de gêneros	29
1.2.5. Como identificar o gênero?	30
1.2.6. Abordagem da concordância com gêneros diversos.....	32
1.2.1. Sumário.....	32
1.3. Gênero gramatical na investigação contemporânea	34
1.3.1. Definição	34
1.3.2. Forma, semântica e arbitrariedade	35
1.3.3. Identificação de gêneros.....	41

1.3.4. Subcategorias dos nomes	43
1.3.5. Flexão ou derivação?	45
1.3.6. Marca	45
1.3.7. Sumário	47
1.4. Considerações finais	48
2. Variação diacrónica do género gramatical em português	49
2.1. Do latim ao português antigo	49
2.2. Do português antigo ao português moderno	54
3. Estratégias de resistência e inclusão linguística no português contemporâneo	63
3.1. Discriminação na língua (e na linguística)	63
3.1.1. Masculino genérico	64
3.1.2. (Im)parcialidade da ciência	67
3.1.3. Mudança linguística como resposta	68
3.2. Feminização linguística	71
3.3. Linguagem inclusiva	73
3.3.1. Apresentação dos guias	73
3.3.2. Análise dos guias	76
3.3.3. Uso da linguagem inclusiva	82
3.4. Género neutro	85
3.4.1. Apresentação dos guias	86
3.4.2. Análise dos guias	88
3.4.3. Uso do género neutro e oposição	92
3.5. Considerações finais	103
Conclusão	107
Referências Bibliográficas	109
Anexos	114

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização da presente dissertação.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to work on and write this dissertation.

Porto, 2024

Sofia Pinho-Silva

Agradecimentos

Devo um enorme agradecimento à minha família: aos meus avós, pelo amor, confiança inabalável em mim, e pelas refeições deliciosas; aos meus tios por me apoiarem, ao meu primo pelos concertos e fofocas, à minha prima por partilhar o seu entusiasmo comigo; ao meu segundo padrinho, o Gigante da Família, pelos livros, quadros e carinho. Acima de tudo, aos meus pais, Dora e Pedro, pelo apoio financeiro, emocional e pelas dicas que só quem já escreveu e leu mais artigos científicos do que eu posso sequer imaginar podia dar.

Estou grata às pessoas que me acompanharam durante o meu percurso na FLUP, que são a família que escolhi: ao Nuno, Oliv, Mafi e Matty, pelos almoços e sessões na biblioteca, e pelo apoio que me deram ao longo destes anos; a Ariel, por me levar ao *Agrocuir* e porque estava comigo em Compostela quando decidi o tema desta dissertação; ao Pedro Claro e à Inês Beleza, por todos os cafés que partilhámos, e à Rita por me ter oferecido tantos deles; ao Tiago Marques, pela ajuda informática e por todas as histórias e jogos; ao segundo Nuno (que, temporalmente, foi o primeiro), por passar comigo o *mortifying ordeal of being known*, e pelos minerais; à Ana Cunha e à Mafalda Banquart (um beijinho para elas!), por serem as amigas que eu cresci a sonhar um dia vir a ter – e por me provarem que, para encontrar comunidade, só preciso de fazer referências vagas a *queerness* no *Mulheres no Discurso*; e ao Rod, pelos melhores abraços, por ouvir com entusiasmo cada vez que falo do livro que estou a ler, e por se rir sempre que compro um novo.

Quero ainda expressar todo o meu amor e carinho pelo Paulo Brás e pelo Ricardo Braun, pelas sessões de 2ª feira, *newsletters*, recomendações, pelos livros que me venderam e por todos os outros que me deixaram consultar. Espero que a Livraria continue aberta durante muito tempo.

Agradeço ao corpo docente do Mestrado em Linguística, em especial ao Professor Doutor Rogélio Romeo pela ajuda com bibliografia sobre gramaticografia portuguesa. Agradeço ainda à Professora Doutora Marta Várzeas pelo apoio com a secção sobre grego e latim. Não me esqueço, claro, da minha orientadora, Professora Doutora Maria

Clara Barros – a quem estou grata por acreditar no meu projeto e me orientar, apesar dos vários obstáculos que surgiram pelo caminho.

(Por fim, devo um grande obrigado ao John Darnielle, por ser a banda sonora mais consistente da minha vida e por me ter feito companhia durante a escrita desta dissertação. Sobrevivi a este ano –)

Resumo

Esta dissertação versa sobre o género gramatical numa perspetiva diacrónica. Interessamo-nos como o género gramatical foi descrito e prescrito ao longo dos séculos e como evoluiu no português.

Primeiro, pretendemos identificar as principais questões que têm sido colocadas sobre o género gramatical – desde a filosofia grega, até às investigações mais recentes – e sistematizar algumas das respostas que têm surgido.

Foi possível identificar que a relação entre a forma, a semântica e o género gramatical, foi a principal questão que tem vindo a ser discutida sobre o género gramatical.

Queremos ainda entender como o género gramatical foi evoluindo dentro do português. Descrevemos algumas mudanças que ocorreram, desde o latim ao português contemporâneo, a partir de fontes como gramáticas históricas e o Corpus do Português.

O género neutro latino não perdura no português. Mesmo dentro do português, o género das palavras não se manteve sempre estanque, e foram surgindo novas formas, através, por exemplo, da analogia (Said Ali, 1964).

Por fim, explicamos as mais recentes intervenções no português. Distinguimos três tipos de estratégias de inclusão linguística, que surgem em resposta aos problemas do masculino genérico e à falta de meios para fazer referências a pessoas não-binárias sem lhes atribuir nem o masculino nem o feminino.

A feminização linguística engloba dois tipos de subestratégias, ambas raras em PE. A linguagem inclusiva é a mais aceite das três, por usar recursos já presentes no português para fazer referências genéricas, mas não é aplicável em todos os contextos. O género neutro (não-binário) consiste na tentativa de introdução de um terceiro género no português. Não se limita ao sistema pronominal, mas depende ainda de novas desinências, determinantes e novo léxico. É usado ainda de forma irregular, e por um grupo restrito de falantes, sobretudo jovens, *queer*, ou instituições que tenham em mente esse grupo demográfico.

Palavras-chave: género gramatical, variação diacrónica, mudança linguística deliberada, género neutro não-binário, linguística queer

Abstract

This dissertation looks at grammatical gender from a diachronic perspective. It aims to understand how grammatical gender has been both described and prescribed throughout the ages, as well as how it has evolved in Portuguese.

In the first place, the dissertation intends to identify the most prominent questions that have been asked about grammatical gender – from the philosophers of Ancient Greece to more recent linguistic researchers – and to systemize some of the results which have been achieved. It has been possible to ascertain that the relationship between form, semantics and grammatical gender was the principal question discussed with regard to grammatical gender.

It is also the intention of the study to understand how grammatical gender has evolved in Portuguese. Based on historical grammars and the ‘Corpus do Português’, some of the changes are described that have taken place between Latin and contemporary Portuguese. Neuter in Latin does not endure in Portuguese. Even the genders of certain words have changed, and new linguistic forms have appeared, some of which through analogy (Said Ali, 1964).

Finally, recent conscious changes in Portuguese are examined. The study differentiates between three styles of linguistic inclusion: these emerge as a response to the problem of the generic masculine and lack of the possibility of referring to non-binary people in Portuguese using neither the masculine or feminine gender forms. Linguistic feminization encompasses two different strategies, both of which are rare in PE. Inclusive or gender-neutral language is the most accepted of the three styles, since it reuses and adapts features already present in the language to make generic references: it is not, however, universally applicable. (Non-binary) neuter is an attempt to introduce a third grammatical gender into Portuguese. Other than pronouns, it depends heavily on new linguistic forms such as new endings, determinants, and even new words. It is still used irregularly and by a very specific demographic, made up mostly of younger members of the queer community and institutions which hope to appeal to them.

Key-words: grammatical gender, diachronic variation, deliberate linguistic change, non-binary neuter gender, lavender linguistics

Índice de Figuras

FIGURA 1 – EXEMPLOS DO TESTE DAS CLASSES DE CONCORDÂNCIA.....	42
FIGURA 2 – O USO DA LINGUAGEM E A (DES)CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS	79
FIGURA 3 – A HIERARQUIA DA CONCORDÂNCIA.....	100

Índice de Tabelas

TABELA 1 – COMPARAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM DO GÊNERO EM 5 AUTORES GRECO-LATINOS	25
TABELA 2 – COMPARAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM DO GÊNERO EM 6 GRAMÁTICAS.....	33
TABELA 3 – CORRESPONDÊNCIA ENTRE TEMA E DECLINAÇÕES LATINAS.....	50
TABELA 4 – DECLINAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS ‘ILLE’, ‘ILLA’, ‘ILLUD’	52
TABELA 5 – COMPARAÇÃO DE USOS DE LINGUAGEM	76
TABELA 6 – FREQUÊNCIA DE TERMOS NA TRADUÇÃO DE LEGISLAÇÃO EUROPEIA PARA PE	82
TABELA 7 – COMPARAÇÃO ENTRE PROPOSTAS DIVERGENTES DE GÊNERO NEUTRO	87

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – PARADIGMAS MORFOLÓGICOS CONECTADOS AO GÊNERO LINGUÍSTICO NO PORTUGUÊS	39
GRÁFICO 2 – PANORAMA GERAL DO GÊNERO LINGUÍSTICO NO PORTUGUÊS	39
GRÁFICO 3 – RELAÇÃO ENTRE GÊNERO LINGUÍSTICO E DECLINAÇÕES LATINAS.....	50
GRÁFICO 4 – USO DOS TERMOS ‘PASTOR’ E ‘PASTORA’ AO LONGO DOS SÉCULOS	55
GRÁFICO 5 – USO DOS TERMOS ‘SENHOR’ E ‘SENHORA’ AO LONGO DOS SÉCULOS.....	56
GRÁFICO 6 - USO DOS TERMOS ‘HÓSPEDE’ E ‘HÓSPEDA’ AO LONGO DOS SÉCULOS	57
GRÁFICO 7 – USO DOS TERMOS ‘MESTRE’ E ‘MESTRA’ AO LONGO DOS SÉCULOS	57
GRÁFICO 8 – USO DOS TERMOS ‘POETA’ E ‘POETISA’ AO LONGO DOS SÉCULOS	58
GRÁFICO 9 – USO DOS TERMOS ‘JUIZ’ E ‘JUÍZA’ AO LONGO DOS SÉCULOS	59
GRÁFICO 10 – USO DOS TERMOS ‘PARENTE’ E ‘PARENTA’ AO LONGO DOS SÉCULOS	60
GRÁFICO 11 – USO DOS TERMOS ‘COVARDO’, ‘COVARDA’ E ‘COVARDE’ AO LONGO DOS SÉCULOS.....	61
GRÁFICO 12 – USO DOS TERMOS ‘RUDO’, ‘RUDA’ E ‘RUDE’ AO LONGO DOS SÉCULOS	62

Lista de abreviaturas e siglas

CEFLUP	COMISSÃO DE ÉTICA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
FLUP.....	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
GO	GOOD OMENS (2019-)
LGBT	LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANS(GÉNERO)
LND	LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA DIRETA
LNI	LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA INDIRETA
PB	PORTUGUÊS DO BRASIL
PE	PORTUGUÊS EUROPEU
RAE	REAL ACADEMIA ESPAÑOLA
SIGARRA	SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO AGREGADA DE RECURSOS E REGISTOS ACADÉMICOS
TOH.....	THE OWL HOUSE (2019-2023)
UE	UNIÃO EUROPEIA
UP	UNIVERSIDADE DO PORTO
UQSPS	UM QUARTO SÓ PARA SI (2023)
VARSUL	VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Introdução

O género gramatical é uma categoria formal de algumas línguas, inclusive do português. Todos os nomes têm um (ou mais) género(s) e, através da concordância, outros elementos do enunciado adaptam-se a esse género. Exemplificaremos com a palavra ‘(o) animal’ (masculina), em que sublinhamos os elementos que entram em concordância com ela: O meu animal de estimação é muito fofo.

Como dissemos, todos os nomes têm, pelo menos, um género. Isso inclui objetos, conceitos, profissões, animais, plantas, etc. Apenas uma pequena percentagem dos nomes tem referentes sexuais. Mesmo os que têm, o seu género gramatical nem sempre corresponde perfeitamente ao sexo (ou género) do referente. Referimo-nos a casos como nomes epicenos ‘(o) polvo’ (masculino), usada para espécimes de ambos os sexos, e especificados lexicalmente se necessário: ‘(o) polvo-macho’ (masculino) e ‘(o) polvo-fêmea’ (feminino)¹. Porém, pares como ‘(o) aluno’ / ‘(a) aluna’, ‘(o) gato’ / ‘(a) gata’ e ‘(o/a) estudante’ mostram que há alguma relação entre género gramatical e o sexo ou género (social) dos referentes². É relevante, então, explicar o que é género (social) e como ele se relaciona com a linguagem.

Género é uma construção social que inclui categorias como ‘homem’ e ‘mulher’. Porém, Butler (2004) realça que ver o género como um binómio estrito é uma regulação artificial e redutora. Judith Butler sugere ainda que a identidade de um sujeito – bem como o seu género – são construídos performativamente (Butler, 1999). Por outras palavras, certos atos, gestos, desejos e discursos são socialmente associados a um género, e um sujeito aprende-os, interioriza-os e só assim se passa verdadeiramente a inserir no género em questão.

¹ Por contrições administrativas e de tempo, excluímos da presente investigação um inquérito que ia testar e recolher usos de género gramatical menos padrão com falantes. Uma das questões tinha que ver com a aceitabilidade de formulações como ‘a polvo-fêmea’ ou ‘a polva’ – o que poderia indicar alguma instabilidade do *status* de epiceno desse (e potencialmente, de mais) nomes epicenos.

² McConnell-Ginet (2014) propõe que, além do sexo do referente, importam (ainda mais) as noções socioculturais sobre género e sexualidade. Exemplos disto são o uso ocasional do feminino (genérico) por homens gay (Cameron, 2005; McConnell-Ginet, 2014) e mesmo a variação de género por algumas pessoas trans (Livia, 1997). Daí, McConnell-Ginet defende que o termo “género nocional” (em vez de “natural”) seria mais adequado. É também por isto que, ao longo do presente documento, optámos por referir “sexo” no caso referentes [+animados, -humanos] e “género (social)” no caso de referentes [+humanos].

Em *Corpos que Contam*, Butler aprofunda a discussão sobre a relação entre o discurso e a identidade.

Onde existe um «eu» que enuncia ou fala produzindo um efeito no discurso, existe primeiro um discurso que antecede e viabiliza o «eu», que forma na linguagem a trajetória [sic] restritiva da sua vontade. Logo, não há nenhum «eu» *anterior* ao discurso que execute a sua volição ou vontade no discurso. (...) Só posso dizer «eu» na medida em que primeiro se me dirigiram, e nisto se mobilizou o meu lugar no discurso; paradoxalmente, a condição discursiva do reconhecimento social *precede e condiciona* a formação do sujeito: o reconhecimento não é atribuído ao sujeito, mas forma-o. (Butler, 2023, pp. 316–317)

Assim, não basta um sujeito comportar-se segundo padrões de um género, mas ser reconhecido como tal, e o primeiro reconhecimento está no discurso.

Le Guin (2022) explica o mesmo, usando o exemplo de uma das suas obras de ficção científica, *The Left Hand of Darkness*, passada no planeta fictício Gethen, que é populado por seres antropomórficos andróginos. A autora escreve, sete anos após a publicação do romance que “a falha central nesta área surge nas críticas frequentes que recebo, de que os gethenianos parecem homens, em vez de homens-mulheres” (Le Guin, 2022, p. 71). Atribui isto ao facto de ter usado ‘he’ para se referir às pessoas que habitam Gethen. Diz ainda³:

Chamo os gethenianos de «he» porque me recuso totalmente a distorcer o Inglês ao inventar um pronome para «he/she». [*Esta «recusa total» (...) entrou totalmente em colapso, alguns anos mais tarde (...)*] «He» é um pronome genérico em inglês, raios! (Tenho inveja dos japoneses, que, segundo me disseram, têm um pronome para ele/ela) Não considero isto realmente importante. [*Agora, considero isto muito importante.*] Os pronomes não teriam nenhuma importância se tivesse sido mais inteligente a mostrar a dimensão «feminina» dos personagens gethenianos em acção. [*Se tivesse percebido como*

³ Sendo este texto uma revisão de um anterior (1976), os acrescentos, datados de 1987, surgem em itálico e entre parêntesis retos, estilo que mantemos na citação.

os pronomes que usei moldaram, direccionaram [sic] e controlaram o meu próprio pensamento, poderia ter sido «mais inteligente».] (Le Guin, 2022, pp. 73–75)

Percebemos, então, que, apesar de o género gramatical não estar presente apenas em palavras relacionadas com a Humanidade, há uma relação entre a categoria social de género e a categoria gramatical homónima.

Este tema será abordado, direta e indiretamente, ao longo de toda a dissertação: desde a descrição e prescrição do género gramatical ao longo dos séculos (desde a tradição filosófica e gramaticográfica greco-latina, até à investigação linguística das últimas décadas), no capítulo 1; à motivação para novas formas linguísticas surgirem ao longo da História do Português, no capítulo 2; até, por fim, as (tentativas de) mudança linguística que começaram a popularizar-se na década de 1970, e que têm tido um desenvolvimento invulgar e interessante na última década, no capítulo 3.

1. Género na gramaticografia

Este capítulo enquadra-se na área da história da linguística, definida por Law (2003) como “the discipline which investigates what people thought about language long before we were born”, sendo o objeto de estudo:

the various forms which the discipline we call ‘linguistics’ took in the past, with the diverse ideas that past thinkers had about language, and with the texts in which they recorded their ideas. (Law, 2003, p. 2)

Focamo-nos em 3 recortes temporais, de dimensão variada. Começamos por analisar, em 2.1, obras filosóficas e gramáticas gregas e latinas (compreendidas entre os séculos V a.C. a V d.C.); na secção 2.2 comparamos as abordagens do género gramatical de gramáticas do português (de 1536 a 1786); por fim, em 2.3, analisamos textos mais recentes que debatem a questão do género gramatical (da segunda metade do século XX até ao presente). Identificamos tópicos e debates comuns que vão surgindo ao longo das várias obras, muitas separadas por mais de um milénio.

1.1. Género gramatical na tradição greco-latina

Para conseguirmos obter uma visão suficientemente abrangente do conceito de género gramatical, não pretendemos centrar-nos exclusivamente no português. Pelo contrário, interessa-nos recuar ao latim, a língua que lhe deu origem. Mais ainda, convém-nos verificar o que os latinos e, antes deles, os gregos, pensavam sobre este tema. O interesse em textos filosóficos e gramaticais gregos é justificado pelo facto de estes terem criado parte da terminologia ainda hoje aplicada, bem como por terem levantado diversas questões a que ainda hoje tentamos responder – como a correlação ou discrepância entre o género de um nome e a sua forma e significado e a atribuição de género a nomes referentes a objetos não-animados (Kilarski, 2013, p. 60).

Herdámos da Antiguidade a terminologia que ainda usamos hoje sobre género, e até a ordenação dos géneros (Corbeill, 2015, p. 7). Tal como os gregos e latinos, costumamos enumerá-los da seguinte forma: 1 – masculino, 2 – feminino e 3 – neutro; mas nunca

como: 1 – neutro, 2 – masculino e 3 – feminino, ou 1 – feminino, 2 – masculino e 3 – neutro.

Nesta secção, abordaremos questões que filósofos e gramáticos dos séculos V a.C. a V d.C. colocaram e às quais procuraram responder; mais especificamente em que classes gramaticais o género está presente, o número de géneros e categorias relacionadas, como identificar o género de uma palavra e, por fim, a (suposta) relação entre o género gramatical, a estrutura formal da palavra e o sexo do referente. Para tal, consultámos traduções de textos clássicos como *Crátilo* de Platão, *Poética* de Aristóteles, *De lingua latina* de Varrão, *Ars Grammatica* de Donato, mas também Kilarski (2013), obra fundamental para sistematizarmos e compararmos as perspetivas de gramáticos e filósofos a cujas obras não tivemos acesso direto. Terminamos com uma tabela comparativa que resume as posições dos cinco autores mais relevantes quanto aos temas discutidos.

1.1.1. Categorias em que o género está presente

O género gramatical é associado a classes gramaticais diferentes por diferentes autores. Se Aristóteles (século IV a.C.), na *Poética*, refere apenas o género dos nomes (Aristóteles, 1998, p. 135), gramáticos latinos como Varrão (século I a.C.) e Donato (século IV d.C.), e mesmo um gramático grego, Apolónio Díscolo (século II d.C.), falam do género de outras classes (além do nome). Varrão (2019, p. 513) refere que tanto nomes como pronomes se dividem por género, número e caso. Além dessas duas classes, Donato menciona ainda a dos participios (Dezotti, 2011, p. 123). No caso do grego, Apolónio Díscolo menciona o género de pronomes e artigos (Lacotiz, 2020). Pelo contrário, o latino Quintiliano (século I d. C.) refere brevemente o género, falando apenas dos nomes (Quintiliano, 1920, I.4.23). Na realidade, a ligação do género gramatical predominantemente à categoria dos nomes perpetuou-se por séculos, como veremos em 1.2.3.

1.1.2. Número e identificação de gêneros

Tanto em grego como em latim, existiam, pelo menos, 3 gêneros: masculino, feminino e neutro. O gênero era tido como um “acidente” (divisão concetual) de certas classes de palavras (Dezotti, 2011, pp. 108, 111, 123; Varrão, 2019, 8.46), mas a forma como esta categoria era subdividida não foi estanque. Na realidade, apesar de os 3 gêneros acima referidos serem geralmente reconhecidos, autores há que mencionam o gênero comum (e ainda o epiceno).

Dionísio, o Trácio (séculos II-I a.C.) refere-os de passagem, dizendo que “alguns” acrescentam esses gêneros aos outros 3 (que devem, portanto, ser considerados “principais”) (Dionísio, o Trácio, 1874, p. 8). Kilarski (2013, p. 70) nota que nomes epicenos⁴ e de gênero comum⁵ são separados por terem um padrão de concordância distinto dos restantes.

Quintiliano afirma, igualmente, que os nomes têm 3 gêneros, e que alguns nomes são comuns de dois ou de três (Quintiliano, 1920, I.4.23). Quanto ao epiceno, que define como um nome que com um gênero apenas (independentemente de qual), indica dois (masculino e feminino), o autor considera-o uma irregularidade – e não um gênero propriamente dito (Quintiliano, 1920, p. I.4.24).

Apolónio Díscolo (século II d.C.) refere os gêneros masculino, feminino e neutro, entendendo este último como a “ausência” dos outros dois (Lacotiz, 2020, p. 159).

Pelo contrário, Donato, na sua Arte Menor, refere 4 gêneros dos nomes – masculino, feminino, neutro e comum – antes ainda de acrescentar outros – universal e epiceno (Dezotti, 2011, p. 109). Atentemos na seguinte passagem:

Os gêneros dos nomes são quantos? Quatro. Quais? Masculino, como *hic magister*; feminino, como *haec Musa*; neutro, como *hoc scamnum*; comum, como *hic* e *haec sacerdos*. Há ainda o de três gêneros, chamado de universal,

⁴ Nomes epicenos, como “o pardal” ou “a águia” (exemplos usados por Donato) fazem referência a indivíduos de ambos os sexos com apenas um gênero gramatical. No português, sendo preciso especificar o sexo, mesmo que oposto ao do gênero gramatical, acrescenta-se apenas “macho” ou “fêmea”, como “o pardal macho” e “o pardal fêmea”. Geralmente, o termo ‘epiceno’ está associado apenas a animais.

⁵ Nomes de gênero comum (ou comum de dois), como “estudante” ou “artista” mantêm a forma mas alteram a concordância dependendo do gênero do referente, como em “o estudante” e “a estudante”.

como *hic* e *haec* e *hoc felix*, e também o epiceno, isto é, indistinto, como *passer*, *aquila*. (Dezotti, 2011, p. 109)

Estes exemplos mostram que, ao contrário das palavras masculinas, femininas e neutras, os nomes comum e universal (ou comum de três) aceitam concordância com determinantes de mais do que um gênero, e adquirem, nesse contexto, o gênero correspondente.

Apesar disso, no segundo volume da Arte Maior, Donato demarca que os gêneros “principais, para não dizer os únicos [são] masculino e feminino” e afirma que “o neutro e o comum nascem de ambos” (Dezotti, 2011, p. 142).

De facto, já Varrão havia falado de uma relação mais próxima entre o feminino e o masculino do que entre qualquer desses e o neutro (Varrão, 2019, 9.59). Kilarski (2013, p. 80) aborda um comentário posterior (do século IV), escrito por Sérgio, que se baseia numa das nomenclaturas adotada por Varrão (‘genera’) para defender que os gêneros ‘naturais’ são o feminino e o masculino (por se aplicarem a seres que se distinguem sexualmente e que geram prole). Corbeill (2015, pp. 20–21) refere uma interpretação semelhante, de Pompeio (século V). Este gramático acreditava que apenas os gêneros masculino e feminino podiam ser verdadeiros (ou naturais), sendo os restantes atribuídos arbitrariamente e não necessariamente corretos (num sentido absoluto). Assim, o gênero de objetos seria criado pela autoridade/tradição, não sendo tão genuíno ou verdadeiro. Esta questão será abordada mais adiante, em 1.1.6.

1.1.3. Gênero fixo e gênero variável

Varrão destaca que, apesar de haver 3 gêneros, não há 3 formas de todas as palavras: algumas têm 2 (masculino e feminino, como ‘ceruus’ e ‘cerua’), e outras ainda têm apenas uma (Varrão, 2019, p. 513).

Mais tarde, Donato trata o mesmo problema, dizendo, na Arte Maior (volume II):

Por fim, dos nomes há gêneros fixos e gêneros variáveis. Fixos são os que não podem se flexionar em outro gênero, como *mater*, *soror*, *pater*, *frater*. Já os variáveis, ou são próprios e fazem dois gêneros, como *Gaius Gaia*, *Marcus*

Marcia, ou são apelativos e fazem três, como *bonus bona bonum, malus mala malum*. (Dezotti, 2011, p. 79)

Isto, junto com o entendimento que Donato tem do gênero ‘incerto’⁶ (“há nomes de gênero incerto entre masculino e feminino, (...) nomes de gênero incerto entre masculino e neutro, (...) e nomes de gênero incerto entre feminino e neutro” (Dezotti, 2011, pp. 142–143)) parece implicar que há um *continuum* de gênero, como refere Kilarski (2013, p. 79), dentro do qual certas palavras se podem mover.

A divisão entre palavras de gênero fixo (ou invariável) e de gênero variável continua a ser tida em conta muitos séculos depois, como veremos em 1.3.4.

1.1.4. Terminologia

A própria terminologia usada nestas tradições interessa-nos, uma vez que pode refletir o entendimento que tinham dos conceitos tratados.

Aristarco da Samotrácia (século II a.C.) terá sido o primeiro gramático a reconhecer o gênero ‘comum’ – κοινόν (koinon) (Kilarski, 2013, p. 69). Dionísio, o Trácio, como vimos, também fala desse gênero (como ‘adição’ aos 3 universalmente aceites), e usa o mesmo termo (Kilarski, 2013, p. 60). Este conceito seria traduzido para latim como ‘commune’ (Kilarski, 2013, pp. 74–75), e continua em uso no português (apesar de não ser considerado um gênero *per se*).

Relativamente ao gênero epiceno – ἐπίκοινον (epikoinon), os latinos ora usam o empréstimo ‘epicoena’, como é o caso de Quintiliano e Donato, ou adotam o termo ‘promiscua’ (Kilarski, 2013, pp. 74–75). Ambos viriam a ser usados na gramaticografia portuguesa, por exemplo na *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Lobato (1770, p. 58).

Relativamente ao neutro, houve, pelo menos, três termos gregos que lhe faziam referência: σκεύη (skeuē) – objetos/coisas, usado por Protágoras (século V a.C.), como

⁶ Corbett (1991, p. 67) também refere nomes de gênero instável. Estes seriam palavras que aceitam mais do que um padrão de concordância, não mudando o seu significado. O padrão escolhido seria baseado no idioleto do falante. Cunha & Lindley Cintra (1996) chamam-lhes nomes de gênero vacilante e enumeram exemplos, dos quais transcrevemos alguns: ágape, alcíone, clã, diabetes, omoplata, soprano (p. 198).

reportado por Aristóteles (1926, III.5.5); μεταξύ (metaxy) – ‘intermédio’, usado por Aristóteles (1998, p. 135) na sua *Poética*; οὐδέτερον (oudeteron) – ‘nenhum dos dois’ (sendo os dois, claro, o masculino e o feminino), usado por Dionísio, o Trácio (Kilarski, 2013, p. 60–61). Segundo Kilarski (2013, p. 67), a mudança da terminologia utilizada (particularmente de Protágoras para Aristóteles) reflete um entendimento mais formal da língua. Aristóteles tinha consciência de que o género gramatical não refletia a natureza das coisas (Aristóteles, 2013, p. XXXII) e, poderá ter sido por isso que se afastou do termo σκεύη (mais associado a não-animados).

Nos comentários de Melo à sua tradução de *De Lingua Latina*, este faz referência ao uso indistinto de ‘uirīle’/ ‘mās’ e ‘muliebre’/ ‘fēmina’ para se referir ao género masculino e feminino, respetivamente (Varrão, 2019, p. 1066).

Varrão usa ainda ‘sexus’ (8.46) e ‘genus’ (9.57) de forma aparentemente indistinta, bem como usa os termos ‘mās’ e ‘fēmina’ tanto para o género de pessoas como para o nome do género gramatical. Isto não significa, porém, que o autor não distinga o conceito de sexo/género humano do género gramatical (como abordaremos em 1.1.7). Reflete, porém, que, há já muitos séculos, ambos os conceitos estão relacionados na mente dos falantes – e mesmo na dos gramáticos.

1.1.5. Como identificar o género?

O padrão de concordância é um conceito fundamental para o entendimento do género gramatical: Varrão defende que a identificação do género de uma palavra não se dá através da sua forma ou significado, mas pela maneira como é introduzida, através do artigo ou pronome (Varrão, 2019, 9.41–42).

Apolónio Díscolo admite que o artigo pode desambiguar o género de algumas palavras, mas defende, sobretudo, que o sentido do nome revela o seu género, como explica Lacotiz (2020):

Sobre a questão, o autor afirmou que seria preciso colocar um artigo diante de palavras cujo género fosse ambíguo e não o fazer diante de palavras cujo género fosse marcado por elas mesmas, como em: ὁ θεός (deus, precedido de artigo masculino), ἡ θεός (deus, precedido de artigo feminino); ὁ ἵππος (cavalo,

precedido de artigo masculino, ἡ ἵππος (cavalo, precedido de artigo feminino); mas não em γυνή (mulher), porque esta palavra já contém em si o sentido do gênero. (Lacotiz, 2020, p. 161)

Donato distingue, igualmente, os géneros a partir dos elementos que precedem o nome: ‘hic’ para o masculino, ‘haec’ para o feminino, ‘hoc’ para o neutro (Dezotti, 2011, p. 142).

Quintiliano, por outro lado, propõe que a comparação de nomes é que revela o seu género (Quintiliano, 1920, p. I.6.5), implicando que o género estaria dependente da forma da palavra.

1.1.6. O debate da natureza e convenção

Segundo Kilarski (2013, p. 61), uma parte importante do pensamento filosófico e gramatical na Grécia Antiga baseava-se na questão da relação entre a realidade e a linguagem. O autor resume este debate como 2 questões relacionadas: uma semântica e uma histórica. A questão semântica tem que ver com a relação entre os nomes e o seu significado; a histórica relaciona-se com a origem dos nomes (p. 62). Havia duas posições: os naturalistas defendiam que as categorias gramaticais refletiam a natureza dos objetos; os convencionalistas (ou nominalistas) discordavam, defendendo que a origem das palavras tem a ver com imposição e, por isso, não reflete os objetos de forma alguma.

Estas posições são discutidas no diálogo de Platão *Crátilo*, no qual Sócrates questiona e argumenta com Hermógenes e Crátilo.

Crátilo defende a posição naturalista e acredita que a função das palavras (nomes) é dar a conhecer a realidade correspondente, tendo por isso, de a representar fielmente (435e). Sócrates pondera que um nome pode ser visto como um instrumento de ensino e de categorização da realidade (388b-c). Sócrates deduz que, à semelhança de outros instrumentos, pode haver palavras mais adequadas a situações específicas (389c-390a) e que, portanto, algo as torna mais ou menos adequadas – possivelmente a natureza da coisa que representam (390d-e).

Pelo contrário, Hermógenes defende que as palavras são usadas segundo convenção e acordo entre os falantes (384d). Esta perspetiva explica o facto de diferentes

comunidades de falantes adotarem termos diferentes para a mesma coisa (385d-e). Também Sócrates encontra justificações para a visão convencionalista da linguagem: primeiro, as palavras *imitam* a realidade, não são a realidade (430a-b); segundo, se nem sequer conseguimos conhecer a realidade de forma absoluta (436b) e a própria realidade está em constante mudança (439e-440a), encontrar uma palavra que a reflita perfeitamente é impossível.

Este problema também foi discutido no que toca ao género gramatical, apesar de a maioria dos autores concordarem que os nomes e o seu género não são totalmente ‘naturais’.

Aristóteles (2013, p. XXXII) defende, nos *Elencos Sofistas*, que a palavra não é a coisa propriamente dita – podemos usar palavras diferentes (mesmo de diferentes géneros!), ou declinar a mesma em diferentes casos, e tal não altera a referência. Consequentemente, também o género deve ser convencional. Também Sexto Empírico (1949) questiona a “naturalidade” do género gramatical, em *Contra os Professores*. Usa como argumentos o facto de o género não ser universal (variando entre línguas e mesmo entre falantes da mesma língua), a não correspondência entre sexo e género gramatical (exemplificando com nomes de animais), e o facto de género gramatical ser aplicado a objetos (sem sexo).

Pelo contrário, Apolónio Díscolo realça o papel semântico do género gramatical (Lacotiz, 2020, p. 162). Kilarski (2013, p. 74) nota ainda que Amónio de Hérmiás (séculos V-VI d.C.) pretende explicar a atribuição de género a objetos não-animados através de propriedades de atividade ou passividade (associadas, respetivamente, ao masculino e ao feminino), o que parece uma maneira de refutar a ideia de que o género é atribuído arbitrariamente.

1.1.7. Forma, género gramatical, e correspondência semântica

A não-correspondência entre a forma de alguns nomes (relacionada com a sua declinação) e o género das entidades descritas por uma palavra implica uma distinção entre estes dois conceitos. Varrão usa a metáfora do vestuário para explicar este fenómeno, estabelecendo um paralelo: tal como um homem pode usar roupas de

mulher, um nome pode ter uma ‘aparência’ feminina e ser/referir-se ao masculino (Varrão, 2019, p. 10.27). Também Donato se refere a isto, dizendo que “há nomes masculinos no som e femininos no entendimento” (Dezotti, 2011, p. 142).

No comentário à passagem referida de Varrão, Melo explica que a forma dos nomes reflete a sua declinação, mas que o género está relacionado com os padrões de concordância (Varrão, 2019, p. 1211). Porém, apesar de as declinações não determinarem o género, sabe-se que certas declinações continham predominantemente palavras de um ou dois géneros. Por exemplo, a primeira declinação era sobretudo feminina, havendo exceções, como ‘nauta’, ‘poeta’, e ‘agricola’, que são palavras masculinas (Lourenço, 2019, p. 74), enquanto os nomes da 2ª declinação eram maioritariamente masculinos e neutros (p. 81).

Relativamente à correspondência entre o género gramatical atribuído a uma palavra e ao género da entidade significada, há vários pontos a ter em consideração: por um lado, Melo afirma que a atribuição de género a seres humanos geralmente segue o seu sexo (o que explica o género masculino em ‘agricola’, uma palavra da primeira declinação, que morfologicamente ‘deveria’ ser feminina), sendo as exceções mais óbvias ‘scortum’ e ‘mancipium’, ambas neutras, que, referindo-se respetivamente a prostitutas e escravos, eram entidades desumanizadas e objetificadas (Varrão, 2019, p. 1212).

Não há dúvida que parece haver, pelo menos, um grau de motivação semântica na atribuição de género a certos nomes (e adjetivos). Isto reflete-se mesmo na forma de algumas palavras, como nas que, pertencendo a uma declinação primariamente associada a um género distinto do sexo da entidade que representam, acabam por ser alteradas, para as duas classificações se alinharem, como vemos nos exemplos 42, 169 e 170 do Appendix Probi: “pauper mulier non paupera mulier”, “nurus non nura” e “socrus non socra” (Díaz, 1962).

Mais ainda, Varrão sugere que a motivação para a atribuição semântica do género se deve à sua ‘utilidade’ (Varrão, 2019, p. 9.56). Distinguir égua (‘equa’) de cavalo (‘equus’) é útil por esta espécie ser domesticada, daí faz sentido ter palavras diferentes para a fêmea e para o macho. Por outro lado, o sexo dos corvos é normalmente irrelevante, por isso basta o termo ‘coruus’. O exemplo das pombas é o mais interessante: o autor indica que antigamente se teria usado a palavra ‘columbae’ para pombas de qualquer

sexo, mas a partir do momento em que as domesticaram e precisavam de controlar a reprodução, se começou a distinguir ‘columba’ (pomba) de ‘columbus’ (pombo).

1.1.8. Sumário

Apresentamos, de seguida, uma tabela comparativa (tabela 1) que sintetiza as posições de 5 dos autores analisados quanto a várias temáticas discutidas. Escolhemos estes autores por serem aqueles cuja obra abrange mais aspetos dos temas estudados.

Tabela 1 – Comparação entre a abordagem do género em 5 autores greco-latinos

	Aristóteles (grego)	Varrão (latino)	Quintiliano (latino)	Apolónio Díscolo (grego)	Donato (latino)
Classes com género gramatical	Nomes	Nomes Pronomes	Nomes	Nomes Pronomes Artigos	Nomes Pronomes Particípios
Número de géneros	3	3	3	3	2(+2)
Critério de identificação do género	Formal	Concordância	Formal	Semântica Concordância	Concordância
Convenção/ Natureza	Convenção	Convenção (Natureza)	-	Natureza	-

1.2. Género gramatical na gramaticografia portuguesa dos séculos XVI-XVIII

Nesta secção, pretendemos realizar uma revisão da gramaticografia portuguesa no que respeita ao género gramatical. Seleccionámos 6 obras, do século XVI⁷ até ao século XVIII, a saber: a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira (1536), *Grammatica da lingua Portuguesa* de João de Barros (1540), o *Methodo Grammatical para todas as linguas* de Amaro de Roboredo (1619), as *Regras da Lingua Portugueza* de

⁷ Não analisámos obras anteriores porque as primeiras gramáticas do português são escritas e publicadas precisamente no século XVI.

Contador de Argote (1725), a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* de Antonio José dos Reis Lobato (1770) e o *Breve compendio da grammatica portuguesa para uso das meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa* de Francisca de Chantal Álvares (1786).

De modo a estabelecer uma comparação entre a abordagem dos vários autores, organizámos a secção em temáticas, algumas delas semelhantes às que abordámos em 1.1. Isto é plenamente justificado pelas primeiras gramáticas portuguesas se terem baseado nas latinas, que, por sua vez, se basearam nas gregas (Borges, 2013 *apud* Mäder, 2015, p. 59). Terminamos a secção com uma tabela comparativa que resume as principais conclusões.

1.2.1. Categorização do género gramatical

A categoria género gramatical é, pelo menos desde Aristóteles, fortemente associada à classe gramatical do nome. Isto nota-se, entre outras coisas, pela posição que ocupa nas gramáticas – é geralmente abordada no capítulo dos nomes, e as definições incluem os termos ‘nome’ ou ‘substantivo’, dos quais partem para explicar o género.

Oliveira (1536, cap. XLIV) apresenta o género e o número como declinações do nome. Do mesmo modo, Barros (1540, p. 5) inclui o género na enumeração dos acidentes do nome (na qual menciona ainda a qualidade, espécie, figura, número e declinação por casos). Estes autores incluem o género num conjunto (maior ou menor) de subdivisões presentes na categoria nome.

Tanto Roboredo (1619, p. 66) como Lobato (1770, p. 55) e Álvares (1786, pp. 5–6) apresentam o género como diferença entre nomes segundo o sexo (sendo que Álvares engloba ‘Deos’, ‘Anjos’ e ‘Demonios’ na categoria do sexo masculino). Nestes casos, o género é percebido como uma categoria semântica, presente particularmente nos nomes.

Por outro lado, Argote (1725, p. 178) expõe o género como “a accõmodação, que entre si guardão os substantivos, e adjetivos”, focando-se, portanto na concordância entre classes gramaticais (especificamente, entre nomes – substantivos e adjetivos), sendo, por isso, uma categoria sobretudo relacional.

1.2.2. Definição

Como estabelecemos na secção anterior, houve um contínuo debate sobre a natureza do género gramatical, sendo as duas posições defendidas que o género é ou totalmente baseado na semântica, ou completamente arbitrário. Apesar de apenas um dos autores analisados se referir diretamente a esta questão, as definições e explicações dadas pelos restantes permitem-nos inferir a sua posição.

As definições mais diretas que encontramos de género são baseadas na semântica (natureza)⁸, como a de Barros (1540, p. 9v): “GEnero [sic] em o nome, é hũa distinção per que conhecemos o mácho da femea e o neutro dambos”; a de Roboredo (1619, p. 66): “Genero do Nome he hua particular diferença segundo o sexo”; a de Lobato (1770, p. 55): “Genero he a differença, com que os nomes se distinguem huns dos outros, conforme o sexo, que significão”; e a de Álvares (1786, pp. 5–6): “Os nomes que se applicão aos homens, a Deos, aos Anjos, aos Demonios, e animaes masculinos, dizemos, que são do Genero masculino (...) Os que se applicaõ a mulheres, ou animaes femeas, &c. são do genero femenino”.

Isto não quer dizer, porém, que nenhum dos autores em análise tenha considerado que o género gramatical tivesse uma origem convencionada.

Roboredo (1619) aborda mesmo as duas perspetivas, afirmando que o género se baseia tanto na natureza como na convenção (‘Autoridade Humana’), como evidenciado pelas passagens “A Natureza he guia dos Nomes que significão Machos, & Femeas, & seus officios (...)” (p. 9) e “A Autoridade humana distribuio os outros Nomes per terminações (...)” (p. 10). Assim, o género basear-se-ia na natureza em nomes de seres vivos, sobretudo humanos e as suas ocupações; objetos teriam o seu género atribuído arbitrariamente.

Argote (1725) baseia a sua definição na concordância, portanto, oferece uma definição sintática. Relaciona ainda a declinação do artigo, que “[se] conhece pelo uso” (p. 9) com o género (p. 180). Mais ainda, os exemplos que apresenta são sobretudo conceitos ou objetos inanimados (louvor, rosa, monte, terra, campo) o que indica que a sua

⁸ Excetua-se a definição de Argote (1725).

perspetiva se afasta da naturalidade da atribuição do género aos nomes, aproximando-se antes da convenção.

Lobato (1770, p. 55) abre exceção à relação entre género gramatical e sexo, explicando que a concordância dos adjetivos justifica a atribuição ‘imprópria’ de um género a coisas que não são “macha[s], nem femea[s]”.

Álvares (1786, pp. 6–7) menciona a diferença de géneros atribuídos às mesmas coisas em línguas diferentes – admitindo algum nível de convenção, apesar da sua definição inicial, fortemente baseada na semântica.

Começa a surgir, porém, outra posição, uma mais formal: se a perspetiva convencionalista pressupõe que o género gramatical é imotivado, e a perspetiva naturalista defende que ele é semanticamente motivado, podemos considerar que uma visão formal concebe o género gramatical como motivado pela forma da palavra – no caso do português, a sua terminação.

Oliveira (1536, cap. XLIV) rejeita explicações de significado e associa certas terminações aos géneros (“as declinações dos generos são muitas e menos pa[ra] cõprêder porq[ue] posto q[ue] os nomes acabados em hũa letra qualquer sejam mais dhũ genero q[ue] doutro”), salvaguardando que há exceções.

Assim, estas três posições relacionam-se tanto com a definição de género, como com a forma de o identificar, que abordaremos mais adiante.

1.2.3. Classes de palavras com género

Como vimos, a classe nome está profundamente relacionada com o conceito do género gramatical. Isto não quer dizer, porém, que apenas nomes possam variar em/ter género. Além disso, é preciso ter em mente que, no contexto da gramaticografia portuguesa destes séculos, era comum juntar os substantivos e adjetivos na mesma classe – a dos nomes, pelo que é necessário ter atenção à terminologia usada por cada autor.

Oliveira (1536) refere-se ao ‘género dos nomes’ no capítulo XLIV, mas exclui os nomes denotativos e adjetivos (“porem em seu lugar e tempo diremos que os nomes ajetivos [sic] e denotativos não tẽ certo genero por si”), o que parece indicar que, da classe dos

nomes, apenas os substantivos (e pronomes – usa o exemplo ‘alguém, ninguém’) têm género (próprio). Também refere os artigos, dizendo que “na nossa língua diversificação ou varião a forma de sua voz em generos” (cap. XLIII).

Barros (1540) menciona género associado aos nomes (substantivos e adjetivos (p. 9v)), aos artigos (p. 12) e aos pronomes (p. 16).

Roboredo (1619), apesar de (como veremos mais adiante) considerar que as duas terminações possíveis dos adjetivos são determinantes para a categoria do género, nunca fala do género dos adjetivos – atribuindo género apenas a substantivos (p. 2).

Argote (1725), porém, considera que tanto substantivos como adjetivos têm género (aliás, a sua definição de género (p. 178) pressupõe concordância entre estas classes). Apesar de relacionar o género dos substantivos com a declinação (que, por sua vez, depende do artigo (p.9, 180)), não faz qualquer menção aos artigos (‘o’ e ‘a’) terem género, em si.

Lobato (1770), pelo contrário, chama aos artigos ‘o’ e ‘a’ masculino e feminino, respetivamente (p. 16). Tal como os restantes autores, considera que os substantivos têm género, mas diz que os adjetivos têm formas/terminações, não género (p. 55).

Álvares (1786) refere-se ao ‘género dos nomes’ (p. 5) e, apesar de, num momento anterior (pp. 3-4), falar de nomes substantivos e nomes adjetivos, parece-nos que, no que toca ao género, só se refere aos substantivos – uma vez que, quando fala de adjetivos, usa o termo ‘terminações’ (p. 7), como Lobato.

1.2.4. Número de géneros

Também relativamente ao número de géneros as obras gramaticográficas divergem: Oliveira (1536) e Barros (1540), apesar de não dizerem um número específico, mencionam mais de 3: o primeiro fala de 1) masculino – ex: moço, jardim, 2) feminino – ex: moça, flor, 3) indeterminado (“não neutro como o dos latinos”) – ex: isto, isso, aquilo, alguém, ninguém, 4) comum – ex: maior, menor, melhor, pior (Oliveira, 1536, cap. XLIV). Barros (1540) fala de masculino e neutro – que junta na mesma declinação, iniciada pelo artigo ‘o’ (p. 12), feminino, comum de dois – que inclui alguns pronomes pessoais, como ‘eu’, ‘tu’ e ‘de si’ (p. 16), e comum de três (que parece incluir apenas adjetivos – ex:

triste, alegre, forte (p. 9v). O neutro, segundo Barros (1540), inclui o nome das letras do alfabeto, “nomes verbaes que se fázẽ do infinitivo do presente tempo: como, o querer, o amár”, o nome relativo ‘ál’, (p. 10), e ‘isto’ (presumivelmente outros pronomes semelhantes estariam subentendidos) (p. 16).

Argote (1725, pp. 179–180) defende que existem 3 géneros em português: nos substantivos, apenas feminino e masculino; e ainda um terceiro género ‘comum’, só nos adjetivos.

Os restantes autores só consideram as categorias masculino e feminino como géneros propriamente ditos, embora tanto Lobato (1770, p. 57) como Álvares (1786, p. 7) façam referência a algo que outros autores chamariam ‘género comum’. Roboredo (1619) justifica a sua posição binária no que toca ao género gramatical recorrendo às formas dos adjetivos:

Os Substantivos na Portuguesa, ou saõ Masculinos, ou Femininos: na Latina ou saõ Masculinos, ou Femininos, ou Neutros: segundo as terminações dos Adjectivos, que na lingua houver; como na Portuguesa ha duas, como Alto, Alta: assi ha dous Generos. (Roboredo, 1619, p. 2)

1.2.5. Como identificar o género?

Ao longo das 6 obras analisadas, encontrámos três tendências relativas à maneira de identificar o género de uma palavra: ora pelo significado/semântica (associação ao sexo do referente), ora pela concordância com os artigos (relacional), ora pelas terminações (ou seja, pela sua forma). Nenhum dos autores adota apenas uma, mas antes apresenta sempre duas (ou mais) estratégias de identificação, como Barros (1540, p. 9v), que afirma “Nós [portugueses] ãõ somente conhecemos o nosso genero per significação como os latinos, mas per artigos, como os gregos” e passa a enumerar regras.

Começamos pelo critério semântico: Barros (1540, p. 9v) diz que “Todo nome que per sexo e conhecido, per elle será mácho ou femea: como, hómẽ e molher.”; também Roboredo (1619, p. 6) defende esta posição, alargando o escopo daquilo que é considerado ‘masculino’ e ‘feminino. Exemplificando, o masculino engloba “macho verdadeiro, ou fingido (...) & Nomes de officios de machos”. Lobato (1770, p. 56),

igualmente, associa o género masculino e feminino a coisas “macha[s]” ou “femea[s]”, respetivamente, ou nomes que ‘convenham’ (se apliquem) a esse género (ex: rei, rainha). Enumera ainda alguns nomes que são sempre masculinos, como ventos, mares, rios e meses (p. 57). Por fim, e como já vimos antes, Álvares (1786) introduz o próprio conceito de género através deste mesmo critério⁹, enfatizando a relação entre o género gramatical e o género/sexo do referente (abrindo a exceção, claro, para Deus, Anjos e Demónios – que são apresentados como masculinos).

Todos os autores analisados, com exceção de Álvares, recorrem à concordância com os artigos para identificar o género dos nomes, como verificável nas seguintes passagens: “ajudounos a natureza e uso da nossa lingua cõ os artigos os quaes sempre ou as mays vezes acompanhão os nomes cuja companhia declara os géneros desses nomes” (Oliveira, 1536, cap. XLIV); “Todo nome q se nã cõhece per significaçã e nã entra ã algũa destras regras: per este artigo, o, será masculino, e per este, á será feminino” (Barros, 1540, p. 10); “Este articulo, O,A que mostra o genero dos Substantivos commũs” (Roboredo, 1619, p. 47); “Masculinos saõ os que na declinação antes do nominativo tem o artigo O, assim como O monte, femininos os que tem o artigo A, assim que A terra; comuns os que tem hum, e outro artigo, assim como O fertil, e A fertil” (Argote, 1725, p. 180); “servem os artigos de sinal para mostrar o genero (...)” (Lobato, 1770, p. 25).

Por fim, as terminações das palavras também são usadas como tática de identificação do género. Esta estratégia formal (do paradigma morfológico), porém, é também a menos fortemente defendida, apesar de ser mencionada por Oliveira (1540), Roboredo (1619), Lobato (1770) e Álvares (1786): ao mesmo tempo que propõem algumas regras, e exemplificam, mencionam um número semelhante de exceções, ou referem mesmo que não há uma regra universal que possa ser aplicada a todos os casos. Também Argote (1725) menciona a terminação típica dos adjetivos: ‘o’ para os masculinos e ‘a’ para os femininos (p. 24), mas não faz qualquer menção a substantivos.

⁹ “Os nomes que se applicão aos homens, a Deos, aos Anjos, aos Demonios, e animaes masculinos, dizemos, que são do Genero masculino (...) Os que se applicaõ a mulheres, ou animaes femeas, &c. saõ do genero femenino” (Álvares, 1786, pp. 5–6)

1.2.6. Abordagem da concordância com géneros diversos

Por fim, queremos perceber como cada autor responde à problemática da concordância em situações em que dois nomes têm géneros diferentes. Curiosamente, apenas as gramáticas mais tardias abordam este tema – mesmo havendo uma breve menção acerca do tema em Roboredo (1619), o que é dito é apenas sobre o latim - “precedendo muitos Substantivos, concordará o seguinte Adjectivo com o Substantivo mais chegado, ou com o Substantivo de Género mais nobre, que fica mais afastado”. Assim, das 6 obras analisadas, só as do século XVIII, fazem referência à concordância (entre nomes e adjetivos) com géneros diversos em português.

Se Argote (1725, p. 190) e Álvares (1786, p. 39) se limitam a estabelecer que, no caso de um nome estar no masculino, e outro no feminino, a concordância com dois será feita no masculino, por este ser o ‘género nobre’, Lobato (1770, pp. 196–197) segue uma abordagem mais racionalista. Apesar de concordar que a concordância, nestes casos, se faz com o masculino, não crê que seja por este ser o género mais nobre. Passa a explicar, usando o seguinte exemplo: “João, e Maria são dotados de virtude”. Nesta frase, diz Lobato, estão subentendidas outras palavras: “João, e Maria estes dous sujeitos são dotados de virtudes.” Desta forma, ‘dotados’ estaria a concordar com ‘estes dous sujeitos’, sendo, por isso, masculino.

1.2.1. Sumário

À semelhança da secção anterior, organizámos a informação referida pelos autores analisados acerca do género gramatical na tabela 2, com o intuito de sistematizar as posições e interpretações veiculadas por cada uma das gramáticas.

Tabela 2 – Comparação entre a abordagem do gênero em 6 gramáticas

	Oliveira (1536)	Barros (1540)	Roboredo (1619)	Argote (1725)	Lobato (1770)	Álvares (1786)
Tipo de categoria	Subdivisão do nome	Subdivisão do nome	Semântica	Relacional	Semântica	Semântica
Motivação	Formal	Natureza	Natureza Convenção	Convenção	Natureza ¹⁰	Natureza ¹⁰
Classes com gênero gramatical	Substantivos Artigos	Substantivos Adjetivos Artigos Pronomes	Substantivos	Substantivos Adjetivos	Substantivos Artigos	Substantivos
Número de gêneros	3+	3+	2	3	2	2
Critério de identificação do gênero	Concordância Formal	Semântico Concordância	Semântico Concordância Formal	Concordância Formal	Semântico Concordância Formal	Semântico Formal

¹⁰ Com exceções

1.3. Género gramatical na investigação contemporânea

Nesta secção, concentramo-nos em investigação da segunda metade do século XX e século XXI. Baseamo-nos sobretudo em gramáticas e estudos sobre o português (PE e PB), mas recorremos a outros autores, em especial à obra seminal de Corbett, *Gender*. Retomamos questões abordadas nas secções anteriores, como critérios de definição e identificação de género gramatical, a relação entre a forma, o sentido e o género das palavras e subcategorização de nomes. Referimos brevemente o porquê de algumas obras considerarem o género uma categoria flexional, enquanto outras não o fazem. Dedicamos alguma atenção ainda ao conceito de marca.

1.3.1. Definição

Conforme abordado em 1.2.1, a categoria do género gramatical no português nem sempre foi definida e enquadrada de forma uniforme. Se Oliveira (1536) e Barros (1540) tenderam a considerar o género uma subdivisão (ou ‘acidente’) dos nomes, Argote (1725) apresenta-o como a própria concordância entre substantivos e adjetivos, e Roboredo (1619), Lobato (1770) e Álvares (1786) definem-no como uma categoria semântica, relacionada sobretudo com o sexo. Igualmente, gramáticas e investigações mais recentes continuam a não chegar a um consenso.

As três posições principais são definições baseadas na morfologia (ou morfofonologia), na sintaxe ou na semântica, sendo que vários autores adotam e relacionam duas delas (ou mesmo as três). Por exemplo, Villalva (2003) define género como uma categoria morfossintática. Também Vilela (1973) o apresenta desta forma:

O género aparece como categoria gramatical porque se exprime, em regra, por meio de morfemas e relacionalmente, representa um enquadramento dos semantemas nas categorias mentais duma língua, estabelecendo, ao mesmo tempo, relações sintagmáticas entre as formas constituintes das frases. (Vilela, 1973, pp. 139–140)

Segundo esta perspetiva, o género manifesta-se de duas formas diferentes – é uma categoria morfológica, presente em cada nome, e que se relaciona com as outras

palavras da frase, através da concordância, sendo essa a sua componente sintática. É precisamente a concordância que serve de mote para a definição proposta por Choupina et al. (2014, p. 1): “Em Português Europeu (PE), o género linguístico é uma categoria obrigatória para a concordância das palavras nos sintagmas e nas frases”.

Por outro lado, Lacotiz (2020) realça que o género gramatical é uma categoria tanto morfológica e sintática como semântica, por permitir designar distinções de significado, enquanto Alegre (2016) se foca sobretudo nos aspetos semânticos e morfofonológicos.

1.3.2. Forma, semântica e arbitrariedade

Na secção 1.1.6 abordámos o debate da natureza ou convenção, ou, por outras palavras, a discussão sobre a relação entre a linguagem e a realidade. Como referimos, Kilarski (2013) considera que esta questão pressupõe uma componente histórica, relacionada com a origem das palavras e categorias. Nem todos os autores parecem concordar com esta perspetiva, pelo menos no que toca ao género gramatical.

Vilela (1973, p. 140) assume que o género, à semelhança de outras categorias gramaticais, depende da “mentalidade colectiva duma comunidade e pode[m] representar, nocionalmente, estádios já passados duma cultura” e admite que pode haver atribuição de género gramatical a “nomes de coisas inanimadas, como reflexo de interpretações míticas e antropológicas primitivas”. Porém, crê que esta perspetiva diacrónica prejudica a análise sincrónica da língua, uma vez que “as palavras sofrem frequentes mudanças no que respeita ao género”, muitas vezes por motivos formais, que interferem com alguma eventual base semântica que o género dos nomes pudesse ter tido.

Durante a Antiguidade, as posições em relação ao debate referido eram a naturalista e a convencionalista. Quando aplicadas especificamente ao género gramatical, a perspetiva naturalista defende que a atribuição de género é (semanticamente) motivada e a convencionalista considera a atribuição de género totalmente arbitrária. Apesar destas posições só serem mencionadas explicitamente numa das obras analisadas na secção 1.2 (Roboredo, 1619), foi possível associar as definições e modos

de identificação do género gramatical de uma palavra propostas pelos autores à sua crença subjacente de o género ser atribuído arbitrariamente ou semanticamente. Verificámos ainda algumas referências à forma da palavra, especialmente em Oliveira (1936).

Se critérios formais de identificação de género gramatical não são semânticos, também não se alinham totalmente com a arbitrariedade. Na bibliografia das últimas décadas, as perspectivas deixam de ser sobretudo dicotómicas, para passarem a ser mais explicitamente tricotómicas: o género gramatical será motivado semanticamente, formalmente, ou completamente imotivado.

Relativamente à relação entre a linguagem e a realidade, apenas a posição naturalista (de motivação semântica) e a convencionalista (sem motivação) parecem valer a pena de ser consideradas. Porém, a associação da forma das palavras ao seu género (gramatical e social) merece ser analisada. Se é possível argumentar que uma posição formal contraria necessariamente uma atribuição (semanticamente) motivada do género, obras mais recentes aproximam, até certo ponto, os argumentos formais de uma posição de motivação do género gramatical.

Começamos por discutir as posições que defendem que o género gramatical é, de algum modo, motivado.

Corbett (1991, p. 7) nota que falantes nativos de uma dada língua conseguem ‘acertar’ no género de milhares de palavras, provavelmente não as tendo decorado uma a uma, e ainda atribuir um género a palavras novas ou inventadas de forma consistente. Este fenómeno implica que deve haver um conjunto de regras, talvez subconsciente, que determina o género das palavras em cada língua. Este autor apresenta dois tipos de sistemas de atribuição de género: o semântico e o formal.

Um sistema semântico estrito (ou sistema de género natural) seria aquele em que o significado de um nome indica o seu género (Corbett, 1991, p. 8). Sistemas predominantemente semânticos teriam alguma base semântica na atribuição de género, mas com exceções. Estas exceções são chamadas resíduo semântico – “substantivos distribuídos em (...) categorias sem que haja correspondência semântica

nessa distribuição” (Alegre, 2016, p. 4). Por fim, sistemas formais baseiam-se sobretudo em critérios morfológicos e fonológicos (Corbett 1991, p. 33)¹¹.

De la Grasserie (*apud* Corbett, 1991, p. 30) identificou 8 contrastes que levam à atribuição semântica de género em várias línguas: animado/ inanimado, racional/ não-racional, humano/ não-humano, humano homem/ outro, forte/ fraco, aumentativo/ diminutivo, macho/ outro, masculino/ feminino/ sem sexo. Alegre (2016) afirma que a intuição dos falantes portugueses (e franceses) relaciona o género gramatical com o traço semântico de sexo (pp. 9-10). Esta percepção não é completamente despropositada. Como já referido em 1.1.7, a distinção entre animais de sexo diferente (quando relevante) é um critério para a existência de duas formas do seu nome, em vez de apenas um epiceno. Gouveia (2006 *apud* Mäder, 2015) retoma esta ideia:

a motivação semântica do género gramatical dá-se principalmente pela percepção de diferença de género (...) em seres humanos e em outros seres animados cuja diferença sexual é perceptível ou relevante (Gouveia, 2006 *apud* Mäder, 2015, p. 60)

Porém, a quantidade de resíduo semântico presente no português pode contrariar a hipótese de este ser uma língua de sistema semântico, como exposto por Alegre (2016):

Embora haja uma correlação entre género gramatical e sexo quando atentamos aos nomes sexuais, há evidências que apontam para uma possibilidade de que género gramatical e género social sejam sistemas distintos (Alegre, 2016, p. 61)

Também Mattoso Câmara (2004, p. 50) se opõe a uma atribuição puramente semântica do género gramatical, precisamente pela longa lista de nomes que se referem a seres inanimados, sem sexo ou género. Opõe-se ainda à tentativa de explicar o género através de metáforas complexas, especulações a que chama “pansexualismo freudiano”.

Devemos, então, analisar outra posição, a de atribuição formal de género.

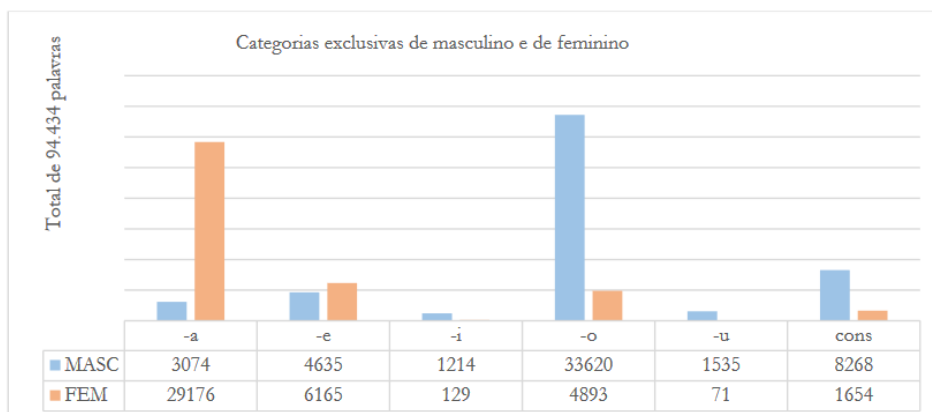
¹¹ Corbett (1991) defende que nenhuma língua se baseia exclusivamente em critérios formais, uma vez que, se assim fosse, a distribuição de nomes por géneros seria completamente aleatória, o que não se verifica (p. 63).

Mäder (2015, p. 42) refere a distinção de línguas de género transparente (*overt*) e de género opaco (*covert*). Em línguas de género transparente, o género está marcado (morfológica ou fonologicamente) na palavra. Em línguas de género opaco, seria difícil de ou impossível prever o género de uma palavra baseando-se na sua forma. Corbett (1991, p. 62) explicita que esta classificação se aplica independentemente de o género da palavra poder ser deduzido pela semântica.

Mäder refere ainda que entre os dois extremos (opaco e transparente) deve ser considerada uma escala gradual, e aproxima o português das línguas de género transparente. As investigações de Alegre (2016) e de Lacotiz (2020) suportam esta posição: Alegre analisou 4800 nomes (substantivos) produzidos em 24 entrevistas do projeto VARSUL (Variação Linguística na Região Sul do Brasil) e estabeleceu padrões entre a classe temática e o género gramatical das palavras, o que parece mostrar que, em português, há uma relação direta entre estas duas categorias (p. 10). Das palavras terminadas em -a, 94% eram femininas. Apesar de sabermos que existem (raras) palavras femininas terminadas em -o, nenhuma surgiu no *corpus* analisado, pertencendo 100% das palavras dessa classe temática ao género masculino. Palavras de tema em -e são distribuídas de forma equilibrada: 47,3% femininas, 52,7% masculinas. Também o estudo de Lacotiz (2020) tem resultados semelhantes, ao analisar 104492 nomes (substantivos) presentes no Dicionário Houaiss (pp. 433-434). Evidentemente, a dimensão desta investigação permite uma maior precisão dos resultados, em comparação com os de Alegre. Os nomes foram divididos em 4 categorias (CATs): 1 – palavras exclusivamente masculinas (50,09% do *corpus*), 2 – palavras exclusivamente femininas (40,27%), 3 – palavras exclusivamente de dois géneros (8,69%) e 4 – palavras que apresentam alguma combinação de géneros com mudança de significado (0,93%) (p. 433, 435).

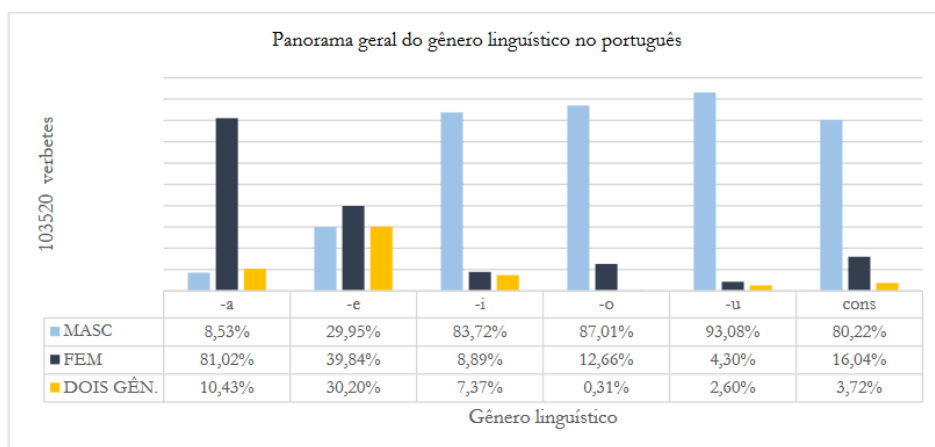
O gráfico 1 representa a distribuição das terminações de palavras pelos géneros dos nomes das categorias 1 e 2, enquanto o gráfico 2 acrescenta a essa informação a que é relativa à categoria 3.

Gráfico 1 – Paradigmas morfológicos conectados ao gênero linguístico no português



Fonte: Lacotiz (2020, p. 436)

Gráfico 2 – Panorama geral do gênero linguístico no português



Fonte: Lacotiz (2020, p. 440)

Lacotiz (2020) conclui que os dados permitem extrapolar uma relação entre a terminação dos nomes e o seu gênero, e afirma que “-a é índice de gênero feminino”, “-o é índice de gênero masculino” e “-e é índice latente de gênero”. A terminação em -e é classificada dessa forma por se dividir entre gênero masculino, feminino e dois gêneros (p. 441). Acrescenta ainda que -i e -u serão índices do gênero masculino, apesar de serem muito menos frequentes. Estes dados, então, justificam (até certo ponto) uma hipótese formal para a atribuição de gênero.

Mota (2016) afirma que “Na generalidade dos nomes, a informação de sexo é irrelevante para a morfologia” (p. 155), porém admite que os índices temáticos de nomes que formam pares de tema em -o e -a referentes a entidades [+animadas] e [+sexuadas] (como pato/pata) acumulam informação de classe temática e género. Chama a estes índices “constituintes portmanteau” (p. 156). O mesmo parece acontecer em certos nomes próprios (como António/Antónia), como explicado por Lacotiz (2020). Isto indica que as hipóteses semântica e formal não são totalmente incompatíveis e, pelo contrário, podem estar relacionadas, opondo-se a uma atribuição imotivada ou arbitrária do género gramatical, que continua a ser defendida por alguns investigadores.

Choupina et al (2014, p. 3) definem o género (gramatical) como “uma propriedade idiossincrática dos nomes e com carácter obrigatório [que se] assume, por norma, como arbitrária e não correlacionada com a noção de sexo”. Costa e Choupina (2012) realçam ainda que, além da não correspondência do género de algumas palavras (como “mulherão”) ao sexo/género do referente desse nome, também a sua forma (especificamente a classe temática) nem sempre reflete o género gramatical (“a tribo”, “o poema”). Esta ideia também é referida por Cunha e Lindley Cintra (1996, p. 189), que escrevem: “O género de um substantivo não se conhece, de regra, nem pela sua significação, nem pela sua terminação”. Estes autores, portanto, vêm tantas ‘exceções’, que não podem dizer que há uma ‘regra básica’ por detrás delas.

De facto, grande parte dos nomes em português têm como referente objetos ou conceitos, que são [-animados] e [-sexuados]. Mesmo dentro do grupo de nomes cujo referente é [+sexuado], apenas uma parcela é variável, refletindo uma distinção sexual. Rocha (1981, pp. 47–48) analisa um corpus de 4000 nomes, extraídos de 4 textos. Conclui que cerca de 14% desses nomes têm referente [+sexuado], mas apenas 7,8% (ou seja cerca de 55% dos nomes [+sexuados]) mostravam distinção de género gramatical¹². Schwindt (2018) realiza uma análise semelhante a partir de léxico do Dicionário Aurélio

¹² Parece-nos ilógica a inclusão de masculinos genéricos (como “senhores”, “leitor” e “amigos”) na categoria de [-distinção], junto com nomes sobrecomuns (tais como “pessoas”).

Eletrônico e de uso vernacular (recorrendo à recolha do projeto VARSUL) e os resultados são diferentes:

No léxico dicionarizado, dos 5,5% dos substantivos sexuais da língua, aproximadamente um terço, 1,5%, diz respeito a substantivos biformes que fazem a oposição a/o. No uso, dos 13,4% de nomes sexuais verificados, palavras que opõem a e o correspondem a aproximadamente um quarto dos dados, 3,6%. (Schwindt, 2018, 754)

Esta evidência (que vai, até certo ponto, contra os resultados de Rocha (1981)) parece contrariar a intuição dos falantes de o gênero gramatical estabelecer alguma correspondência com o sexo/gênero social do referente [+sexual] (e ainda a relação entre a classe temática e o gênero gramatical).

1.3.3. Identificação de gêneros

Corbett (1991) aborda 2 estratégias que servem para identificar e contar quantos gêneros existem numa determinada língua: classes de concordância e a distinção entre gênero-controlo e gênero-alvo¹³.

A proposta baseada nas classes de concordância é uma adaptação da abordagem de Zaliznjak (1964 *apud* Corbett, 1991) e consiste na distribuição de nomes por classes de concordância – que, em princípio, correspondem aos gêneros gramaticais. Para tal, vários nomes devem ser comparados segundo condições específicas (mesmo contexto morfossintático, mesmo domínio de concordância, mesmo item lexical como alvo da concordância). O autor exemplifica com os testes presentes na fig. 1, relativos ao francês.

¹³ No original, *controller gender* e *target gender*, respetivamente. Adotámos a tradução dos termos usada por Mäder (2015).

Figura 1 – Exemplos do teste das classes de concordância

(1) un grand garçon	compare: *une grande garçon
a big boy	
(2) un grand jardin	compare: *une grande jardin
a big garden	
(3) une grande femme	compare: *un grand femme
a big woman	
(4) une grande fleur	compare: *un grand fleur
a big flower	

Fonte: Corbett (1991, p. 149)

Como ‘garçon’ e ‘jardin’ exigem artigo e forma adjetival idêntica (‘un’ e ‘grand’), estão na mesma classe de concordância e, por isso, no mesmo género. ‘Femme’ e ‘fleur’ exigem outro artigo e forma adjetival (‘une’ e ‘grande’), daí pertencerem a uma classe de concordância, e género, diferentes.

Aplicando um teste deste tipo ao português, teríamos:

- um banco alto (*uma banco alta)
- um homem alto (*uma homem alta)
- uma mesa alta (*um mesa alto)
- uma menina alta (*um menina alto)

Assim, ‘banco’ e ‘homem’ fazem parte do mesmo género, e ‘mesa’ e ‘menina’ de outro. Chamamos atenção, porém, para o facto de termos optado por usar os adjetivos ‘alto’/‘alta’ neste teste. De facto, usando ‘grande’, teríamos resultados um pouco diferentes, por ser um adjetivo uniforme (ou seja, que não varia). Essa aparente incongruência é resolvida pela segunda estratégia referida por Corbett (1991): a distinção entre género-controlo e género-alvo.

Género-controlo refere-se ao género dos nomes, enquanto género-alvo é o termo que se usa para descrever o género de outras formas que concordam com o nome (no caso do português, estas seriam adjetivos e alguns determinantes e pronomes). O número

de categorias de género gramatical seria definido pelo número de géneros-controlo, e não pelos géneros-alvo. Mäder (2015) explica-o da seguinte forma:

Em português, por exemplo, há palavras que não fazem distinção entre masculino e feminino, como os adjetivos e numerais já citados acima (alegre, triste, três, quatro). No entanto, isso não quer dizer que, nesses casos, haja apenas um género em português, ou que haja um terceiro género gramatical – “neutro”, pois a quantidade de géneros gramaticais é determinada pelo número de classes de concordância nas quais estão distribuídos os nomes, exclusivamente, ou seja, o número de géneros-controle (Mäder, 2015, pp. 41–42).

Isto explica o porquê de, atualmente, não se defender, como Argote (1725), a existência de um terceiro género (comum) exclusivo aos adjetivos.

Assim, Corbett (1991, p. 188) defende que, para determinar o número de géneros existentes numa língua, devemos partir das classes de concordância e eliminar o maior número de ‘inconsistências’.

1.3.4. Subcategorias dos nomes

Passamos agora a indicar as subcategorias de nomes descritas em várias gramáticas e outros trabalhos acerca de género gramatical.

As subcategorias propostas por Mattoso Câmara (2004, p. 91) consistem em “nomes substantivos de género único” (“(a) flor, (o) colibri”), “nomes substantivos de 2 géneros sem flexão” (“(o/a) artista”) e “nomes substantivos de 2 géneros com uma flexão redundante” (“(o) lobo, (a) loba”)¹⁴. A primeira das subcategorias englobaria apenas palavras que não variam em forma ou padrão de concordância. Dentro deste conjunto, haveria palavras femininas e masculinas. A subcategoria seguinte é composta de nomes

¹⁴ O uso do termo “flexão” por Mattoso Câmara é controverso. Nesta secção adotamo-lo de forma não técnica, de modo a simplificar a discussão, apenas em relação à divisão proposta pelo autor. O debate acerca do papel da flexão no género gramatical será abordado na secção 1.3.5.

que aceitam 2 padrões de concordância diferentes. Por fim, a subcategoria de “nomes substantivos de 2 géneros com uma flexão redundante” consiste em nomes cuja forma varia, tendo cada forma um padrão de concordância distinto. Assim, podemos dizer que as subcategorias propostas por Mattoso Câmara se parecem basear na concordância.

Cunha e Lindley Cintra (1996), por outro lado, parecem agrupar os nomes de forma diferente. Estes autores dedicam uma secção a “substantivos uniformes”, em que incluem nomes comuns de dois géneros, epicenos e sobrecomuns.¹⁵ Apesar de os nomes epicenos e sobrecomuns poderem ser modificados para denotarem uma diferença sexual, o seu género gramatical e concordância mantêm-se, enquanto os nomes comuns de 2 géneros podem adotar ambos os padrões de concordância. Ao contrário do que poderíamos esperar, a existência de “substantivos uniformes” na divisão de Cunha e Lindley Cintra não pressupõe a menção explícita a uma subcategoria de substantivos “biformes” ou “variáveis”, mas há uma secção dedicada às regras da “formação do feminino”, o que indica que um dos fatores considerados pelos autores na criação desta divisão pode ter sido o número de ‘formas’ que um nome tem.

A definição de “comum de dois géneros” é fundamental. Lacotiz (2020) e Cuesta e Luz (1971) relacionam esta subcategoria com nomes que adotam padrões de concordância diferentes dependendo do sexo do indivíduo a que se aplicam. Isto leva Lacotiz (2020, p. 25) a concluir que existe uma “relação entre género linguístico e sexo biológico”. Também a separação de nomes epicenos e sobrecomuns de outros nomes invariáveis/uniformes, usada na Nomenclatura Gramatical Brasileira, que esta autora analisa, implica uma importante componente semântica na categorização de nomes.

Villalva (2003) afirma que a categoria do género tem dois valores (masculino e feminino), que quando associados a nomes animados pode corresponder a sexo do

¹⁵ Apesar de nem todos os autores separarem epiceno de sobrecomum, Mattoso Câmara (2004, p. 88) e Cunha e Lindley Cintra (1996, p. 196) distinguem os dois conceitos segundo se se aplicam a animais ou a humanos, respetivamente. Por outras palavras, a distinção é baseada no traço [humano] (Mota, 2016, p. 154). Além disso, Mota (2016, p. 155) acrescenta que nomes epicenos permitem composição do tipo N-Adj (cavalo-marinho-fêmea, cavalo-marinho-macho), enquanto nomes sobrecomuns permitem composição do tipo N-N (polícia mulher, polícia homem) ou N-prep-N (criança do sexo masculino, criança do sexo feminino).

referente e mesmo variar em género. Abre exceção para os nomes epícenos e sobrecomuns e refere ainda os nomes comuns de dois, “cuja forma morfológica é ambígua quanto ao género, podendo porém essa ambiguidade ser resolvida pelo contexto sintático” (p. 929). Relativamente a nomes cujo referente é não-animado, diz que não variam e que o seu valor de género não tem “conteúdo referencial distinto” (p. 929). Acaba por sugerir 5 subcategorias de nomes (p. 924): variáveis masculino (o aluno), variáveis femininos (a aluna), invariáveis masculinos (o livro), invariáveis femininos (a mosca) e variáveis masculinos/femininos – ou seja, os comuns de dois (o/a mártir).

1.3.5. Flexão ou derivação?

Se, tradicionalmente, se falou da flexão dos nomes em número e género (C. Cunha & Lindley Cintra, 1996; Mattoso Câmara, 2004), textos mais recentes optam por considerar o género uma categoria híbrida, ou mesmo não-flexional.

Assim, autores como Mattoso Câmara (1969 *apud* Costa e Choupina, 2012, p. 78) e Mota (2016) que defendem que o género é lexical e ligado à derivação nos nomes mas flexional nos adjetivos.

Por outro lado, Villalva (2003) e Choupina et al (2014) partem de uma definição muito restrita e sistemática de flexão, o que elimina, à partida, qualquer tentativa de considerar uma categoria tão irregular como o género flexional.

1.3.6. Marca

Costa e Choupina (2012, p. 77) referem que “O género, em português, é uma categoria (...) manifestada por uma oposição privativa (masculino, feminino), em que o masculino é o termo não-marcado”. Mäder (2015, p. 104) explica que “o termo marcado teria uma distribuição mais restrita que o termo não marcado”, ou seja, é mais específico. O termo marcado seria aquele com marca/desinência, ou seja, o feminino, enquanto o masculino (não-marcado) tem desinência $\emptyset$ (zero). Isto aplicar-se-ia apenas “nos casos em que há um substantivo masculino e outro feminino” (Mattoso Câmara, 1972, p. 119 *apud* Lacotiz, 2020) e está ainda relacionado com a ideia da forma feminina se formar a partir

da masculina, como é sugerido pelos (sub)capítulos dedicados a esse tema em Cunha e Lindley Cintra (1996, pp. 191–195) e Cuesta e Luz (1971, pp. 370–373), bem como ao uso genérico do masculino, definido por Mäder (2015) da seguinte forma:

nomes masculinos para denotar seres humanos cujo gênero é desconhecido ou irrelevante, e a concordância de sintagmas nominais coordenados e pronomes interrogativos com predicados flexionados no masculino (Mäder, 2015, p. 83)

A descrição do masculino como a forma não-marcada em português é debatida e criticada por Mäder (2015), por vários motivos, incluindo a existência de usos genéricos e não-marcados do feminino, particularmente em profissões tipicamente ligadas a mulheres, como “enfermeira” (p. 129–130). De facto, Lakoff (1987, p. 77) descreve o conceito de marca como algo relacionado com prototipicidade, sendo o termo não-marcado o mais básico ou prototípico do que o termo marcado.

Mäder (2015) estende a visão das categorias gramaticais como categorias cognitivas defendida por Lakoff (1987) para argumentar que o gênero gramatical pode ser analisado sob uma perspetiva da teoria de protótipos: em vez de “todos os nomes ser[em] elementos igualmente exemplares da categoria à qual pertencem” (p. 76), “nomes como *menino* e *lobo* seriam membros mais centrais da categoria masculino, [e] *sentinela* seria um membro mais periférico” de qualquer das categorias a que o pudéssemos atribuir, por a atribuição semântica e formal entrarem em conflito (p. 80). Segundo Mäder, “o menino” e “o lobo” são mais prototipicamente masculinos por neles coincidir a atribuição semântica de seres masculinos, a terminação -o, típica do gênero masculino, e concordância sintática masculina desencadeada pelas palavras. Pelo contrário, “sentinela” refere-se a uma ocupação associada a homens, mas tem uma forma terminada em -a (típica do feminino). A concordância desencadeada não é clara¹⁶.

¹⁶ A palavra “sentinela” é sobretudo associada ao gênero feminino no PE (C. Cunha & Lindley Cintra, 1996, p. 198), mas a combinação “o sentinela” está presente na página 82 da obra analisada – Mäder, 2015 (escrita por um falante do PB). Chamamos a atenção para o facto de esta forma (concorrente) mostrar a associação que os falantes fazem entre o gênero gramatical e o sexo/gênero social do referente da palavra.

Mais ainda, o autor questiona o poder explicativo da descrição do masculino como género não-marcado como justificação para o uso genérico do mesmo:

O conceito de género não marcado seria, ao final e ao cabo, apenas uma descrição do estado das coisas, uma simples constatação de que se usa o género gramatical masculino para denotar não apenas o género masculino, mas também o género humano, sem indagar o porquê nem apontar os mecanismos por trás desse uso, além de ignorar os casos nos quais ele não funciona. Seria apenas um novo “rótulo”, carecendo de poder explanatório, e que teria ainda o efeito (intencional, ou inconsciente?) de mascarar as tensões sociais no uso genérico do masculino para a referência ao humano. (Mäder, 2015, p. 125)

Assim, parece a Mäder (2015) que se justifica o uso genérico do masculino pela sua descrição como não-marcado e que, por sua vez, este é descrito como não-marcado pelo seu uso genérico. Mais ainda, e uma vez que a conceção de género gramatical defendida por este autor é baseada (pelo menos parcialmente) na semântica, o uso do masculino genérico tem implicações sexistas, como abordaremos em 3.1.1.

1.3.7. Sumário

Ao longo desta secção, abordámos 3 tipos de definição de género gramatical – morfofonológica, sintática e semântica. Estas definições refletem a posição dos autores quanto à (i)motivação do género. Uma definição unicamente sintática como a de Choupina et al (2014) pressupõe que o género gramatical é completamente arbitrário e imotivado por fatores semânticos ou formais. Pelo contrário, Lacotiz (2020) concebe o género como uma categoria gramatical que designa o sexo de pares opostos, e relaciona-a ainda com as terminações das palavras, sendo esta uma interpretação semântica e formalmente motivada.

A divisão de nomes em subcategorias baseia-se ora na possibilidade de um nome ter duas formas (divisão entre variáveis e invariáveis), ora nos padrões de concordância permitidos (se permite apenas um padrão ('o' ou 'a') ou dois ('o' e 'a')). A referência

frequente a nomes sobrecomuns e epicenos implica uma categorização baseada na semântica.

Por fim, referimos o conceito de marca, e algumas limitações da sua aplicabilidade ao género gramatical.

1.4. Considerações finais

Desde os termos ainda usados (masculino, feminino, neutro, epiceno, comum) às principais questões abordadas, algumas das quais ainda permanecem em aberto, os escritos greco-latinos foram basilares para a análise que fazemos atualmente do género gramatical.

É de notar que, ao contrário dos autores das gramáticas dos séculos XVI a XVII, linguistas contemporâneos a trabalhar sobre o português estão de acordo quanto às classes de palavras com género, ao ponto de essa enumeração (nomes, adjetivos, determinantes, pronomes) ser mencionada de passagem, sem maiores explicações, ou mesmo omitida. A questão de o género ser, ou não, uma categoria flexional parece também ter sido resolvida, sendo que grande parte dos autores mais recentes explicitam que a variação em género é irregular, assistemática – não podendo, por isso, ser considerada flexão.

A questão que nos parece fundamental e que tem sido discutida desde a Grécia Antiga é se o género gramatical reflete, ou pode refletir, alguma categoria do mundo real.

2. Variação diacrónica do género gramatical em português

Relativamente à variação linguística, dividimos o projeto em 2 partes: o passado (que abordamos neste capítulo) e o presente (abordado no capítulo 3).

A divisão concetual de variação linguística depende de uma perspetiva ou comparação entre duas versões de uma mesma língua: uma comparação temporal ou história (variação diacrónica), uma comparação entre situações de fala (variação diafásica), uma comparação de estatuto ou ocupação dos falantes (variação diastrática) e comparação entre regiões (variação diatópica).

Faria (2003) estabelece que evoluções diacrónicas não se dão de forma aleatória. Pelo contrário “As mudanças apresentam (...) tendências gerais que resultam num grau observável de regularidade, seja a nível da fonologia, da morfologia ou da sintaxe” (p. 37). Neste capítulo, procuramos apresentar uma visão geral da evolução do género gramatical em português, e eventualmente identificar alguns dos padrões que as mudanças tendem a seguir.

Dedicaremos ainda uma secção (2.1) à evolução que ocorreu desde o latim até ao português antigo, cujo limite temporal final é o séc. XVI, segundo Mattos e Silva (1994 *apud* Mateus, 2003). A secção seguinte (2.2) apresentará tendências de variação diacrónica no género de algumas palavras, entre os séculos XIII e XX (salvo raras exceções).

A recolha de informações dependeu da consulta de obras sobre linguística histórica, gramática latina, do *Corpus do Português* e ainda do projeto *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas* (da Universidade Nova de Lisboa).

2.1. Do latim ao português antigo

No latim, os nomes dividiam-se em cinco declinações. Lourenço (2019, p. 66) explica que “as declinações podem ser vistas como formas que se «desviam» da consubstanciação modelar da palavra.” As palavras agrupadas em cada partilham uma característica: a terminação do tema, como evidenciado na tabela 3:

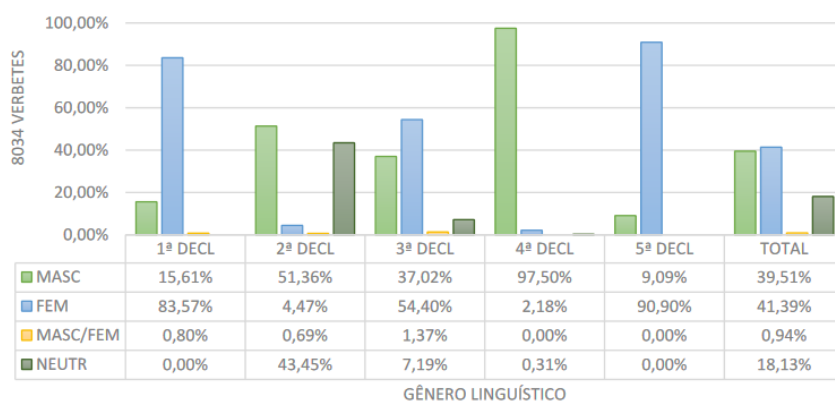
Tabela 3 – Correspondência entre tema e declinações latinas

substantivo português	forma latina (enunciando nominativo e genitivo do singular)	tema	declinação a que pertence
rosa	<i>rosa, rosae</i>	<i>rosa-</i> (tema em -a-)	1. ^a
ano	<i>annus, annī</i>	<i>anno-</i> (tema em -o-)	2. ^a
rei	<i>rēx, rēgis</i>	<i>rēg-</i> (tema em consoante)	3. ^a
nave	<i>nāuis, nāuis</i>	<i>nāui-</i> (tema em -i-)	3. ^a
fruto	<i>fructus, fructūs</i>	<i>fructu-</i> (tema em -u-)	4. ^a
dia	<i>diēs, diēi</i>	<i>diē-</i> (tema em -ē-)	5. ^a

Fonte: Lourenço (2019, p. 73)

A relação entre declinação e género gramatical dos nomes não era absoluta, mas havia, sem dúvida, uma associação forte entre a 1.^a e 5.^a declinações e o feminino. A 4.^a declinação era maioritariamente masculina, e a 2.^a dividia-se sobretudo entre masculino e neutro (Lourenço, 2019). Estas informações estão organizadas no gráfico 3:

Gráfico 3 – Relação entre género linguístico e declinações latinas



Fonte: Lacotiz (2020, p. 384)

O género neutro, presente no latim, não perdura no português – salvo em raras exceções, como ‘isto’, ‘isso’, ‘aquilo’, ‘tudo’, ‘algo’ (Coutinho, 1938, pp. 214–215, 245). Porém, mesmo no latim, o neutro começava a ser desconsiderado por vários autores (como Donato), por não ter uma equivalência semântica ao género social e biológico

(Corbeill, 2015). A ‘utilidade’ da categoria género é mencionada por Varrão, e podemos postular que, se o género neutro já não era uma categoria útil para ser diferenciada, deixou de existir (Oliveira, 2015, p. 29).¹⁷

Coutinho (1938) ainda outras causas para o desaparecimento do neutro, nomeadamente ele ser confundido com o masculino. O autor aponta especialmente o enfraquecimento em final de palavra – ou mesmo apócope – do ‘m’ e ‘s’ no latim vulgar, que terá diminuído ainda mais a distinção entre o neutro e o masculino¹⁸. Isto verifica-se no singular. Outro fator relevante a ter em consideração é que apenas cerca de 20% dos nomes eram de género neutro (ver gráfico 3), daí ser menos estável do que o masculino e o feminino.

Assim, os nomes neutros do latim, passaram para o português como masculinos ou femininos (Williams, 1973): no latim vulgar, que mais tarde evoluiu para as línguas românicas, já se verificava a redução das cinco declinações para três (Coutinho, 1938, p. 112): a 5ª juntou-se à 1ª e a 4ª juntou-se à 2ª (Lourenço, 2019, pp. 124, 128). A passagem de palavras da 5ª declinação para a 1ª deve-se sobretudo à semelhança de género; a junção da 4ª declinação com a segunda baseia-se parcialmente com a terminação idêntica em -us no nominativo, havendo exceções, que referimos adiante. Este processo acabou por agrupar na 1ª declinação sobretudo palavras femininas e na segunda masculinas (ao mesmo tempo que que o neutro singular se ia confundindo com o masculino). Segundo Viaro (2011), o género de parte das palavras da 3ª declinação mudou, ao contrário do das 1ª e 2ª declinações, que se manteve relativamente estável. Coutinho (1938, p. 217) aponta ainda que algumas palavras femininas da 3ª declinação

¹⁷ Jesus (2007, apud Oliveira 2015) aponta como outra possível justificação um “esvaziamento semântico da noção de género”. Segundo esta interpretação, o género no latim foi perdendo ‘naturalidade’, eventualmente evoluindo para línguas de género gramatical, o que também tornaria obsoleta a necessidade distinção entre animado e inanimado.

¹⁸ *Templum* (2ª declinação, neutro), no latim vulgar, sofre a apócope do m (*templu*). *Hortus* (2ª declinação, masculino), igualmente, perde o ‘s’ final (*hortu*) (Coutinho, 1938, p. 213). Assim, as duas formas, anteriormente distinguidas pela terminação, passam a ser confundidas, e acabam por se fundir. Isto verifica-se no singular. No plural, o neutro geralmente passa a feminino, por causa da terminação em -a (associada à 1ª declinação e ao feminino) como em *folia* (sing. *folium*) > folha (p. 112).

mudaram para a 1ª, o que reforça a ideia que a declinação/forma está relacionada com o gênero gramatical.

Nomes como ‘nurus’ (nora) ‘socrus’ (sogra), da 4ª declinação, passam também para a 1ª, por causa da associação semântica entre o gênero social e gramatical (além da já referida associação entre o feminino e a 1ª declinação), a que Lacotiz (2020, p. 388) chama analogia semântica.

No que respeita a pronomes e artigos, essenciais à concordância, houve uma evolução significativa desde o latim até ao português moderno. No latim, não havia um pronome pessoal de 3ª pessoa, por isso usava-se a série de demonstrativos ‘is’, ‘ea’, ‘id’ (equivalentes a ‘este’/ ‘esta’/ ‘isto’) (Lourenço, 2019). Porém, a série de pronomes demonstrativos que evoluiu para os pronomes pessoais (de 3ª pessoa) do galaico-português e mantidos até ao português contemporâneo foi outra: ‘ille’¹⁹, ‘illa’, ‘illud’ – equivalente a ‘aquele’/ ‘aquela’/ ‘aquilo’ – no nominativo (cf. Tabela 4). ‘Ille’ evolui para ‘ele’ e ‘el’ (agora em desuso), ‘illa’ para ‘ela’ e ‘illud’ para ‘ello’ (arcaico) (Williams, 1973, p. 149). É de notar que o plural de todas estas formas (‘eles’, ‘elas’) é feito por analogia, com a paragoge do ‘s’, e não formado a partir dos plurais latinos (ao contrário do que acontece com os artigos).

Tabela 4 – Declinação dos demonstrativos ‘ille’, ‘illa’, ‘illud’

	SINGULAR			PLURAL		
	masculino	feminino	neutro	masculino	feminino	neutro
Nom.	<i>ille</i>	<i>illa</i>	<i>illud</i>	<i>illī</i>	<i>illae</i>	<i>illa</i>
Gen.	<i>illius</i>			<i>illōrum</i>	<i>illārum</i>	<i>illōrum</i>
Acus.	<i>illum</i>	<i>illam</i>	<i>illud</i>	<i>illōs</i>	<i>illās</i>	<i>illa</i>
Dat.	<i>illī</i>			<i>illīs</i>		
Abl.	<i>illō</i>	<i>illā</i>	<i>illō</i>	<i>illīs</i>		

Fonte: Lourenço (2019, p. 224)

¹⁹ Williams (1973) e Lourenço (2019) referem que ‘ille’ era ainda, por vezes, usado como artigo definido.

A mesma série de pronomes, mas desta vez no acusativo – ‘illum’, ‘illam’, ‘illud’ – sofreu apócope do ‘m’ e aférese do ‘i’, evoluindo para ‘lo’ e ‘la’ no latim vulgar e mantida no português, como artigo definido (Williams, 1973, p. 144) e pronome pessoal não acentuado (p. 154). ‘Lo’ e ‘la’ mantêm-se no português em certos contextos fonéticos, mas também evoluem para as formas como ‘o’, ‘a’, e, em contexto nasal, ‘no’ e ‘na’ (Williams, 1973).

O uso genérico de ‘homem’ já acontecia no latim, como reportado por Gouveia (1998, p. 23). Apesar de mantermos este uso, geralmente grafado com maiúscula (‘Homem’, como metonímia para ‘humano’) até cerca do século XVI, ‘homem’ era, além de nome, usado como pronome indefinido (Lopes, 2003). A autora menciona que ‘on’ francês terá uma origem comum, mas menciona que existe alguma controvérsia sobre se este uso indefinido de ‘homo’ já estaria presente no latim vulgar.

Relativamente aos adjetivos, os latinos dividiam-se em duas classes:

- Adjetivos da 1ª classe declinavam-se como substantivos da 1ª e 2ª declinação (Lourenço, 2019, p. 232), sendo triformes, como ‘bonus, bona, bonum’²⁰;
- Adjetivos da 2ª classe declinavam-se como nomes da 3ª declinação, que, por sua vez, se dividiam em palavras de tema em -i- ou em consoante. Geralmente, ambos os temas juntavam masculino com feminino, sendo o neutro diferente. Por exemplo, teríamos ‘tristis’ (masculino e feminino) e ‘triste’ (neutro) (Lourenço, 2019, p. 232).

De forma simplificada, com a perda do género neutro, os adjetivos da 1ª classe passaram a ser biformes (Said Ali, 1964). O autor explica que

A desinência do acusativo masculino que era -u(m), tornou-se -o, em português; a do feminino -a(m) conservou-se -a entre nós. Casos há, todavia, de adjetivos da 1ª classe, que apresentam em português, uma só forma (...) Provavelmente houve aqui analogia com os adjetivos da 2ª classe (Said Ali, 1964, p. 76)

²⁰ ‘Bona’ é declinado como 1ª declinação, e é feminino; ‘bonus’ e ‘bonum’ são declinados como 2ª declinação, e são masculino e neutro, respetivamente.

Também a 2ª classe foi afetada, pela perda do neutro. Esses adjetivos passaram a ser uniformes, havendo também casos de exceção, por analogia com outras palavras (Said Ali, 1964). Abordaremos em 2.2 alguns desses exemplos.

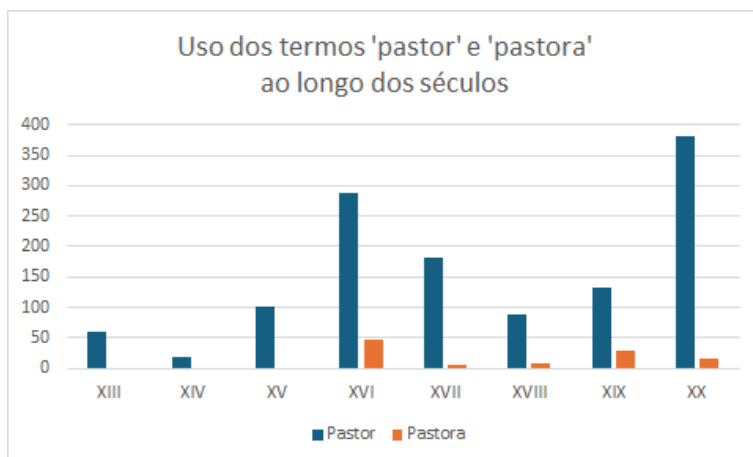
2.2. Do português antigo ao português moderno

O género de nomes e adjetivos não permaneceu imutável, mesmo depois da evolução que verificámos desde o latim até ao português. Há nomes cujo género varia (sincrónica ou diacronicamente), sem o significado da palavra mudar. Autores distintos e de épocas diferentes chamaram-nos de género incerto (Donato), vacilante (Cunha e Lindley Cintra), instável (Corbett) ou hesitante ou ambíguo (Gouveia). Gouveia (1997, 2005) refere algumas destas palavras:

- Palavras em -agem, atualmente maioritariamente femininas, ocorriam ocasionalmente no masculino antes do século XVI: como “ho linhagem umanall” (Crónica Troiana, 1373 *apud* Gouveia 2005);
- ‘Fim’ (já de género algo hesitante, por ser da 3ª declinação em latim) passa para o português como masculino, apesar de haver exemplos de usos no feminino: “a uossa fin” (As Cantigas de Santa Maria, sec. XIII, *apud* Gouveia 1997); “nas ondas traidoras achou sua fim” (Castilho, sec. XIX *apud* Gouveia 1997);
- Outros exemplos como ‘soprano’, ‘contralto’ (Lindley e Cintra, 1996), ‘grama’, ‘amálgame’, ‘diabetes’ (Gouveia, 1997) e ‘personagem’ (Gouveia, 2005) parecem enquadrar-se nesta categoria atualmente.

Coutinho (1938, p. 217) afirma que “No português arcaico, eram uniformes os substantivos e adjetivos terminados em -or, -ol, -ês, -nte.” Dá alguns exemplos como “*idioma* ou *língua espanhol*”, “*homem* ou *mulher português*” “*o* ou *a infante*”, e ainda refere a palavra “pastor”, que desejamos analisar com mais profundidade.

Gráfico 4 – Uso dos termos ‘pastor’ e ‘pastora’ ao longo dos séculos



Fonte: Dados recolhidos no *Corpus do Português*

Como podemos verificar no gráfico 4, o primeiro uso registado de ‘pastora’ surge já no século XVI (em obras de Gil Vicente e de Camões), correspondente aos períodos do português médio e início do clássico (Lindley Cintra *apud* Castro, 2004). Até aí, ‘pastor’ era comum de dois géneros, sendo possível dizer ‘o pastor’ ou ‘a pastor’. De seguida, apresentamos um excerto de poesia trovadoresca do século XIII em que ‘pastor’ é usado como feminino: “Quand’eu um dia fui em Compostela/ Em romaria, vi ãa pastor (...) Dix’eu: -Pastor, sodes bem razoada/ E pero creede, se vos nom pesar.”²¹

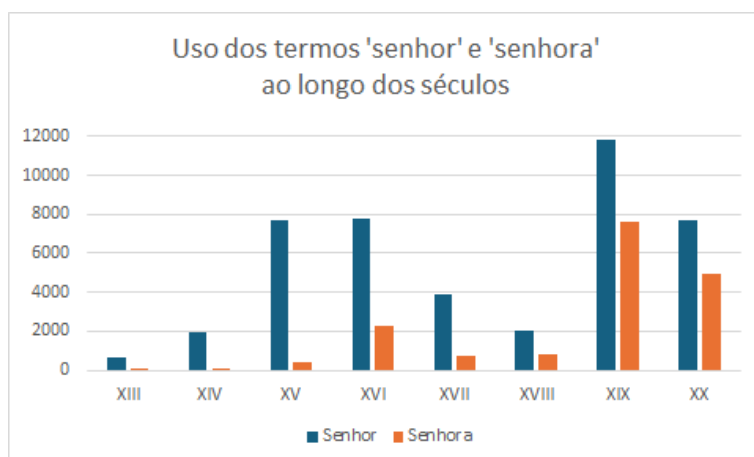
Apesar de ‘pastora’ não ser usado até ao século XVI, há dois usos do diminutivo ‘pastorinha’ no final de século XIII, um dos quais transcrevemos: “Muito mi praz d’ũa rem/ que fez Dona Marinha:/ nom quer seu marido bem,/ e soub'a pastorinha/ fogir.”²²

Também o nome ‘senhor’ foi, durante vários séculos, comum de dois géneros, apesar de a forma ‘senhora’ já ocorrer residualmente nos séculos XIII, XIV e XV (cf. gráfico 5).

²¹ Excerto de “Quand’eu um dia fui em Compostela” de Pedro Amigo de Sevilha (Cancioneiro da Biblioteca Nacional - B 1098), consultado através do projeto *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*.

²² Excerto de “Muito mi praz d’ũa rem” de Lopo Lias (Cancioneiro da Biblioteca Nacional - B 1350), consultado através do projeto *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*.

Gráfico 5 – Uso dos termos ‘senhor’ e ‘senhora’ ao longo dos séculos



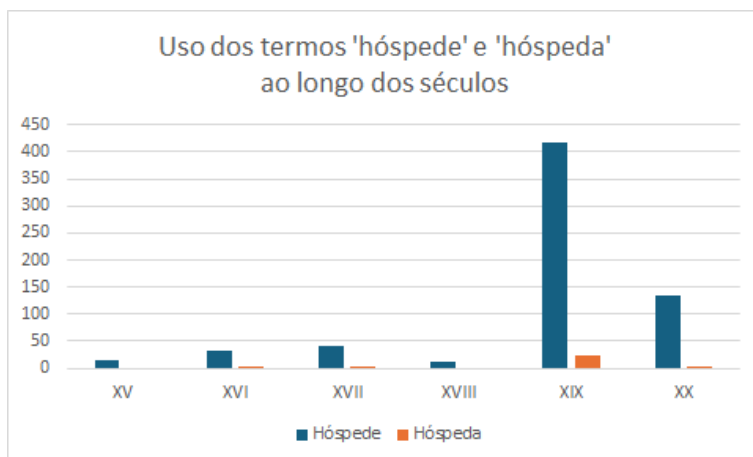
Fonte: Dados recolhidos no *Corpus do Português*

Outras palavras terminadas em -or, como ‘embaixador’, ‘imperador’, ‘ator’, adotaram o feminino em -triz, possivelmente por empréstimo ou por via erudita. Em registos menos vigiados, porém, havia usos como ‘emperadora’, presente em Gil Vicente (Said Ali, 1964, p. 62).

Nos dois casos analisados, uma palavra invariável ou comum de dois géneros adquire uma forma feminina (em -a), por analogia com palavras femininas – derivadas da 1ª declinação, em -a (Coutinho, 1938), que continua a ser usada até hoje. O uso de um feminino implica que a forma da palavra original é agora masculina.

No entanto, há vários casos em que a forma feminina torna a desaparecer (e mesmo a reaparecer novamente): relativamente a ‘hóspede’, existem usos de um feminino ‘hóspeda’ nos séculos XVI e XVII (8 no total). No século XIX, o uso acentua-se e é mesmo usado por Camilo Castelo Branco e Eça de Queiroz. Apesar de os dados disponíveis no Corpus do Português ainda não abrangerem o século XXI, a diminuição do seu uso no século XX parece refletir que ‘hóspede’ começa a voltar a ser usado como comum de dois géneros (cf. gráfico 6).

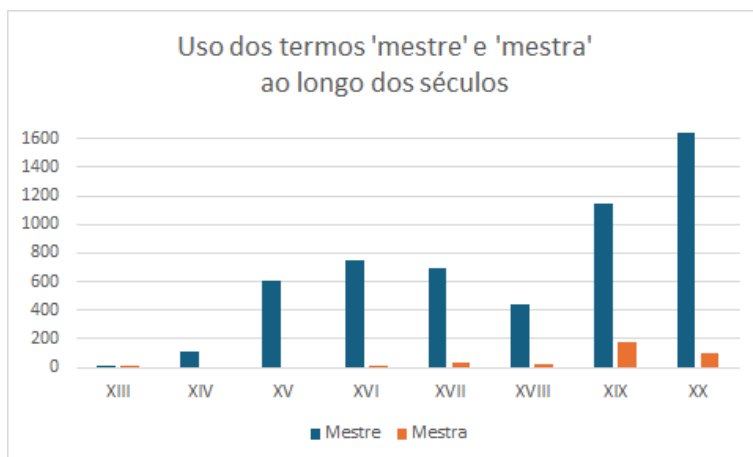
Gráfico 6 - Uso dos termos 'hóspede' e 'hóspeda' ao longo dos séculos



Fonte: Dados recolhidos no *Corpus do Português*

A situação com 'mestre' parece, inicialmente, semelhante, como podemos observar no gráfico 7, abaixo. Há um único uso da forma feminina (mestra) no século XIII, numa Cantiga de Escárnio e Maldizer, que não se repete ao século XVI, mantendo-se e difundindo-se até ao século XIX. No século XX, o número de usos de 'mestra' diminuem, sendo até ser considerados menos cultos ou fora da norma-padrão. Como abordaremos em 3.2, porém, esta forma pode estar a retomar uso, mesmo em contextos de prestígio.

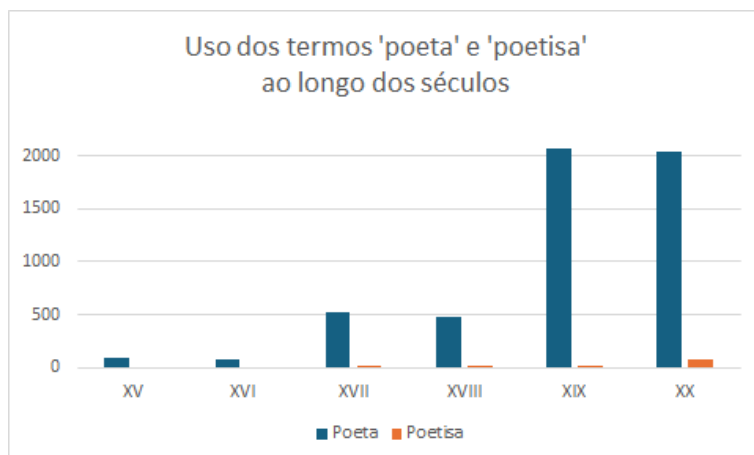
Gráfico 7 – Uso dos termos 'mestre' e 'mestra' ao longo dos séculos



Fonte: Dados recolhidos no *Corpus do Português*

Os próximos dois exemplos ('poeta' e 'presidente') distinguem-se dos anteriores, por surgirem, à partida como nomes masculinos, não comuns de dois géneros.

Gráfico 8 – Uso dos termos 'poeta' e 'poetisa' ao longo dos séculos



Fonte: Dados recolhidos no *Corpus do Português*

É de realçar que as primeiras referências a 'poetisa' ocorrem exatamente um século após a redescoberta publicação de excertos Safo (Reynolds, 2001), e um dos primeiros usos da palavra é precisamente acerca dela: "Sappho poetiza inventora do verso Sapphico"²³. Esta palavra²⁴ surge, então, em resposta ao aparecimento de mulheres que escrevem poesia. De facto, não conseguimos encontrar usos de 'poeta' como comum de dois géneros antes do surgimento de 'poetisa'. Há, porém, grupos de falantes que começaram a adotar 'poeta' para se referir a mulheres. Na realidade, esse uso não é tão recente como se possa pensar: a primeira instância que descobrimos a usar poeta no 'feminino' remonta ao início do século XX, num conto de Mário de Sá-Carneiro: "Na manhã seguinte, ao acordar, lembrei-me de que a poeta me dissera esta estranha coisa"²⁵. Já em 1939, Cecília Meireles escrevia "Não alegre nem sou triste:/ sou poeta" (Meireles, 2001). Entretanto, e sobretudo durante a última década, mais falantes,

²³ Excerto de "Prosodia 6" de Bento Pereira (1697), consultado através do *Corpus do Português*.

²⁴ Incluímos ambas as ortografias de 'poetisa' na pesquisa ('poetiza' e 'poetisa'), mas apresentamo-las em conjunto, para facilitar a compreensão.

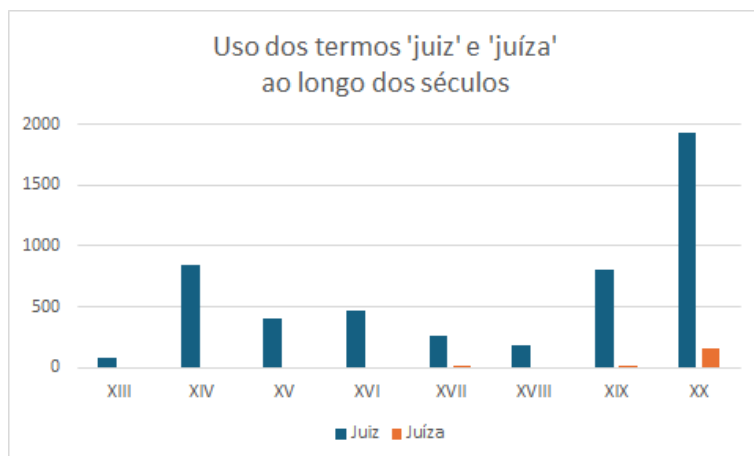
²⁵ Excerto de "Confissão de Lúcio" de Mário de Sá-Carneiro (1913), consultado através do *Corpus do Português*.

especialmente mulheres que escrevem poesia, têm abandonado o termo ‘poetisa’, em favor de ‘poeta’.

Pelo contrário, ‘presidente’ surge como masculino, e o primeiro uso de ‘presidenta’ é anterior à adoção de presidente como nome comum de dois géneros. Machado Assis escreve, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880) “Na verdade, um presidente, uma presidenta, um secretário era resolver as cousas de um modo administrativo”. O primeiro uso que encontramos de ‘presidente’ como referência a uma mulher dá-se num romance mais tardio do mesmo autor (*Quincas Borba*), escrito entre 1886 e 1891. Os primeiros usos de ‘presidente’ (comum de dois) e ‘presidenta’ registos em PE ocorrem ambos apenas nos anos 90 do século XX.

Outros cargos previamente atribuídos exclusivamente a homens têm vindo a abrir-se a mulheres. Paralelamente, novas formas linguísticas surgem (como ‘presidenta’), ou, se já existiam, mudam de sentido (como ‘juíza’).

Gráfico 9 – Uso dos termos ‘juiz’ e ‘juíza’ ao longo dos séculos



Fonte: Dados recolhidos no *Corpus do Português*

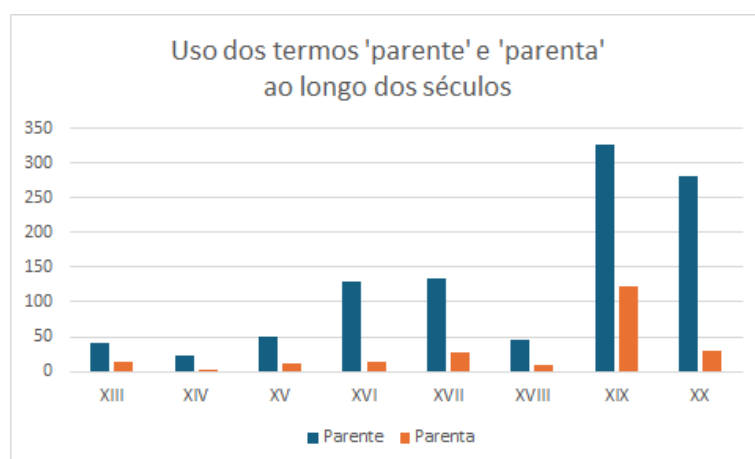
Segundo Gouveia (1997), ‘juíza’, não é uma palavra nova no português, mas designava a esposa de um juiz (entre outros sentidos), não uma mulher que ocupava o cargo judicial. A autora acrescenta que, à medida que mulheres começaram a tomar estes postos de trabalho, havia ainda alguma hesitação em usar o termo ‘juíza’, sendo

frequentemente referidas com ‘a juiz’²⁶ ou mesmo ‘o juiz [nome feminino]’. O primeiro uso que encontramos de ‘juíza’ (como título de profissão) é de 1991 (num artigo do *Público*). O gráfico 9 representa a frequência dos termos em cada século: é de notar que, apesar do claro aumento de usos de ‘juíza’ no século XX, estes só ocorrem nos anos 90.

A hesitação em adotar uma forma feminina do título profissional²⁷ pode, segundo Gouveia (1997) ter que ver com um eventual sentido pejorativo ou condescendente que esse feminino traria, e mesmo como modo de evitar “ferir a suscetibilidade linguística dos falantes cultos” (p. 344).

O exemplo seguinte (gráfico 10) é praticamente o inverso: observamos a coexistência de duas formas desde o século XIII (‘parente’ e ‘parenta’), sendo que uma delas (a feminina), parece estar a entrar em desuso, o que implicaria que ‘parente’ deixasse de ser masculino e se tornasse comum de dois géneros. Said Ali (1964, p. 66) explica precisamente que nomes em -e tendem a resistir à mudança, permanecendo comuns de dois e menciona algumas exceções, incluindo ‘parenta’. Porém, desde a data da publicação da sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, a tendência parece ser precisamente voltar a uma única forma, invariável.

Gráfico 10 – Uso dos termos ‘parente’ e ‘parenta’ ao longo dos séculos



²⁶ Ainda em uso, em concorrência com ‘a juíza’.

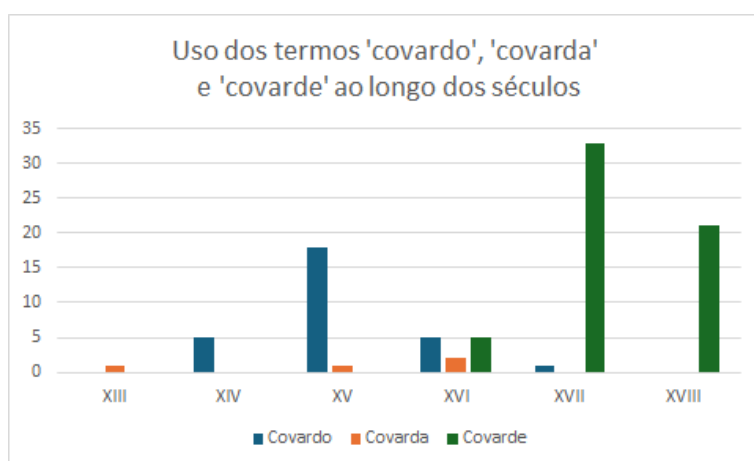
²⁷ Como, aliás, se verifica com a controvérsia poetisa/poeta.

Fonte: Dados recolhidos no *Corpus do Português*

Também a evolução da palavra ‘covarde’²⁸ é interessante neste sentido. No século XIII, é usado o termo ‘covarda’ (fem.) numa das *Cantigas de Santa Maria*. No século seguinte, aparece ‘covardo’ (masc.). Apenas no século XVI surge ‘covarde’ que, a partir do XVII se torna a forma mais usada, ao ponto de as outras duas formas desaparecerem por completo (ver gráfico 11).

Outro caso semelhante é o da palavra ‘rude’ (ver gráfico 12), que também substitui as outras formas (‘rudo’ e ‘ruda’). A diferença, neste contexto, é que ‘rude’ vem diretamente do latim²⁹, como adjetivo da 2ª classe – portanto uniforme. Através de analogia, recebeu outras duas formas (Coutinho, 1938), que acabaram por não permanecer na língua – ou permanecem apenas em registos populares (Gouveia, 2005).

Gráfico 11 – Uso dos termos ‘covardo’, ‘covarda’ e ‘covarde’ ao longo dos séculos³⁰



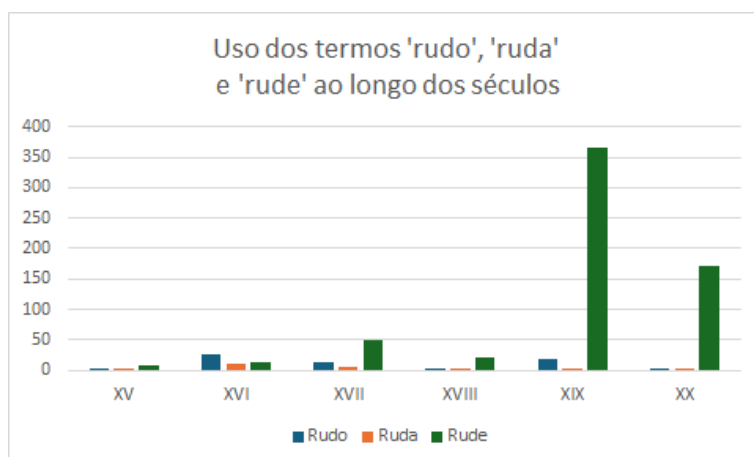
Fonte: Dados recolhidos no *Corpus do Português*

²⁸ Ambas as grafias com ‘v’ e ‘b’ foram consideradas na pesquisa. Para simplificação, usamos ‘covarde’ ao longo da análise.

²⁹ Ao contrário de ‘covarde’, que veio através do francês ‘couard’ (*Dicionário Integral da Língua Portuguesa*, 2009). A análise do género de entrada de empréstimos está fora do escopo desta dissertação, pelo que não tentaremos explicar o fenómeno, apenas reportá-lo.

³⁰ Exluímos os séculos XIX e XX por não representarem informação nova e por interferirem com a escala do gráfico.

Gráfico 12 – Uso dos termos ‘rudo’, ‘ruda’ e ‘rude’ ao longo dos séculos



Fonte: Dados recolhidos no *Corpus do Português*

Echaide (1969, 1992, *apud* Gouveia, 1997, p. 342) enumera algumas das motivações mais comuns para a mudança de género de uma certa palavra no espanhol:

- Distinção de sexo/género (em caso de humanos, profissões ou animais);
- Forma (especialmente terminação) da palavra;
- Conservação do género etimológico;
- Analogia.

De facto, a partir da nossa (reduzida) pesquisa, conseguimos comprovar estas tendências no português.

Pudemos observar ainda que, se por um lado, há casos em que surge um feminino analógico para referir mulheres em certas posições de poder ou profissões, há igualmente palavras variáveis que tendem a uniformizar. Mesmo as formas inovadoras ocasionalmente entram em desuso (Gouveia, 2005). Gouveia (1997, p. 345) refere que, mesmo que o género no português esteja em constante mudança, os meios pelos quais ele muda não diferem muito, desde o português antigo. Nota ainda que é “a própria língua (e os falantes)” quem se vão adaptar a novas realidades e preferir certas formas a outras, segundo as suas necessidades, reforçando que “um período oscilações e hesitações num determinado corte sincrónico” pode levar a uma mudança diacrónica.

3. Estratégias de resistência e inclusão linguística no português contemporâneo

Neste capítulo pretendemos verificar os fenómenos de variação que ocorrem no português contemporâneo relativamente ao género gramatical, e explicar as suas causas.

A relação que os falantes (e mesmo alguns gramáticos) estabelecem entre a categoria gramatical género (quando relativa a humanos) e a categoria social homónima explica as propostas recentes cujo objetivo é tornar várias línguas mais inclusivas.

Na secção 3.1 abordaremos a discriminação perpetuada na linguagem e, por vezes, pela própria linguística. Nas secções seguintes (3.2, 3.3 e 3.4), distinguimos três tipos de estratégias de resistência ou inclusão linguística: a feminização linguística – que pode incluir usos menos comuns de formas femininas ou mesmo a adoção do género feminino como genérico; a linguagem inclusiva – que recorre a palavras e estruturas já presentes na língua para evitar o uso supostamente genérico do masculino; e a criação de formas de género neutro – um terceiro género, que pode(rá) ser usado tanto como alternativa ao masculino genérico, como para referência a pessoas de género não-binário.

Interessa-nos fazer uma análise crítica às estratégias, perceber eventuais vantagens sociais da sua aplicação e identificar entraves linguísticos e sociais que as têm mantido fora do que é considerado o português padrão.

3.1. Discriminação na língua (e na linguística)

A procura de uma língua mais igualitária e inclusiva pressupõe que a língua (neste caso o português), à partida, não o é. Mas como pode isto ser?

A língua surge da perpétua troca de significados entre indivíduos e das suas intenções comunicativas. É durante este processo social, que coletivamente, construímos o sistema semântico que codifica a realidade – daí ambos serem inseparáveis (Halliday, 1978, p. 1). Por outras palavras, a língua é um fenómeno social/cultural não só por

constituir a cultura, mas por codificar outros dos seus sistemas semióticos (Halliday, 1978, p. 2).

Sendo a língua um produto da cultura, ela reflete modelos de poder/prestígio, podendo encarnar códigos discriminatórios e associados a desigualdades, a que Hung Ng (2007) chama *linguistic encoding of discrimination*. O uso de uma língua que veicula discriminação, por sua vez, normaliza-a e perpetua-a – *linguistic routinization of discrimination* (Hung Ng, 2007, pp. 107–109).

Em face destas tendências, Macedo e Amaral (2005) defendem que “[p]ara que haja emancipação, há que ter também um olhar crítico para os instrumentos que nos são providenciados pelos estudos linguísticos” (p. 176). Estas autoras identificam, ainda, 3 fenómenos que revelam e transmitem desigualdades: o uso de feminino com conotação negativa – como seria o caso de “cadela” ou “bicha”, entre outros (Fontana, 2015, p. 227)³¹, o uso do masculino genérico, e padrões sintáticos que “silenciam agentes e participantes” – como o uso de passivas na descrição de violência sexual e doméstica, que está relacionado com um desvio da culpa da pessoa agressora, para a vítima (Bohner, 2001), especialmente se a vítima for mulher e o agressor homem (Frazer & Miller, 2009).

Uma vez que este estudo tem como foco o género gramatical, não aprofundaremos a temática dos padrões sintáticos. Abordaremos o masculino genérico³², o modo como este tem sido justificado e, por vezes, imposto por gramáticos e linguistas e, por fim, referir a mudança linguística como recurso de resistência à desigualdade e discriminação.

3.1.1. Masculino genérico

Como vimos em 1.3.6, o masculino é considerado o género gramatical não-marcado, o que justifica (e é justificado, em parte), pelos seus dois usos: específico (1) e genérico (2, 3), que exemplificamos:

³¹ Mais ainda, entradas de dicionário frequentemente perpetuam conotações mais negativas à forma feminina de termos biformes.

³² Faremos ainda uma breve menção ao uso do feminino com conotações negativas em 3.2.

- 1) O João/Ele é simpático.
- 2) A Francisca, o Manuel e a Alice fizeram um ótimo espetáculo. São mesmo talentosos.
- 3) O aluno com melhor média receberá um prémio.

Já em 1.2.6, referimos a abordagem de três gramáticas sobre a concordância com géneros diversos. Nessa secção, percebemos que o uso do masculino como genérico era justificado ora por ser ‘o género nobre’, ora por haver um elemento hipotético masculino subentendido na frase, com a qual os restantes concordavam. A concordância com géneros diversos é apenas um dos casos em que o masculino genérico ocorre (ex. 2). Outros casos podem estar relacionados com situações factuais ou hipotéticas que envolvam pessoas de um género desconhecido (Mäder, 2015, p. 36), como no exemplo 3.

Corbett (1991) aborda 4 estratégias de concordância presentes em várias línguas:

- Uso convencionalizado de uma das formas existentes (no caso do português, o masculino)
- Uso de uma forma evasiva (adoção de outra forma presente no sistema para resolver o problema de concordância – como o uso histórico e que ainda se perpetua de *they* singular como referência a alguém cujo género é desconhecido ou irrelevante³³)
- Uso de uma forma especial precisamente para casos de ambiguidade (existente em Zande; poder-se-iam incluir aqui os neopronomes)
- Ausência de estratégia sistemática (aplicação de regras diferentes em situações diversas)

Como podemos ver, o uso genérico de um dos géneros (especificamente o masculino) não é a única estratégia possível, nem necessariamente a mais útil ou valiosa, como veremos de seguida.

³³ Este uso real foi considerado ‘errado’ por gramáticos do inglês entre os séculos XVI e XVIII, que o tentaram erradicar e prescrever o uso de *he* como genérico (Bodine, 1975). Atualmente, *they* singular é usado ainda como pronome neutro não-binário.

De facto, tanto Corbett como Mäder referem situações de personificação de conceitos/objetos (obviamente [-animados]) que adotam o género da palavra, na língua do artista ou comunidade³⁴. Este fenómeno não é, evidentemente, prova absoluta de que o género gramatical de uma palavra determine, ou mesmo influencie consistentemente a conceção que uma comunidade de falantes tem dela, como notado por Guthke:

But even if a language has grammatical gender in the strict sense, its nouns being either masculine or feminine (or neutral), the relationship between grammatical gender and imaginative representation or indeed reality is by no means consistent and predictable (Guthke, 1999, p. 29)

Porém, a personificações de ideias não-sexuadas não é o único indício que temos para considerar que o género gramatical, especificamente o uso genérico do masculino, tem implicações cognitivas: existe já literatura sobre o masculino dito genérico ser preferencialmente interpretado como específico em várias línguas indo-europeias (Matos, 2020). O estudo de Matos (2020) é o primeiro a verificar este fenómeno também no Português (Europeu). É de notar que estes efeitos só são relevantes no caso de palavras com traço [+humano] variáveis em género.

Mäder (2015) considera que o masculino genérico é, na verdade, uma manifestação da assimetria de representações cognitivas sobre género nos humanos, e propõe que, além das coordenadas dos déíticos eu-aqui-agora (pessoa, espaço, tempo), parece haver ainda uma gramaticalização do androcentrismo³⁵, o que leva este autor a referir-se a sexismo gramatical.

³⁴ Por exemplo, a Morte tem sido personificada de várias maneiras: na cultura grega, estava associada à figura do deus Θάνατος (Thanatos) – palavra masculina. Também em comunidades de línguas germânicas, existe a figura do Grim Reaper, igualmente masculina, já que Tod (alemão) é uma palavra masculina (derivada de *daupuz (m.) do Proto-Germânico). Pelo contrário, personificações da morte em comunidades de línguas românicas tendem a ser feminina ('mors, mortis', em latim, era feminino): desde o culto à Santa Muerte no México, ao conto popular português 'Comadre Morte' (Coelho, 2002), e a representações artísticas da morte francesas e italianas que a personificam como mulher (Guthke, 1999).

³⁵ Caldas-Coulthard (2007) acrescenta que mesmo a ordenação de duas formas costuma dar primazia ao masculino: "pai e mãe, filho e filha, rei e rainha" (p. 237).

3.1.2. (Im)parcialidade da ciência

Autoridades científicas têm, historicamente, defendido o uso genérico do masculino. Vimo-lo nas gramáticas portuguesas dos séculos XVII e XVIII, na imposição do *he* genérico por gramáticos ingleses ao longo de vários séculos (Bodine, 1975) e vemo-lo atualmente, no ensino e em muita investigação, que o aceita e reproduz, em vez de o questionar e a sua definição tautológica (que já referimos em 1.3.6).

Mais evidente e extremo é o caso de instituições oficiais que tomam posições prescritivistas contra o uso de linguagem inclusiva ou mesmo a feminização de nomes de profissões, como é o caso da Real Academia Española (López, 2022) e da Académie Française (Mäder, 2015), respetivamente.

É por atitudes e posições como estas, que autoras como Bodine (1975) e Macedo e Amaral (2005) questionam a imparcialidade da ciência. Bodine afirma mesmo que:

the specific choices of the prescriptive grammarians are rarely explored and are therefore treated as unmotivated and arbitrary (Bodine, 1975, p. 3)

Ou seja, o que foi descrito, mas também prescrito, no passado – neste caso, o masculino genérico – não é reavaliado, e é largamente considerado imparcial. Porém, ocasionalmente (talvez frequentemente), esse não é o caso, como vemos.

Atualmente, a linguística preza-se por ser descritiva, e não normativa (Sousa-Silva, 2021). Esse é um dos argumentos usado para linguistas não aceitarem (muito menos defenderem) intervenções na língua que consideram artificiais. Porém, oporem-se a formas já usadas por falantes é, em si, normativo. Moure, (2022, p. 187) chega a considerar que “a razão pela qual as academias não aceitam *gerenta* [é] evitar tomar parte num conflito social”. No entanto, é de realçar que ter o posicionamento padrão não é o mesmo que não ter posicionamento.

Outro dos argumentos usados para contrariar intervenções que visem tornar a língua mais inclusiva é o género gramatical não equivaler perfeitamente ao género social: quem considera que o género gramatical é uma categoria semanticamente imotivada

não vê nenhum motivo para o uso do género gramatical masculino em situações genéricas ou abstratas implicar qualquer tipo de sexismo.

Porém, a existência de nomes comuns de dois géneros (que aceitam dois padrões de concordância dependendo do género do referente) e de palavras com traço [+humano] que variam segundo o género da pessoa a que se referem prova que o género gramatical tem relação com o género social, ainda que em contextos muito específicos. Mais ainda, Matos (2020) verifica que o masculino genérico, de facto, é não raras vezes lido como masculino específico em PE.

3.1.3. Mudança linguística como resposta

Faria (2003, p. 34) explica que “de entre as variedades dialetais, uma é geralmente adotada como padrão” que é usado no ensino explícito da língua. O padrão é prestigiante para os falantes que o adotam, e passa a ser considerado norma.

Esta variedade (padrão) tende a “fossilizar-se”. A norma-padrão é equacionada com uma ilusória correção linguística. É útil em situações de grande formalidade e tem um valor sociolinguístico por ser visto como ponto de referência legitimado, mas não tem nenhum outro valor inerente superior a qualquer outra variedade. O estabelecimento (necessariamente artificial) de uma norma-padrão permite controlar a língua de modo a torná-la mais uniforme, desacelerando e desencorajando a sua mudança (Lippi-Green, 2012), pelo desprestígio de falar de forma considerada menos legítima e correta.

Porém, a variação e a mudança são factos linguísticos. Segundo Lippi-Green (2012) são ainda factos sociais, na medida que nos contruímos através da linguagem. As nossas escolhas linguísticas tanto nos permitem mostrar quem somos (e quem não somos), como sinalizar aos restantes falantes em que comunidades nos inserimos.

Face aos problemas que advêm do masculino genérico e da falta de uma maneira de fazer referência, em português, a pessoas não-binárias sem lhes atribuir o masculino ou o feminino, algumas comunidades começaram a adaptar a sua linguagem de modo a ser mais inclusiva e menos sexista (e transfóbica).

Reformas para linguagem não-sexista ganharam um grande impulso nos anos 70, junto com a segunda vaga feminista (Curzan, 2014), especialmente em países de língua inglesa (Moure, 2022). É sobretudo a partir da década de 1970 que se verifica a substituição progressiva do genérico ‘he’ pela opção binária ‘he or she’ e a difusão de alternativas aos títulos de profissões terminadas em -man. Por exemplo, ‘police officer’ ganha terreno face ao termo ‘policeman’ (Curzan, 2014).

Mesmo nesta época, Robin Lakoff duvidava da viabilidade (e da necessidade) dos esforços para neutralizar o sistema pronominal pessoal – por se tratar de uma classe fechada, funcional:

It is realistic to hope to change only those linguistic uses of which speakers themselves can be made aware, as they use them. One chooses, in speaking or writing, more or less consciously and purposefully among nouns, adjectives, and verbs; one does not choose among pronouns in the same way. My feeling is that this area of pronominal neutralization is both less in need of changing, and less open to change, than many of the other disparities that have been discussed earlier, and we should perhaps concentrate our efforts where they will be most fruitful. (...) Perhaps linguistic training has dulled my perception, and this really is a troublesome question. If so, I don't know what to advise, since I feel in any case that an attempt to change pronominal usage will be futile. (R. Lakoff, 1973, p. 31)

Em plena década de 2020, sabemos que o ‘he’ genérico caiu em desuso, graças a esforços de falantes, que conscientemente o deixaram de usar. Em vez dele, é comum ouvirmos ‘he or she’ ou mesmo ‘they’ (singular indeterminado) – que fora excluído da norma, mas cujo uso não tinha desaparecido.

Este não é o único exemplo de mudança deliberada alguma vez verificada. Thomason (2007) distingue três tipos de mudança deliberada: empréstimos lexicais, resistência a mudança (*deliberate non-change*), e mudanças estruturais. Esta autora defende que a mudança linguística deliberada é possível e acontece a partir do primeiro instante em que um único falante produz um enunciado com qualquer mudança consciente.

Exemplos em maior escala existem igualmente, e costumam estar associadas a condições como:

- Uma comunidade de fala é pequena, possivelmente multilíngue ou socialmente dominada por outro grupo;
- Padronização de uma língua;
- Emergência de um novo grupo étnico/social que necessita de simbolizar a sua identidade (Thomason, 2007, p. 58)

A autora usa dois exemplos interessantes: várias pessoas da Galiza têm vindo a adotar, em casos de sinónimos, a palavra de origem galego-portuguesa, em vez da que surge por influência castelhana (p. 50); refere ainda introduções artificiais tanto de léxico como de palavras funcionais em estónio por Johannes Aavik no início do século XX, várias das quais se mantêm na língua.

Retomando a natureza fossilizante da norma-padrão, esta parece enquadrar-se perfeitamente na categoria de ‘resistência a mudança’. Podemos, então, reconhecer que a variação orgânica e natural não é a única que existe ou é permitida institucionalmente.

Mudar efetivamente uma língua de forma planeada, consciente e deliberada é difícil, mas não impossível, especialmente se a mudança for apoiada por um movimento social ou político forte (Curzan, 2003). Por outro lado, nenhuma mudança é permanente, pelo que, mesmo a partir de uma introdução artificial, a língua como sistema continuaria a evoluir naturalmente. Curzan (2014) exemplifica com linguagem não-sexista (referindo-se ao desuso do ‘he’ genérico e de nomes de profissões neutros): inicialmente, os falantes podem estranhar as novas formas, mas à medida que as ouvem e leem mais, estas naturalizam-se, e são adotadas por mais falantes, que, por sua vez, as difundem ainda mais, normalizando-as. Pelo contrário, se as alterações forem desadequadas ou redundantes ao sistema linguístico, este mesmo cuidará de as reverter.

3.2. Feminização linguística

Consideramos que a feminização linguística se pode dividir em duas subestratégias:

- o uso de formas femininas previamente inexistentes ou tidas como ‘populares’ e a sua progressiva normalização (Mäder & Severo, 2016; Moure, 2022)
- a adoção do género feminino como genérico – em certos contextos, sobretudo *queer* (A. Cunha, 2021; Ostermann & Borba, 2008)

Moure (2022, p. 183) explica que, com a entrada das mulheres em profissões e outras atividades que lhes haviam previamente sido vedadas, passa a haver justificação para cunhar termos para as denominar³⁶. O termo ‘presidenta’ é, possivelmente, o mais popular e controverso exemplo. Se, em PE, ainda é mais comum usar-se ‘a presidente’ (comum de dois), no PB ‘a presidente’ e ‘a presidenta’ têm conotações diferentes que refletem ideologias distintas (Fontana, 2015; Mäder, 2015).

Outros exemplos deste tipo de feminização linguística seriam a adoção de formas femininas de registo informal (como ‘chefa’ e ‘mestra’) e usá-los em contextos formais (Moure, 2022). Mäder (2015) regista ainda alguns neologismos como ‘ídola’ e ‘gurua’.

O segundo sentido de feminização linguística refere-se ao uso do feminino independentemente do género da pessoa falante, ou mesmo o seu uso genérico (que contrasta com o masculino genérico).

Numa entrevista recente, José Carlos Malato, fala da sua identidade não-binária e refere:

Mais ao nível da linguagem, eu posso dizer ‘tou cansada’ e este ‘estar cansada’ exprime muito mais aquilo que eu sinto (...) Eu acho muita piada a essa fluidez [de género], que gosto de tomar para mim porque me liberta e porque acaba também com esse estereótipo que eu tinha do homem macho. (Mendonça, 2024)

³⁶ Estas novas formas não são sempre acolhidas da mesma forma: várias profissionais na área do direito preferem a forma ‘a juiz’ e verificamos uma crescente tendência de rejeição de ‘poetisa’. Ainda assim, a feminização de nomes de profissões tem sido bastante prolífica.

O uso do feminino genérico está muito ligado ao ativismo, à arte e à comunidade LGBTQ+: desde publicações de Instagram de núcleos ativistas, a espetáculos do Teatro Municipal do Porto. Usamos como exemplo excertos retirados de publicações do grupo Estudantes do Porto em Defesa da Palestina e do espetáculo *Um Quarto Só para Si*, do coletivo *silentparty*.

Perante o genocídio que Israel está a cometer contra o povo palestiniano, as estudantes exigem que a UP rompa imediatamente todas as relações que mantém com instituições e empresas israelitas e condene oficialmente o atual genocídio na Palestina (...) As estudantes, juventude e pessoas solidárias com a luta pela libertação da Palestina recusam-se a testemunhar passivamente a expressão mais violenta deste século (...) – @emdefesadapalestina.up (via Instagram)

Este grupo de estudantes não é composto apenas por raparigas e mulheres, mas antes adotam o feminino genérico como estratégia de visibilidade e inclusão.

Também a *silentparty* é um grupo misto, mas todas as referências coletivas são feitas no feminino:

Se a caneta não funcionar, basta pedirem a qualquer uma de nós. (...)

Note to self: Um quarto só para si, também é outra forma de dizer mais vale sozinha que mal-acompanhada.

Note to self: Um quarto só para si, para todas e para cada uma. (...)

Note to self: É fundamental podermos não ser vistas. (silentparty, 2023)

O coletivo explica esta escolha: por um lado, desejam desafiar as instituições com quem trabalham, confrontando-as com a invisibilidade das pessoas que preferem ser tratadas no feminino (a maior parte da equipa) e que sofrem ao ser coletivamente referidas no masculino. Por outro, percebem que o uso do feminino ‘universal’ chama a atenção do próprio público, que é também questionado (indiretamente) sobre as escolhas linguísticas que faz.

Esta posição vai de encontro ao que Moure afirma:

Evitar que o masculino seja considerado a forma regular não é uma simples norma de estilo, mas uma tática para que a visão do mundo no masculino não se imponha, à custa de outras. (Moure, 2022, p. 190)

3.3. Linguagem inclusiva

Curzan (2014) defende que linguagem politicamente sensível (*politically responsive language*³⁷) força os falantes a confrontarem-se com a realidade de que a linguagem não é completamente transparente e neutra, no sentido que pode carregar conotações e vieses. Reforça também o poder que cada falante tem para usar a sua fala como ato político.

Segundo Abranches (2009, p. 13), o (seu) Guia de Linguagem Inclusiva tem como propósito “dar uma primeira resposta (...) à correlativa igualdade de tratamento de ambos os sexos na linguagem”. Mais ainda, Leal et al. (2023, p. 4) defendem que a linguagem inclusiva visa “progressivamente, abolir e transformar [...] palavras e expressões [...] discriminatórias e estigmatizantes”. A linguagem inclusiva faz por trilhar o caminho para a igualdade de género no que diz respeito à comunicação, bem como substituir expressões linguísticas ofensivas por expressões não-discriminatórias.

Crucialmente, a linguagem inclusiva abordada e defendida pelos dois guias que vamos analisar adota e adapta formas e estruturas já presentes na língua, mas não cunha palavras novas.

3.3.1. Apresentação dos guias

É em resposta a fenómenos de discriminação linguística, especialmente ao masculino genérico, que surge a linguagem inclusiva. Nesse âmbito, foram criados guias que visam orientar a comunicação (geralmente institucional), com o objetivo de esbater desigualdades de género perpetuadas pela linguagem. Nesta secção abordaremos o

³⁷ A autora cunha este termo face às conotações pejorativas que ‘politically correct’ desenvolveu.

Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, a que doravante, chamaremos Guia da Administração Pública, ou apenas Abranches (2009) e o *Guia para a Utilização de Linguagem Inclusiva*, da Universidade do Porto, criado no âmbito do projeto europeu RESET (Redesigning Equality and Scientific Excellence Together), que designaremos como Guia da UP, ou Leal et al. (2023). A escolha deste corpus prende-se com o facto de o Guia da Administração Pública ter sido um dos primeiros guias de linguagem inclusiva e, sem dúvida, a fonte principal para todos os que se lhe seguiram, inclusive o documento de apoio à *Linguagem Neutra do Ponto de Vista do Género no Parlamento Europeu* (de 2018), já analisado por Trainer (2021). Escolhemos ainda o Guia da UP por ter sido promovido pela Universidade na qual este estudo está a ser desenvolvido.

Estes guias baseiam-se na crença de que o género gramatical e o género social não são totalmente independentes, e que a linguagem tem a potencialidade de perpetuar visões redutoras da diversidade humana, como é evidente no excerto “a linguagem assume-se como fulcral na manutenção ou revolução de atitudes e comportamentos” (Leal et al., 2023, p. 4). A língua não é vista como mero instrumento neutro, imparcial e apolítico, mas como o reflexo de perspetiva sociais enviesadas e, simultaneamente, um meio de reforçar esses mesmos vieses. Segundo Abranches (2009), as práticas sociais de uma comunidade (nomeadamente a luta pela igualdade de género) devem refletir-se nas práticas linguísticas. Assim, a linguagem inclusiva é importante pois, por um lado, reflete uma comunidade de falantes mais inclusiva e, por outro, não contribui para a manutenção da invisibilidade e discriminação de grupos minoritários ou marginalizados.

Como abordado anteriormente, o principal problema a resolver é o uso do masculino genérico. As críticas prendem-se com o facto de o uso do género masculino em referência a grupos mistos pressupor o homem como ponto de referência, tornando a mulher invisível (Abranches, 2009, pp. 11–12). O uso do masculino como geral e específico contrasta com o único uso (específico) do feminino, o que cria uma assimetria e reforça a presença do homem, em detrimento da presença da mulher, como vimos em 3.1.1.

Para contrariar esta tendência são apresentados dois tipos de soluções: a Neutralização (Abstração de Referência Sexual) e Especificação do Sexo (através de Formas Duplas).

O Guia da Administração Pública propõe 2 estratégias para a Neutralização de expressões que usam o masculino genérico:

- substituição por verdadeiros genéricos:
 - 1) nomes sobrecomuns,
 - 2) coletivos ou termos abstratos,
 - 3) substantivos comuns dos dois géneros sem o uso de artigo
- substituição por pronomes invariáveis,
- processos alternativos.

Desta forma, expressões como “o requerente” (que engloba todos os géneros sociais através do uso do masculino gramatical), poderiam ser substituídas por outras do tipo: “requerente” (sem o artigo), “a pessoa que requer”, “quem requerer”. Considerando que este guia se dirige a usos administrativos, apresenta exemplos que dificilmente serão usados fora de formulários ou comunicação institucional, daí não ser totalmente aplicável à linguagem de forma mais generalizada, como é o caso da sugestão de substituir “filho de” e “nascido a” por “filiação” e “data de nascimento”, respetivamente.

Apesar de o assunto não ser desenvolvido, um dos exemplos utilizados por Abranches (2009) para ilustrar a “Opção por colectivos [sic] ou nomes representando instituições/organizações, salvo se houver que designar a pessoa, enquanto titular do cargo ou função” é o de substituir “as empregadas de limpeza” por “o pessoal de limpeza”. Isto deve-se aos estereótipos associados a certas profissões. Esta substituição (e outras semelhantes) mostram que estas estratégias têm como objetivo neutralizar a referência ao género dos indivíduos, independentemente de ser masculino ou feminino.

Por outro lado, o Guia da UP dedica mais atenção à necessidade de quebrar estereótipos de género e sugere que a simples neutralização dos termos nem sempre é suficiente, e que pode mesmo ser contraproducente. É por isso que este guia distingue dois tipos de linguagem inclusiva (ver tabela 5): a Linguagem Neutra (que se aproxima das estratégias abordadas por Abranches (2009) na secção de neutralização/abstração de referência

sexual) e a Linguagem com Conotação de Género (que, além das anteriormente referidas Formas Duplas, usa a Especificação de Sexo de forma intencional, no sentido de quebrar expectativas e estereótipos de género).

Tabela 5 – Comparação de usos de linguagem

<i>Utilização do “masculino por defeito”</i>	Linguagem Inclusiva	
	<i>Linguagem neutra</i>	<i>Linguagem com conotação de género</i>
Exmo. Sr. Diretor	Exma. Direção	Exma. Diretora/ Exmo. Diretor
Os alunos desta escola.	Estudantes desta escola.	Os alunos desta escola./As alunas desta escola.
As regras aplicam-se a todos .	As regras aplicam-se a todas as pessoas .	As regras aplicam-se a todos e a todas.

Fonte: Leal et al (2023, p. 11)

Abranches (2009, p. 18) refere que as Formas Duplas são “geralmente considerada[s] o recurso mais adequado e eficaz relativamente aos propósitos de visibilidade e simetria”. Além do valor ideológico do uso desta estratégia, é reforçado que a preferência por ela é ainda justificada pelas “dificuldades de recorrer sistematicamente à neutralização ou abstracção [sic] do género gramatical devido à alta incidência de termos com marcas morfológicas de género e à concordância em género”.

O uso das Formas Duplas baseia-se na enumeração de 2 géneros, como ‘trabalhadores e trabalhadoras’. É recomendado por ambos os guias alternar a ordem e evitar o uso de barras e parêntesis por dificultar a leitura (se necessário, preferir as barras, por não implicarem importância reduzida). Assim, idealmente usar-se-ia ‘trabalhadores e trabalhadoras’ ou ‘trabalhadoras e trabalhadores’ em vez do masculino genérico ‘trabalhadores’ ou, em último caso ‘trabalhadores/as’ ou ‘trabalhadoras/es’ (mas nunca ‘trabalhadores(as)’).

3.3.2. Análise dos guias

Mais do que sumarizar as propostas destes guias, importa analisá-las, para perceber se são consistentes com os objetivos e se funcionam de forma sistemática.

Começemos pelos objetivos estipulados: “eliminação do uso do masculino genérico (...) e a sua substituição por formas não discriminatórias que respeitem o direito de homens e mulheres à representação linguística da sua identidade e impliquem o reconhecimento de que nenhum dos dois sexos tem o exclusivo da representação geral da humanidade” (Abranches, 2009, p. 13). Também Leal et al. (2023, p. 4) referem o respeito pela autodeterminação individual, além da abolição progressiva de expressões discriminatórias (apesar de, no âmbito deste trabalho, nos interessarem apenas as que tiverem a ver com género). Além do masculino genérico, devemos atentar nos nomes de profissões (e o género a eles associado) – como brevemente referido por Abranches (2009), e na binariedade de género – como mencionado por Leal et al. (2023).

O Guia da Administração Pública, por já ter 15 anos, encontra-se datado em alguns aspetos. Por um lado, fala de sexo, numa circunstância em que seria mais adequado referir-se a género. Por outro, mesmo que substituíssemos todas as instâncias em que a autora usa esse termo pela palavra “género”, haveria ainda outra incorreção, que é a conceção de género (social) como um binómio masculino/feminino. Se pretendemos atingir uma verdadeira igualdade entre os géneros, é imperativo reconhecer que o conceito de género é culturalmente construído e um *continuum*, que inclui pessoas que não pertencem a nenhum dos polos (feminino ou masculino). Relativamente às 2 principais propostas deste guia, uma delas (Formas Duplas), infelizmente, reforça a binariedade de género, pelo que talvez não possa ser aplicada de forma tão abrangente e inclusiva como inicialmente desejado. A outra (Neutralização), pelo contrário, permite a referência a todas as pessoas, independentemente do seu género, pelo que parece cumprir mais eficazmente o objetivo de inclusão.

O Guia da UP reconhece (e menciona mais do que uma vez) a existência de pessoas não-binárias, mas faz questão de se demarcar de qualquer forma de ‘linguagem neutra’ que não a linguagem “sem conotação de género” – equivalente à Neutralização de Abranches (2009) –, rejeitando assim as propostas de género neutro que abordaremos em 3.4.

Virando a atenção para as propostas concretas de cada um destes guias, é necessário notar que, apesar de apresentarem soluções mais, ou menos, inclusivas, os exemplos

abordados restringem-se quase exclusivamente à comunicação institucional (e em formato escrito). Presume-se que o auxílio na redação de formulários ou circulares fosse o intuito dos documentos, porém, algumas das estratégias sugeridas não podem ser usadas independentemente do contexto, pelo que seguir estes guias ‘à letra’ não faz sempre sentido. Exemplos disso são:

- 4) Usar ‘Estudantes desta escola’ em vez de ‘Os alunos desta escola’ (Leal et al., 2023, p. 11)
- 5) Usar ‘Exma. Direção’ em vez de ‘Exmo. Diretor’ (Leal et al., 2023, p. 11)
- 6) Usar ‘A/O cidadã/o’ em vez de ‘O cidadão’ (Abranches, 2009, p. 19)
- 7) Usar ‘Requerente’ em vez de ‘O requerente’ (Abranches, 2009, p. 23)

O exemplo 4 ilustra uma tentativa de substituir um termo com marca de género masculino (‘aluno’), por uma palavra cujo género é invariável (género comum), neste caso “estudante”. Noutros contextos, poder-se-ia ainda usar um nome coletivo (como ‘turma’) ou sobrecomum (como ‘corpo estudantil’). Estas estratégias, porém, não podem ser usadas indiscriminadamente. Não há sinónimos perfeitos (Paradis, 2012), pelo que, se em alguns contextos é perfeitamente natural variar entre “aluno” e “estudante”, noutros (como em referências a crianças e adolescentes em idade escolar) esta substituição não seria adequada. O uso de coletivos, também recomendado por Abranches (2009, p. 22) não é isento de problemas semelhantes: embora usar ‘turma(s)’ possa facilitar a referência a todos os géneros, pode também não ser preciso se se estiver a falar de alunos³⁸ específicos, nem todos da mesma turma, ou que não constituam a totalidade da turma. Além disso, nem todos os termos com marcas de género têm um nome coletivo ou sobrecomum associado, pelo que estas estratégias dificilmente podem ser adotadas sistematicamente.

³⁸ Quase a título de exemplo, pensei escrever esta frase de maneiras diferentes, mas todas apresentaram problemas, pelo que me cingi ao masculino genérico, precisamente para ilustrar a dificuldade de adotar uma estratégia sistemática e verdadeiramente inclusiva. Se “falar de alunas e alunos” excluía à partida pessoas não-binárias, “falar de alunes” é uma forma emergente e desconsiderada por muitos falantes, inclusive no meio académico. Haverá uma resposta certa?

O exemplo 5 substitui o endereçamento a um indivíduo ('Exmo. Diretor') pelo endereçamento à instituição ("Direção") em geral. Isto pode ser extremamente útil em casos em que se desconhece (o gênero d)a pessoa a quem se escreve (ou se a pessoa prefere termos sem marcação de gênero).

A apresentação desta estratégia no contexto do guia, porém, é confusa, pois, ao longo do documento, e quase como 'exceção' à própria proposta, é afirmado que "referenciar o gênero pode ser importante para visibilizar determinada população" (Leal et al., 2023, p. 11). Esta situação é exemplificada com 'a mulher cientista' (p. 7) e 'mulheres engenheiras' (p. 12) por se assumir/reconhecer que, em certos contextos, não é esperado que mulheres acedam a profissões técnicas (ver fig. 2). Dar relevância às mulheres em áreas científicas (e, talvez de forma mais justificada, em cargos de chefia), é considerado uma maneira de quebrar estereótipos de gênero (p. 11).

Figura 2 – O uso da linguagem e a (des)construção de estereótipos

A enfermeira/ O engenheiro	Quando não sabemos o gênero da pessoa profissional parece haver uma tendência para atribuir a profissões específicas o gênero masculino ou feminino, mediante determinados estereótipos de gênero. Por exemplo, profissões de cuidado parecem ser socialmente mais associadas ao gênero feminino enquanto profissões mais técnicas são atribuídas ao gênero masculino.
A mulher cientista/ O cientista/ A pessoa cientista	Enfatizar o gênero específico de quem assume determinada profissão (e.g., a mulher cientista) pode ser importante quando queremos reforçar o papel positivo do gênero na situação. Utilizar o gênero masculino por defeito (e.g., o cientista) invisibiliza todas as outras identidades de gênero, pelo que deve ser evitado. Por sua vez, utilizar uma referência neutra em termos de gênero (e.g., a pessoa cientista) apresenta-se como uma solução mais inclusiva ainda que, pela tradição masculina das línguas latinas, nos possa parecer inicialmente estranho a sua pronúncia.

Fonte: Leal et al (2023, p. 7)

Independentemente de concordarmos, ou não, com este princípio, a forma como ele é apresentado sem discussão mais aprofundada parece contraditório, por não se separar claramente que propostas se aplicam se nos referimos a uma pessoa só ou a um grupo. Usando o exemplo 'diretor/direção', não há nada inerentemente sexista ou menos inclusivo em deixar de referir ou se dirigir a um homem diretor de uma escola ou empresa por 'Exmo. Diretor'. Reiterando o que dissemos anteriormente, apenas quando não sabemos o gênero da pessoa no cargo de chefia (ou se soubermos que essa pessoa

prefere termos sem marcação de género) é que vale a pena usarmos uma alternativa como ‘Exma. Direção’. Igualmente, preferir ‘a (mulher) cientista’ no caso de ser uma mulher (por crermos que devemos realçar grupos minoritários) e ‘pessoa cientista’ no caso de ser um homem apenas ‘*des*neutraliza’ as estratégias (válidas e eficazes) que temos para nos referir a grupos mistos ou a pessoas não-binárias. Esta mesma ideia é expressa por Abranches (2009, p. 22): “Opção por colectivos [sic] ou nomes representando instituições/organizações, salvo se houver que designar a pessoa, enquanto titular do cargo ou função”. Assim, se nos estivermos a referir a um só indivíduo (e salvas as exceções já referidas), não há necessidade de preferir alternativas sem conotação de género.

Quando nos referimos a um grupo misto, o recurso à Neutralização das formas marcadas para género é útil e eficaz. No entanto, não há formas neutras equivalentes a todos os termos em uso e, mesmo nos casos em que há, podem ter restrições contextuais. É por isso que os guias em análise propõem outra alternativa: a das Formas Duplas (em que são enunciadas duas formas do nome e, em alguns casos, de adjetivos). Já referimos anteriormente que esta estratégia é imperfeita por não ser sempre realmente inclusiva, mas é frequentemente usada em contextos institucionais, pelo que vale a pena analisar esta proposta atentamente. Se, por um lado, a utilização tanto da forma masculina como da forma feminina incluiria ambos, também é impossível usá-las sistematicamente na oralidade. Como vemos no exemplo 6, no meio escrito é possível condensar ambas as formas usando barras oblíquas, mas oralmente, tal não pode ocorrer, o que eventualmente pode levar a construções não propriamente agramaticais, mas pouco aceitáveis, por violarem o princípio de economia linguística, sendo muito repetitivas (Meseguer, 2001), como exemplificado por Veloso (2017):

Os e as utentes deste ginásio devem dirigir-se aos professores e às professoras encarregados e encarregadas da vigilância dos espaços antes de qualquer atividade e devem solicitar previamente aos funcionários e às funcionárias a chave de acesso aos balneários. Os e as responsáveis do ginásio não se responsabilizam pelos danos e pelos furtos de que os

frequentadores e as frequentadoras do ginásio possam ser vítimas. (Veloso, 2017)

Construções com esta extensão não são comuns, claro, mas seriam o resultado lógico da aplicação acrítica desta proposta.

A ordem das formas usadas também merece ser discutida: ambos os guias recomendam a alternância entre masculino e feminino em 1º lugar, como ‘trabalhadores e trabalhadoras’ ou ‘trabalhadoras e trabalhadores’. Percebe-se que isto serviria para não colocar a mesma forma (correspondente a um grupo) sempre em primeiro lugar, já que isso poderia indicar a sua primazia ou maior importância.

No entanto, é relevante ter em mente que o masculino ainda tem usos genéricos, além do específico (é precisamente isso que os guias querem combater). Por isso, começar a enumeração das duas formas com o masculino pode criar ambiguidades: o interlocutor não sabe, inicialmente, se o ‘trabalhadores’ é genérico ou específico, podendo muito bem assumir que é genérico. Se assim o fizer, ouvir ‘trabalhadoras’ logo a seguir parecer-lhe-ia redundante. Por outro lado, começando pelo feminino ‘trabalhadoras’, será claramente um uso específico que, sendo seguido por ‘trabalhadores’ pode induzir a interpretação desejada do masculino – a específica. Realmente, Matos (2020) verifica na sua investigação que o uso do feminino em primeiro lugar promove uma leitura mais paritária. Esta questão não é abordada em nenhum dos guias, o que indica que não foi de maneira nenhuma discutida ou considerada.

Por fim, o exemplo 7 (excluir o artigo antes de nomes de género comum) é típico de formulários, mas pouco aceitável em discurso natural (escrito ou oral). Esta estratégia, apesar de útil nos contextos restritos em que funciona, tem pouco efeito na língua em geral.

3.3.3. Uso da linguagem inclusiva

A existência de diretrizes ou guias não implicam necessariamente o seu cumprimento, nem salvaguarda as instituições que as seguem de reações negativas por parte de alguns setores da sociedade³⁹.

Trainer (2021) analisa o documento *Linguagem neutra do ponto de vista do gênero no Parlamento Europeu* (Parlamento Europeu, 2018) e verifica a sua aplicação na tradução de legislação do Parlamento Europeu para português e para inglês ao longo do ano 2020, comparando-as. Reportamos a frequência de certos termos na legislação (tabela 6) e mencionamos os pontos mais importantes da análise de Trainer.

Tabela 6 – Frequência de termos na tradução de legislação europeia para PE

Category: Generic masculine		Category: Profession titles	
Criterion	Number of instances	Criterion	Number of instances
homem	1	a direção	16
mulher(es)	4	diretor-geral	48
ele	25	diretora-geral	0
ela	13	o juiz	2
pessoa(s)	369	a juíza	0
peçoal	16	o presidente	95
indivíduos	4	a presidente	24
cidadão	0	o deputado	4
cidadãos	26	a deputada	0
cidadã	0		
cidadãs	0		
os requerentes	1		

Fonte: Trainer (2021, p. 89)

Verifica-se algum cumprimento das diretrizes de inclusão, particularmente no uso de nomes sobrecomuns como ‘pessoa(s)’, ‘indivíduos’ e até algumas referências à instituição ‘direção’ em vez do título da posição ‘diretor-geral’ no masculino – apesar de

³⁹ Chamamos atenção para a polémica levantada nas redes sociais e no próprio Parlamento por representantes do Partido Social Democrata sobre o uso da expressão “pessoas que menstruam” numa publicação e questionário da Direção-Geral da Saúde (Ribeiro, 2024).

este último termo ser ainda frequente. O masculino genérico prevalece também em expressões como ‘cidadãos’ e nomes de profissões. O uso de nomes comuns de dois géneros surge, mas o seu efeito de inclusão é anulado pelo uso do artigo masculino que o precede, como em ‘os requerentes’. Trainer (2021) nota, portanto, irregularidade no cumprimento das diretrizes propostas pela própria instituição.

Como vimos em secções anteriores, a Universidade do Porto publicou um guia de linguagem inclusiva, que deve ser seguido na comunicação institucional. À semelhança da UE, a UP segue as suas próprias sugestões de forma irregular e assistemática. A título de exemplo, remetemos para a notícia do SIGARRA “Mestrados em Ensino – Candidaturas 2024/2025 (pré-requisitos)”⁴⁰ e o formulário de Pedido de Parecer à Comissão de Ética da FLUP⁴¹.

No ponto acerca da Prova de Português da notícia do SIGARRA, lê-se:

A prova é obrigatória independentemente de o candidato ter concluído ou não a licenciatura à data da prova. A realização desta prova tem de anteceder a candidatura, pois todos os candidatos têm de comprovar a sua realização antes de efetuarem a candidatura, caso contrário, serão excluídos. (sublinhado nosso).

Verifica-se aqui o uso do masculino genérico, sem nenhuma tentativa de evitar conotações de género no texto.

No formulário a preencher para pedir um parecer à Comissão de Ética da FLUP, são usados dois termos de género comum de dois: ‘requerente’ e ‘participante’. Porém, ambas as palavras são precedidas de artigos no masculino (“A preencher pelo requerente”, “Riscos/benefícios que poderão advir para os participantes”, “Informação ao participante”). É ainda feita uma referência ao “Investigador Responsável”. Estes usos do masculino genérico contrastam com a formulação do pedido de anexo de uma carta à direcção da CEFLUP (“Carta dirigida ao/à Presidente da CEFLUP a solicitar a emissão do parecer”) em que se faz uso dos dois géneros gramaticais.

⁴⁰ Disponível em: https://sigarra.up.pt/flup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=151645

⁴¹ Acessível através da ligação: https://sigarra.up.pt/flup/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=ce

Por outro lado, há um claro empenho em adotar linguagem inclusiva nos comunicados públicos de grupos ativistas, que exemplificamos abaixo:

- “Vamos ter peessoas voluntárias capacitadas para ajudar na prevenção e manutenção de crises (...)” – @vozdoautista via Instagram
- “Esta Open Call é destinada a qualquer pessoa artista e/ou escritora que queira contribuir com os seus preciosos talentos, para ajudar a Marcha do Orgulho LGBTI+ do Porto na construção de uma zine que terá como tema “Liberdade Queer” no sentido de comemorar os 50 anos do 25 de abril.” – @orgulhoporto via Instagram
- “Se precisares de ajuda, procura as nossas peessoas voluntárias identificadas pelos coletes. Estamos aqui para que toda a gente se sinta cuidada e garantir que todas as peessoas estejam seguras” – @orgulhoporto via Instagram

Nestes excertos, em vez de ‘voluntários’ e ‘escritor’, os coletivos optam por ‘peessoas voluntárias’ e ‘peessoas escritoras’. Apesar destas formas poderem parecer pouco naturais, não são de forma alguma agramaticais. Também ‘todos’ é substituído por ‘toda a gente’ ou ‘todas as peessoas’.

Decidimos ainda verificar se o Bloco de Esquerda, partido cuja imagem está fortemente ligada ao feminismo e à defesa dos direitos LGBT+, põe, de facto, em prática estratégias de inclusão linguística. Para tal, escolhemos alguns exemplos ilustrativos, retirados do seu mais recente manifesto, relativo às Eleições Europeias (Bloco de Esquerda, 2024).

Apesar de alguns masculinos genéricos – como “criminalizar o recurso a offshores por cidadãos residentes” (p. 7) e “reforçar os direitos de trabalhadores de plataformas digitais” (p. 8), são usados termos verdadeiramente genéricos (sobrecomuns e comuns de dois sem artigo) – como “apoios para ensombramentos, planos de emergência para peessoas vulneráveis” (p. 4), “[A política] é a mesma que empurra migrantes para a morte no Mediterrâneo” (p. 9) e formulações com pronomes relativos invariáveis: “A transição terá custos e deve ser paga por quem lucra” (p. 3), “A política que persegue os direitos de quem trabalha” (p. 9).

Podemos verificar que, apesar de a linguagem inclusiva ser aparentemente valorizada por diversas instituições, ainda não é usada de forma sistemática, inclusive por algumas das entidades que dizem defendê-la. À semelhança do que se verificou quanto à feminização linguística, e verificaremos relativamente ao uso do género neutro, ativistas (sobretudo *queer*) são quem mais usa as estratégias que estamos a descrever.

3.4. Género neutro

Quando falamos de género neutro como estratégia de inclusão linguística, é fundamental distinguir o neutro existente em línguas como o latim ou o alemão geralmente associado a nomes com referentes inanimados do neutro usado sobre pessoas de género desconhecido ou não-binário. Neste capítulo referimo-nos ao género neutro na sua segunda aceção, exceto quando fazemos referência ao latim.

No inglês⁴², o género é refletido apenas em pronomes – e em raros nomes com sufixos de género (Ballard, 2013). Em português, e noutras línguas românicas, como o espanhol ou o francês, o género gramatical interfere em muitas classes gramaticais, através da concordância. Como vimos ao longo do capítulo 1, a investigação sobre género gramatical tem estado centrada, historicamente, sobretudo na categoria dos nomes.

Por isso, quando se fala de ‘pronomes neutros’ em vez de ‘género neutro’, está-se necessariamente a adotar uma perspetiva anglocêntrica da discussão, que está longe de bastar numa reflexão sobre a língua portuguesa (e sobre outras com características semelhantes).

As propostas para o uso de género neutro no português surgiram no Brasil, mas têm sido adotadas por falantes de PE. Algumas sugestões são aplicadas sem muita variação (como o uso do neopronome pessoal de 3ª pessoa ‘elu’ e o uso da desinência -e para formas neutras), outras são debatidas e usadas de forma discrepante. O uso do género

⁴² É possível argumentar que esta língua tem os dois tipos de neutro: inanimado (*it*) e não-binário (*they* singular).

neutro é, por agora, assistemático e restrito a comunidades e contextos muito particulares.

Os guias que apresentamos e analisamos em 3.4.1 não pretendem prescrever uma nova gramática, apenas providenciar possíveis sistemas linguísticos que permitam a inclusão de pessoas não-binárias. Por um lado, isso é positivo, na medida que a adoção destes sistemas (e a sua adaptação) é uma decisão de cada falante, que permite que esta variação ocorra de forma mais orgânica. Por outro lado, a inexistência de um sistema único provoca irregularidades no género neutro, como a existência de formas concorrentes, o que, numa situação de variação mais ‘natural’, seria comum, mas que, no caso de uma mudança de cariz tão planeado e tão político, pode acabar por descredibilizar o fenómeno.

3.4.1. Apresentação dos guias

Nesta secção, abordamos dois guias que propõem a utilização do género neutro: o de Lobo e Gaigaia (2014), que foi o mais antigo que encontramos durante a pesquisa, e o de Cassiano (2019), de longe o mais difundido. Ambos foram escritos no Brasil, mas muitos (se não todos os) guias portugueses, como o de Marques e Santos (2021) e o de Tecedeiro e Falésia (2023) baseiam-se (direta ou indiretamente) neles.

Ambos os documentos começam com uma explicação sobre a necessidade de criação de uma maneira de falantes do português se poderem referir a pessoas de género não-binário⁴³ sem lhes imporem nem o género gramatical feminino nem o masculino. Nestas introduções, referem que é fundamental que a estratégia escolhida seja possível na oralidade/na língua falada (excluindo, à partida, o uso de ‘x’ e ‘@’).

Os guias propriamente ditos começam com propostas de pronomes pessoais de 3ª pessoa. Depois, a estrutura dos dois diverge, mas acabam por propor estratégias semelhantes, que enumeramos:

⁴³ Cassiano (2019) refere ainda pessoas intersexo.

- optar pela desinência -e no fim de nomes e adjetivos que variem em gênero para formar o neutro;
- formação do plural neutro em palavras de tema em -r com a terminação -ies;
- eventual possibilidade de omitir artigos antes da referência à pessoa não-binária.

As maiores diferenças entre os dois guias prendem-se, não com as desinências nem com a concordância, mas com as formas dos neopronomes e neodeterminantes. Além disso, Cassiano (2019), apesar de admitir a omissão de artigos, propõe preposições contraídas com o artigo neutro, enquanto Lobo e Gaigaia (2014) optam por usar apenas a preposição simples. Estas divergências estão resumidas na tabela 7, abaixo.

Tabela 7 – Comparação entre propostas divergentes de gênero neutro

Proposta	Lobo e Gaigaia (2014)	Cassiano (2019)
Pronome 3ª pessoa do singular (nominativo)	El ou Ilu ou Elu ou Ile	Elu
Artigo definido e pronome acusativo	Le, les	Ê, es
Preposições contraídas	De (omitir o artigo) Por (omitir o artigo) A (omitir o artigo)	De(s) (de+ê) ⁴⁴ Pele(s) (por+ê) Ae(s) (a+ê)
Demonstrativos	Est	Estu Essu

Além destas divergências de maior escala, há outras diferenças mais subtis: enquanto Cassiano defende um uso mais regular e sistemático do neutro (com o intuito de

⁴⁴ Algumas das escolhas feitas por Cassiano baseiam-se na fonologia específica do PB. No caso da contração de+ê, recomenda uma pronúncia que possibilite a distinção de “de” [di], apesar de tal não ser refletido na escrita. Outras escolhas, como grafar o artigo definido com acento circunflexo (ê) prendem-se com uma facilidade de leitura, que o distinga da conjunção copulativa. A aplicação ao PE deve adaptar-se à sua fonologia específica.

naturalizá-lo e gramaticalizá-lo o mais facilmente possível) e, por isso, propõe apenas uma forma para cada palavra a ser ‘adaptada’⁴⁵: o neutro de ‘um’/‘uma’ e ‘dois’/‘duas’, seria ‘ume’ e ‘dues’; os possessivos seriam ‘minhe’, ‘tue’, ‘sue’,... Por outro lado, Lobo e Gaigaia (2014) mencionam essas formas, mas acrescentam outras possibilidades, como o uso da forma feminina dos numerais⁴⁶, ou possessivos alternativos, como ‘mi’, ‘tu’, ‘su’.

Por fim, a outra diferença é sobretudo estilística: escolhida a desinência -e para as formas neutras de nomes e adjetivos, resta saber como ela é aplicada, particularmente em condições específicas, como numa sílaba nasal final. Lobo e Gaigaia (2014) propõem a terminação -ane para o neutro (quando o masculino termina em -ão e o feminino em -ã), enquanto Cassiano (2019) defende antes a adoção da terminação -ãe.

3.4.2. Análise dos guias

Interessa-nos, em primeiro lugar, entender a escolha da desinência -e para o género neutro. Apesar de os dois guias analisados serem da década de 2010, esta desinência já fora proposta nos anos 70, em Espanha:

Necesitamos una señal gramatical nueva que corresponda a persona, utilizable en los casos de plurales relativos a grupos mixtos (...) así como en los casos en que se desea aludir a una persona sin conocer su sexo (...). El género masculino debe quedar reducido, como es el caso del femenino, a género específico.

Como las desinencias en o y en a son, en la mayoría de los casos, las propias del masculino y el femenino, una solución sencilla consiste en asignar la desinencia en e al género común, es decir, a la persona.

Así, cuando une se dirija a un grupo en una conferencia, en una carta circular, etc., podrá comenzar diciendo "queridos amigos". Les trabajadores podrán

⁴⁵ Como vimos, aliás, na seleção de apenas um neopronome de 3ª pessoa do singular.

⁴⁶ Um dos exemplos dados é ‘Ali tem uma menina. —> Ali tem ume menine. / Ali tem uma menine.’

escribir en sus pancartas reivindicativas "estamos hartes de ser explotades" (...) (Meseguer, 1976)

Neste excerto, percebemos que o uso proposto da desinência -e serviria, não especificamente para referência a pessoas não-binárias⁴⁷, mas como substituto do masculino genérico e para casos em que o (género do) referente é desconhecido. Independentemente da intenção específica, a sugestão de Meseguer (1976), também adotada (e aplicada ao português) por Lobo e Gaigaia (2014) e Cassiano (2019) não é ilógica: depois de -o e -a, a desinência -e é a mais comum em português (Lacotiz, 2020). Além disso, Schwindt (2020, p. 12) nota que cerca de 70% dos nomes (referentes a seres sexuados) terminados em -e são comuns de dois (géneros). Também Mäder e Severo (2016, p. 254) apontam para uma justificação relacionada: grande parte dos adjetivos invariáveis, como 'alegre' e 'forte', usam precisamente a desinência -e. Sendo que um dos principais objetivos das propostas de género neutro é criar uma alternativa ao género gramatical binário (que, como vimos, é frequentemente associado às terminações -o e -a, masculina e feminina, respetivamente), faz sentido empregar uma vogal (átona) já presente no inventário fonológico e usada como marcador temático que não esteja particularmente associada a nenhum dos outros 2 géneros.

A aplicação da desinência -e em contextos terminais nasais levanta, porém, uma discordância entre os dois guias. Tomemos os exemplos 'irmão' / 'irmã', do latim 'germanus' / 'germana'. Nestas formas, temos as desinências típicas -o e -a, mesmo que menos evidentes, dada a sinérese e crase que se dá após a síncope do [n].

- irmano>irmã.o>irmão
- irmana > irmã.a > irmã

Substituindo as desinências originais por -e, teríamos 'irmane>irmã.e>irmãe'. Ora, Cassiano (2019) defende a adoção de 'irmãe' (e, analogicamente, -ãe em casos de nomes que em masculino e feminino terminem em -ão e -ã). Lobo e Gaigaia (2014) hesitam em adotar esta terminação, dado que 'irmãe' parece-lhes confundir-se com 'mãe'. Neste

⁴⁷ Apesar de haver conceções de género não-binárias há vários séculos (DeVun, 2021; Hillman, 2013), a designação propriamente dita é posterior ao texto de Meseguer.

caso, em vez de optarem por uma via mais parecida com a evolução linguística que vimos com palavras de tema em -o e -a, focam-se na língua como ela existe atualmente, e tomam a sua decisão tendo em consideração possíveis confusões que pretendem evitar: ‘irmane’.

A adição da desinência -e a palavras masculinas de tema em -r também se verifica problemática, pelo menos no PE. Consideremos as palavras ‘criador’ e ‘professor’. Segundo a proposta de ambos os guias, o neutro destes termos ficaria ‘criadore’ e ‘professore’, e o plural ‘criadories’ e ‘professories’. Parece-nos que isto cria uma incongruência. Por um lado, o singular não se diferencia propriamente do masculino na oralidade⁴⁸. Schwindt (2020) comenta, relativamente ao PB:

(...) o plural do masculino e o plural do aventado neutro se tornariam idênticos, professor[ɪ]s. Alguém poderia, todavia, contraditar afirmando que homofonia é um fenómeno comum na superfície fonética das línguas, incluindo o português. A pergunta, porém, seria por que uma língua introduziria uma oposição de carácter consciente num sistema para que ela fosse desfeita por restrições de carácter inconsciente ativas no mesmo sistema. (Schwindt, 2020, p. 7)

No PB, em vez da forma do singular, é a forma do plural proposta para o neutro que se pode vir a confundir com a do masculino. Como admitido por Schwindt, não é impossível existirem formas homófonas (e mesmo homónimas, se pensarmos, por exemplo, na forma nominativa dos artigos definidos feminino e plural, no alemão).

Por outro lado, o plural sugerido recorre à terminação -ies precisamente para evitar confusão com o plural do masculino (‘criadores’ e ‘professores’). Ao contrário da adição da desinência -e, comum no português (e já associada a palavras não necessariamente masculinas ou femininas), -ies raramente surge (e quando surge, é a terminação do plural de palavras femininas, como ‘superfície’, ‘cárie’, ‘série’ (Schwindt, 2020, p. 6).

Ambos os fenómenos mencionados são pontos fracos da proposta do género neutro: a possível confusão com outros géneros pode tornar o neutro redundante, dificultando a

⁴⁸ Lembramos da tendência de apócope do [i].

sua assimilação no sistema da língua; o mesmo pode acontecer em consequência da escolha de uma terminação tão rara como -ies. É relevante mencionar, porém, que os guias preveem mudanças. Mais importante do que o está escrito neste tipo de manual é a maneira como estas ideias são aplicadas pelos falantes (como abordaremos em 3.4.3)

Também a possibilidade de omitir artigos antes da referência a uma pessoa não-binária, prevista por ambos os guias, cria desigualdade entre o neutro (proposto) e o masculino e feminino. Apesar de facilitar as referências, aliviando o esforço inicial do uso do neutro, em último caso pode ser contraproducente para o objetivo de o normalizar e gramaticalizar. Cassiano (2019) tem esta necessidade em consideração, até certo ponto, como vimos na tabela 7: a criação de preposições contraídas, em vez do uso de preposições simples sem dúvida uniformiza os 3 géneros.

Lobo e Gaigaia (2014) explicam que o neopronome ‘ilu’ é derivado do latim ‘illud’. De facto, Williams (1973, p. 149) explica, como vimos em 2.1, que os pronomes ‘ele’ e ‘ela’ derivam de ‘ille’ e ‘illa’. Estes dois últimos eram usados como pronomes demonstrativos, sendo ‘illud’ o equivalente neutro. Mais ainda, Williams refere que este pronome persistiu no português como forma arcaica ‘ello’, e que, caso se tivesse mantido na língua, teria evoluído, à semelhança de ‘aquilo’, ‘isso’ e ‘isto’, precisamente para ‘ilo’. O neopronome ‘elu’ é, segundo Lobo e Gaigaia (2014) uma tentativa de aproximar ‘ilu’ à sonoridade dos pronomes ‘ele’ e ‘ela’. Cassiano (2019) propõe o uso deste neopronome: primeiro porque pretende tornar a entrada do género neutro no sistema linguístico o mais fácil, eficaz e rápida possível, daí querer evitar sistemas/neopronomes concorrentes, mas também por ‘elu’ ser a opção mais próxima dos restantes pronomes pessoais de 3ª pessoa do singular que já temos.

Como vimos em 3.1.3, mudança linguística deliberada é largamente considerada difícil, mas não impossível. Se um género neutro é realmente necessário e útil – uma vez que outras estratégias de inclusão não resolvem a impossibilidade de nos referirmos facilmente a pessoas não-binárias – a melhor hipótese poderá ser minimizar redundâncias (como vários sistemas em concorrência) e adaptar as propostas à morfofonologia das línguas ou variedades a que se tentam aplicar.

3.4.3. Uso do gênero neutro e oposição

Judith Butler escreve, em *Who's afraid of gender?*:

My own view is that we should seek to bring about a world where the many relations to being socially embodied that exist become more livable, and people generally become more open to the ways that gender can be done and lived without judgement, fear or hatred. (...) Some trans people affirm the binary and only want to find their rightful place as a man or as a woman and to live peaceably, if not joyously, in that linguistic abode. (...) At the same time, there are others who cannot live very well within those binary terms, including trans people who understand “trans” to exist at a critical angle to the binary, and for them other gender vocabularies, including pronouns, are required for inhabiting the world and feeling at home, or relatively at home, in the language they use, or in refusing the language that negates who they are. (Butler, 2024, pp. 235–236)

Negar a pessoas trans não-binárias uma forma de tratamento adequada à sua identidade é uma prática inerentemente discriminatória. Na sociedade civil, há duas principais justificações para a resistência à introdução de um gênero neutro no português: transfobia e a ideia de não ser ‘português correto’.

No âmbito desta tese, interessa-nos abordar e questionar o conceito de ‘português correto’: como vimos em 3.1.2, linguistas tipicamente abstêm-se de interferir na língua, sendo o seu papel apenas descrevê-la e explicá-la. A atitude descritivista é essencial para o estabelecimento da linguística como uma ciência: aceitar e impor uma única versão de uma língua (a padrão, a ‘correta’) desvaloriza a diversidade linguística; pelo contrário, é útil estudarmos e compararmos vários registos, dialetos e variedades. Nessa perspetiva, parece incoerente que qualquer linguista se oponha a variações verificadas num grupo de falantes (independentemente da sua motivação).

Porém, textos como “Exm^o Sr^o Dr^o, Senhora Presidenta, Car@s Amig@s e o Sexo dos Anjos”⁴⁹ mostram que há, de facto, bastante dificuldade por parte de alguns linguistas portugueses em aceitar propostas semelhantes ao género neutro⁵⁰. O autor escreve, na introdução:

Estas notas reúnem alguns dos tópicos com que nessa e noutras ocasiões tenho tentado defender um ponto de vista que não é só meu e que constitui, para mim e para muitos colegas linguistas, uma questão essencialmente técnica e gramatical, desprovida da carga filosófica e ideológica com que é tratada de forma mais militante por outras pessoas, entre as quais encontro também, devo reconhecê-lo, alguns colegas de ofício.

O meu ponto de vista acerca desta questão (...) é, em resumo, o seguinte: a gramática do português é a gramática do português, não tem sexo, não é discriminatória e o combate ao machismo, altamente louvável e urgente, deve ser travado noutras frentes. O chamado “género gramatical”, confundido simplistamente com o sexo biológico ou os papéis sexuais socialmente assumidos, não passa de uma propriedade *formal* da gramática do português (Veloso, 2017)

Neste contexto, há 3 principais argumentos contra a introdução de um género neutro⁵¹:

- o género gramatical não equivaler perfeitamente ao género social;
- tratar-se de uma mudança artificial;
- tratar-se de uma mudança que envolve classes fechadas de palavra.

⁴⁹ Este texto foi retirado do blogue pessoal do linguista, não de uma publicação académica.

⁵⁰ O texto em questão foi redigido em 2017, antes da publicação do mais popular guia de género neutro, de Cassiano, por isso não faz referência direta a este tema. Mesmo assim, os argumentos usados aplicar-se-iam tanto aos modelos abordados de linguagem inclusiva como ao género neutro, daí os usarmos como exemplo.

⁵¹ Como já contra-argumentámos sobre estes tópicos em secções anteriores, não nos repetiremos. É, no entanto, importante ter em mente que, mesmo entre linguistas, há divergências de posições.

O primeiro argumento consiste na posição de que o género gramatical não é semanticamente motivado (como já vimos alguns autores a defender, no capítulo 1), não podendo, por isso, ter implicações sexistas.

(...) designações como “masculino”, “feminino” (e, eventualmente, “neutro”) são hoje completamente imotivadas em línguas como o português e não correspondem a nenhuma “necessidade intrínseca” e universal das gramáticas das línguas do mundo. Dado que podem prestar-se a interpretações ideológicas como a que motiva a atual discussão (completamente estéril, do meu ponto de vista) em torno de um “masculino heteropatriarcal” da gramática, tais designações poderiam mesmo ser substituídas por designações menos comprometidas com a ancestral correspondência género gramatical/sexo biológico. (...) Designações como “Classe A”/ “Classe B”, “Classe A”/ “Classe O”, “Classe 1”/ “Classe 2”, “Classe Alfa”/ “Classe Beta”, entre uma miríade de outras, seriam tão ou mais apropriadas como “género masculino” e “género feminino” e atalhariam desde logo uma discussão pouco fundamentada que nos tem decerto desviado de questões bastante mais importantes e essenciais (Velo, 2017)

Os outros dois argumentos têm a ver com a mudança linguística. Primeiro, mudanças ‘artificiais’ não costumam ser duradouras, ou não são adotadas por toda a comunidade. A introdução de neologismos ou a adaptação de empréstimos são possíveis por estas palavras fazerem parte de uma classe aberta (nomes, adjetivos, verbos, advérbios). Classes fechadas, por definição, têm um número limitado de itens⁵². Assim, será difícil ou moroso fazer alterações em classes como os determinantes e os pronomes, que não têm conteúdo lexical, apenas uma função gramatical. Velo (2017) continua:

Para infelicidade de muitos, porém, deixem-me dizer que mudar este aspeto da gramática – como qualquer outro aspeto da gramática, de resto... – não está,

⁵² Mendes (2013) argumenta, porém, que estas duas classes não são perfeitamente estáticas ou rígidas, e propõe antes uma escala que vai de [+lexical +pleno + independente] a [+gramatical +funcional + dependente].

todavia, ao alcance do legislador ou da deliberação explícita de um conjunto de falantes, por mais iluminados ou bem intencionados que esses falantes queiram ser. Ao contrário do que pensam muitas das pessoas que têm falado e escrito sobre este assunto, as línguas não se mudam, nem moldam, por decreto (...) o mais que se conseguirá será regular o léxico, certas condições pragmáticas de uso linguístico, uma ou outra alternativa de formulação linguística – nunca um aspeto nuclear da gramática, a qual, pelas razões que já expus, é impermeável à deliberação humana de tipo normativo (Veloso, 2017)

De facto, esta resistência à introdução de um género neutro no português é particularmente evidente em algumas dobragens e legendagens. Para ilustrar, seleccionámos exemplos de duas séries de televisão recentes com personagens não-binárias a serem referidas através do pronome ‘they’ singular no original. Recolhemos excertos originais e as respetivas traduções para PE de um monólogo e de três diálogos da série britânica *Good Omens* (2019-) e referências de três episódios à personagem não-binária Raine Whispers, que integra a série americana *The Owl House* (2020-2023). Analisamo-las de seguida, começando por *Good Omens*:

A personagem Poluição, (temporada 1, episódio 4), é apresentada da seguinte forma, por uma voz *off*: ‘The third of the Four Horsemen took over when Pestilence retired. They’ve had lots of interesting jobs in lots of interesting places. Helped design the petrol engine, plastics and high-tech weed killers. They’ve killed as many people as Famine or as War. This is Pollution.’

Como já López (2020) referiu acerca de várias traduções para espanhol da primeira temporada de *Good Omens* (GO), também as traduções portuguesas optam por excluir o pronome neutro presente no original. Na legendagem, o tradutor (Marco Salgado) usa o masculino no início do monólogo (‘O terceiro dos Quatro Cavaleiros’), talvez para fazer concordância com ‘Cavaleiros’ e pelo feminino no final (‘Esta é a Poluição’), por esse ser o género gramatical do nome comum ‘poluição’, da qual esta personagem é a

personificação⁵³. A dobragem (responsabilidade de Marina Pereira Tavares) adota apenas o feminino, mas omite o sujeito duas vezes, reduzindo as marcas de gênero no discurso.

Também algumas referências a Deus (temporada 2, episódio 2) e a Belzebu (temporada 2, episódio 3) são feitas usando *they* singular. Na legendagem, a tradutora (Michelle MV Hapetian) opta pelo masculino quando se refere a Belzebu ('Belzebu? Não está contente? Mas ele é sempre um raiozinho de sol!'), apesar de também recorrer à omissão do sujeito ('Não está contente?'). Na dobragem, o sujeito das frases sobre Deus é omitido, evitando-se assim a marca de gênero ('Mas ao menos explicou?', 'Falou-te das crianças?'). Relativamente a Belzebu, Marina Pereira Tavares alterna entre usar o nome próprio (em vez de o pronominalizar) e omitir o sujeito ('Ah sim? Belzebu? Não está contente? Mas Belzebu é sempre um raiozinho de sol!', 'Não está mesmo nada contente').

No episódio 5 da segunda temporada, quando Mutt se refere a 'my beloved spouse', tanto a dobragem como a legendagem adotam a tradução 'cara-metade' (que se trata de um nome sobrecomum, não denotando, assim o gênero da pessoa referente). Quando essa personagem aparece umas cenas depois e se apresenta, a legendagem faz o único uso do neutro que veremos em qualquer das traduções de séries que analisámos: 'encantade'.

Relativamente a *The Owl House* (TOH), recolhemos excertos de três episódios (7, 11 e 15 da segunda temporada), em que a personagem Raine Whispers é central na narrativa. Apesar de terem sido traduzidos pela mesma pessoa (Edite Raposo), há uma diferença muito clara entre dobragem do episódio 7 (a primeira vez que Raine surge) e dos episódios 11 e 15.

Enquanto no episódio 7, todas as referências à personagem são feitas no masculino (como em 'A cerimónia de hoje confirmará Raine Whispers como o próximo líder do

⁵³ As restantes referências à personagem Poluição neste monólogo estão no plural (assumimos que por erro de tradução de 'they') pelo que não as analisámos. Excluimos igualmente referências a outras personagens no plural.

coven dos bardos’, ‘Então o bruxo chefe do coven dos bardos gosta de fingir que é rebelde’ ou ‘O imperador precisa de ti vivo e bem para o Dia da Unidade’), nos outros dois episódios nota-se uma preocupação em usar estratégias como as propostas nos guias de linguagem inclusiva, de modo a não atribuir um género à personagem: o uso de nomes sobrecomuns (‘A Eda contratou alguém para investigar uma antiga paixão’, ‘Esta é a história de como conheci a pessoa mais fixe, mais fantástica, e mais espetacular da feitiçaria: Raine Whispers’) e de paráfrases recorrendo a pronomes invariáveis (‘uma antiga paixão (...) que manda no coven dos bardos’, ‘Sei de alguém que vem a isto todos os anos’).

Mesmo com o cuidado de usar linguagem sem conotação de género nos episódios 11 e 15, há duas falas (uma em cada episódio) que acabam por se referir a Raine no masculino (‘Porque é que tu não me deixas descansado?’, ‘Estamos fartos do teu estúpido desafio’), o que contraria os restantes esforços feitos ao longo da tradução.

Usando as traduções destas duas séries como exemplo, verificamos as duas grandes tendências relativamente à tradução de *they* singular:

- Escolha e uso do masculino ou do feminino, baseada em vários fatores (como o género gramatical do nome ou a aparência física da personagem);
- Uso de estratégias de inclusão linguística que não o género neutro.

Por vezes, estas estratégias funcionam em conjunto, como vimos em TOH: a tradutora parece ter feito uma escolha consciente de usar linguagem que não refletisse um género binário em várias interações, mas não foi capaz de fazê-lo em todas as situações⁵⁴. O que nos surpreende mais é a incoerência de algumas traduções: a segunda temporada de GO inclui, pelo menos, 3 personagens não-binárias consistentemente referidas através do pronome *they*: porém, apenas uma delas é legendada (cônjuge de Mutt) como tal, nomeadamente com o uso do género neutro numa situação que facilmente

⁵⁴ Não podemos dizer com certeza o motivo, mas poderá ter sido uma mistura de justificações como: impraticabilidade do uso universal de linguagem inclusiva de forma sistemática, constrições da dobragem, ou simplesmente falta de imaginação.

podia ter sido ‘resolvida’ por uma paráfrase, como na dobragem⁵⁵. Esta escolha consciente (e válida) contrasta profundamente com o uso do masculino na referência a Belzebu e a referência a Deus no plural.

Apesar de grande resistência, tanto pela sociedade civil, como por tradutores e mesmo alguns linguistas, as propostas de género neutro têm sido postas em prática em contextos e comunidades de fala muito específicos (Mäder & Severo, 2016, p. 258). Para ilustrar este fenómeno, recolhemos texto de nove publicações – em redes sociais e outras plataformas *online* – que usassem o género neutro (ver anexos). Dadas as características típicas da comunicação *online* (Hilgert, 2001, p. 26), assumimos que estas produções variem entre completamente informais e espontâneas e ligeiramente planificadas. Neste *corpus*, o uso do género neutro é caracterizado pelos seguintes fatores:

- O uso de formas neutras não interfere com a inteligibilidade do enunciado;
- O quantificador universal e adjetivos são as formas neutras mais frequentes e consistentes nestas construções;
- Não se verificou uso de ‘elu’, ‘ilu’, nem outros pronomes pessoais neutros de 3ª pessoa;
- Divergência na neutralização de nomes de tema em -r;
- Diferença de ortografia do artigo definido plural;
- Divergência na forma do possessivo;
- Recurso à linguagem inclusiva em simultâneo com o uso do género neutro.

Dos nove textos selecionados, apenas um era oral, mas todas as formas utilizadas são pronunciáveis e reconhecíveis.

Apesar de alguns guias, artigos jornalísticos e mesmo notas de tradutores referirem sistemas de neopronomes como ‘Elu/Delu’, ‘Ile/Dile’ (entre outros), o que verificámos neste pequeno corpus de produções semi-espontâneas (e verificaremos no corpus de produções mais fortemente planeadas), as diferenças mais evidentes do uso de formas

⁵⁵ A fala original era ‘Charmed’. Foi legendada ‘Encantade’. A dobragem, porém, usa ‘Um prazer’.

neutras pelos falantes não têm a ver com o neopronome pessoal de 3ª pessoa escolhido (aliás, quase todas as pessoas optam por ‘elu’⁵⁶ (Pinho-Silva, 2022), o que pode ser explicado por um Blocking Effect⁵⁷). Pelo contrário, as diferenças surgem sobretudo na ortografia dos artigos (“todes es stans mais burres”/ “a quantidade que ês outres leem!”), possessivos (“parabéns mes lindes”/ “Protege-te a ti e aes tues”⁵⁸) e na escolha da forma neutra de palavras cujo masculino tinha tema em -r (“autories es noves”/ “ESCRITORiS”).

No único texto oral presente neste corpus⁵⁹, a falante recorre tanto ao género neutro (ex. 8) como à linguagem inclusiva (ex. 9) usando-os talvez como estratégias complementares.

- 8) Eu chorei baba e ranho porque apanhou-nos desprevenides porque estávamos todes à espera do pior
- 9) O senhor apontou para uma das pessoas que estava no meu grupo e chamou essa pessoa

Há algo particularmente curioso com o uso repetido de ‘pessoa’ neste contexto, em vez de recorrer a uma anáfora pronominal. Segundo Lopes e Carapinha (2013, p. 57), na anáfora pronominal, “o termo anafórico é pronome que retoma o valor referencial do antecedente”. A frase podia, então, ser reescrita como:

- 9a) O senhor apontou para [uma das pessoas que estava no meu grupo]_i e chamou-[a]_i

Porém, a falante não escolheu formular o seu enunciado dessa forma. Parece-nos que a Hierarquia da Concordância, proposta por Corbett (1979, 2006), pode elucidar esta decisão (provavelmente inconsciente):

⁵⁶ Como defendido por Cassiano (2019).

⁵⁷ Segundo Duarte (2010, p. 19), o Blocking Effect é um “princípio morfológico proposto por Aronoff (1986)” que determina que “perante formas concorrentes que exerçam as mesmas funções, o processo de mudança acaba por privilegiar uma delas e eliminar a outra”.

⁵⁸ Neste caso, ‘tues’ está a ser usado como nome, mas o determinante e pronome possessivo seria, presumivelmente, idêntico.

⁵⁹ Vídeo disponível em <https://www.tiktok.com/@maez/video/7386296408531291424>

The further an element stands from its controller in terms of syntactic distance, the more likely is semantic agreement. (Corbett, 1979, p. 223)

Corbett postula que a concordância tende a ser mais semântica (em vez de sintática), quanto mais sintaticamente distantes estejam os elementos, segundo a hierarquia seguinte:

Figura 3 – A hierarquia da concordância

Agreement positions may be ranged in the following hierarchy:

attributive — predicate — relative pronoun — personal pronoun.

Fonte: Corbett (1979, 204)

Segundo o autor, os elementos mais à esquerda na figura (posição atributiva e predicativa) têm mais probabilidade de seguirem concordância sintática, e os mais à direita, de seguirem concordância semântica. Aplicando isto à frase em análise, percebemos que o pronome pessoal acusativo ‘a’ poderia ser interpretado como concordância semântica (com o género da pessoa referente) e não sintática (referente ao género gramatical da palavra ‘pessoa’). De modo a evitar atribuir um género (feminino) à pessoa referente, a falante opta por repetir ‘a pessoa’. Isto revela respeito pela pessoa em questão, mas também indica que a falante (e provavelmente outras pessoas) ainda se sente desconfortáveis em usar os pronomes neutros (‘chamou-e’), especialmente num caso que não o nominativo (elu), adotando sobretudo as terminações neutras em adjetivos e palavras muito comuns como ‘todes’.

Por fim, interessa-nos apontar que os textos selecionados foram maioritariamente escritos e publicados por pessoas e organizações ativistas e queer. Como já vimos relativamente a outras estratégias de inclusão, mas neste caso de forma ainda mais acentuada, o uso do género neutro está restrito a uma subcultura muito específica (geralmente jovem e com valores comuns, especificamente o respeito por identidades *queer*).

O género neutro também já é usado em textos mais formais e oficiais, e já é adotado por algumas editoras. A partir da recolha de Pinto (2024), queremos analisar o uso do

neutro num livro escrito em português (*No Meu Bairro*⁶⁰), e transmitir uma visão geral acerca do neutro em tradução literária. A própria tese consultada (“Fora do Binário: A Utilização de Linguagem Neutra e Inclusiva na Edição em Língua Portuguesa”) recorre, em certos momentos ao neutro, que também analisaremos.

Algo que grande parte dos livros (se não mesmo a sua totalidade) que recorrem ao género neutro têm em comum é uma nota introdutória explicativa, em que justificam esse uso ainda não padronizado, e orientam o público leitor para a importância da inclusão no setor literário.

A particularidade do uso do género neutro em *No Meu Bairro* é que não se refere exclusivamente a personagens não-binárias: pelo contrário, é usado como genérico⁶¹ (Pinto, 2024), evitando, assim, a primazia do masculino em grupos mistos. Isto verificou-se também em grande parte dos usos mais espontâneos que abordámos anteriormente. Por outro lado, na tradução (de *Género Queer: Memórias*), o uso do neutro é restrito apenas às personagens não-binárias.

O uso do género neutro por Lúcia Vicente distingue-se de grande parte dos outros que já abordámos, por adotar a terminação -us no plural de palavras cujo masculino tinha tema em -r: como em ‘leitorus’ e ‘professorus’. A autora explica na nota introdutória que faz essa mudança em relação ao sistema mais ‘comum’, mas não explica o porquê⁶². Fora essa opção, o uso do género neutro segue as diretrizes de Cassiano (2019): usa o artigo definido plural ‘es’, usa o neopronome pessoal ‘elu’, usa a terminação -e(s) em adjetivos e outras palavras como ‘todes’, ‘cavaleires’, ‘mesmes’, além da preposição contraída ‘des’.

A tradução de *Género Queer: Memórias*, adota, igualmente, terminações em -e no singular (‘professore’, ‘autore’, ‘bibliotecárie’, ‘adulte’) e o neopronome pessoal de 3ª

⁶⁰ *No Meu Bairro*, de Lúcia Vicente, é o primeiro, e (até à data) o único livro escrito e editado em Portugal que faz uso de género neutro (Pinto, 2024).

⁶¹ Como em “Escrevi este livro a pensar, (...), na disciplina de Cidadania, (...) em que (...) es professorus sentem falta de materiais didáticos para trabalhar em sala de aula.” (Vicente, 2023)

⁶² A única explicação de nos ocorre é uma possível analogia com o neopronome elu(s).

pessoa ‘elu’. Relativamente à concordância com artigos, há algumas incoerências (possivelmente gralhas) que apontamos, usando os seguintes exemplos:

- 10) Não conheço nenhum termo neutro de género para “tia”. Posso ser e bibliotecária dele? Ou e cartoonista? (Kobabe, 2023, p. 231)
- 11) O que temos de entregar ê Melanie? (p. 172)
- 12) Que trabalho é que ê Melanie disse que tínhamos de entregar hoje? (p. 172)
- 13) Quantos deles nunca viram um adulte não binária? (p. 237)

Em 10, ‘bibliotecária’ e ‘cartoonista’ são precedidos do artigo definido singular neutro (proposto), grafando-o sem acento circunflexo (contrariamente à recomendação de Cassiano (2019), que pensa que ‘ê’ permitiria um reconhecimento visual mais imediato). Em 11, temos a preposição contraída (‘a’+‘e’), que a tradutora grafa como ‘ê’ (em vez de ‘ae’, como sugerido por Cassiano). Lembrando que os guias que abordámos (e outros por eles inspirados) estão abertos a reformulações e o uso do neutro não é ainda regular nem sistemático, estas opções são justificadas, e não confundem quem lê.

São, porém, os exemplos 12 e 13 que parecem os mais confusos. Em 12, ‘ê’ parece funcionar como artigo definido, mas está grafado de forma diferente do que estavam em 10, confundindo-se com a preposição contraída usada na mesma página (ex. 11). Por fim, em 13, ‘adulte’ é antecedido por um artigo indefinido masculino.

O fenómeno de usar formas neutras de nomes mas fazer concordância com o masculino não é raro (Pinho-Silva, 2022): também nos agradecimentos da dissertação de Pinto (2024), ela escreve “Aos meus amigos, fonte de inspiração constante (...)”. Esse uso é irregular e instável, uma vez que, o corpo do texto, a autora já recorre à concordância com o neutro (‘ume personagem nomeade’) ou chega a misturar ambas as concordâncias (‘Morgan é ume destes protagonistas’).

A partir de dois *corpora* tão reduzidos, não é possível fazer uma projeção abrangente do que é o panorama atual do uso do género neutro em PE. Porém, é possível indicar que o uso do género neutro está profundamente ligado à comunidade LGBTQ+ e a grupos ativistas, aliás, como já vimos em relação às outras estratégias de inclusão linguística. O neopronome pessoal neutro mais usado é ‘elu’ e, salvo algumas exceções mencionadas,

é escolhida a desinência -e para o fim das palavras de género variável. O artigo definido mais comum é 'e', por vezes escrito 'ê'. Verificam-se algumas irregularidades, como expectável numa situação de mudança em curso, em que várias formas estão em concorrência.

3.5. Considerações finais

Apesar de alguma resistência à linguagem inclusiva, a maior parte dos linguistas (e mesmo a sociedade civil) tende a aceitá-la melhor do que ao género neutro, por ser menos disruptiva e evidente.

Dentro da linguagem inclusiva há duas vertentes: a binária – como as formas duplas 'alunos e alunas' – e a neutra – como 'estudantes' ou 'corpo estudantil'.

Já referimos em 3.3.2 que a linguagem inclusiva binária tem problemas, como excluir pessoas não-binárias e ser repetitiva. A estes acrescenta-se um terceiro problema, para o qual ainda não encontramos solução. Este liga-se ao masculino genérico e aos problemas associados a este: 1) ser metonímico, e tomar com protótipo da humanidade o homem, ou o masculino; 2) usos supostamente genéricos do masculino têm leituras específicas, que podem excluir o resto da população.

Ora, o uso de formas duplas (seja por que ordem for), explora o problema 2 e leva-o ao extremo, enumerando a expressão feminina e a masculina para realçar a especificidade de ambos. Idealmente, isto leva ao reforço das leituras específicas do masculino e, em última instância, poderia eliminar as leituras genéricas (resolvendo o problema 1). Porém, essa mudança hipotética não aconteceria rapidamente, pelo que usos genéricos do masculino previamente transparentes, passariam pelo processo de se tornarem específicos, agravando o próprio problema que queríamos evitar (o genérico ser confundido com específico).

Porém, uma forma (verdadeiramente) genérica seria uma solução melhor. Meseguer (2001, pp. 32–33) sugere, para o espanhol, uma estratégia diferente, que passaria por especificar lexicalmente (apenas) o masculino ("tengo un gato macho" vs "tengo una

gata), de modo a, eventualmente, a forma masculina (sem especificação lexical) se tornar verdadeiramente genérica. Neste caso, o problema 2 seria evitado, mas o masculino continuaria a ser prototípico da humanidade.

Passando para a vertente de linguagem inclusiva ‘neutra’, esta é explorada por López (2020, 2022) a par do género neutro: distingue dois conceitos: Linguagem Não-binária Indireta (LNI) e Linguagem Não-binária Direta (LND). LNI equivale genericamente à Neutralização (estratégia proposta por Abranches (2009)) e à Linguagem sem Conotação de Género (Leal et al., 2023), ou seja, evita marcas de género através paráfrases e uso de nomes sobrecomuns, enquanto que a LND se refere à inovação linguística, através do uso de neologismos e neomorfemas (como descrito em 3.4).

Ambas as estratégias têm vantagens e desvantagens: se a LND sinaliza de forma inequívoca o respeito pela identidade da pessoa não-binária referente e permite construções menos repetitivas, é também a mais difícil de aplicar de forma universal e sistemática, por implicar mudanças de foro gramatical, e não apenas lexical. Outro fator a ter em conta é um certo conservadorismo linguístico por parte de muitos falantes, que valorizam a norma e o padrão. Além disso, e precisamente por ser tão explícita no seu propósito incluir uma comunidade marginalizada através da mudança linguística deliberada, há riscos em usá-la publicamente, incluindo o discurso poder ser percecionado como ‘pouco natural’, ‘excessivamente informal’ ou mesmo inaceitável⁶³. Por outro lado, a LNI usa os recursos já presentes na língua para se referir a pessoas sem fazer referência ao seu género. Isto é bom, no sentido que há menos resistência à estratégia e se pode aplicar de forma mais generalizada com pouco esforço. Por outro lado, e como já vimos, a LNI é incapaz de resolver todos os problemas de comunicação e tradução, além de, por vezes, recorrer as formas que, ainda que não agramaticais, são pouco naturais e repetitivas. Mais ainda, o facto de ser discreta e não ‘destoar’ tanto

⁶³ Lembramos ainda reações mais perigosas, como a invasão da apresentação do livro *No Meu Bairro* por um grupo de extrema-direita e comentários de ódio direccionados à autora, descritos por Pinto (2024).

como o gênero neutro pode ser contraproducente em circunstâncias que requeiram visibilidade e representação da dissidência de gênero.

Isto não quer dizer, porém, que as várias estratégias estejam em competição e só uma (se alguma sequer) possa ser normalizada e perpetuada. Retomando a referência ao coletivo *silentparty*, a abertura do seu espetáculo UQSPS junta as três estratégias. Transcrevemos um excerto do guião e sublinhamos os segmentos relevantes:

T.A.: Olá, boa noite. Eu sou o Tiago Araújo

M: Eu sou a Mafalda

Manu: O meu nome é Manu

TJ: Eu sou a Tiago Jácome

Manu: Juntas formamos o coletivo silentparty.

Sejam bem-vindes a Um Quarto Só Para Si. (silentparty, 2023)

Manu apresenta-se através da fórmula “O meu nome é...”, o que contrasta com as apresentações dos restantes membros do coletivo “Eu sou a/o...”. Usa uma paráfrase (uma das estratégias da linguagem inclusiva) para evitar referências a gênero. Independentemente de haver uma pessoa que se apresenta no masculino, o grupo refere-se a si mesmo no feminino “Juntas formamos...” (feminização linguística), não deixando de admitir que a audiência é diversa, endereçando-a no neutro “Sejam bem-vindes...”.

Concluimos este capítulo, recapitulando as estratégias de resistência e inclusão linguística, caracterizando brevemente o seu uso e desenvolvimento.

A adoção de formas femininas, especialmente em títulos de profissões, é irregular, uma vez que expressões como ‘mestra’ vão surgindo mais comumente, enquanto formas como ‘poetisa’ começam a ser rejeitadas. O uso do feminino genérico é muito reduzido e usado sobretudo artisticamente e politicamente.

A linguagem inclusiva parece ser a estratégia aceite de forma mais abrangente, inclusive por algumas instituições. É de notar, porém, que mesmo instituições que teoricamente

se regem por guias deste tipo nem sempre parecem realmente dedicadas ao seu cumprimento.

Por fim, o uso do género neutro é muito restrito (quase exclusivo às camadas mais jovens da comunidade *queer*) e, por ser tão fortemente criticado, o que leva à hesitação de falantes (e talvez ainda algumas editoras) em o usar, ainda é assistemático. É de realçar ainda que o género neutro proposto tem duas funções: alternativa ao masculino genérico e referência a pessoas não-binárias.

Sem um reconhecimento civil, pessoas não-binárias legalmente não existem, o que causa a sua exclusão social e linguística. Por isso, o reconhecimento legal é, sem dúvida, um dos principais passos a seguir. Entretanto, seria positivo para a comunidade alargar o uso do género neutro, sobretudo oralmente, segundo qualquer dos sistemas, para a língua poder atuar e regularizar os usos que ainda são divergentes ou hesitantes.

Conclusão

Esta investigação sobre género gramatical tocou em várias subdisciplinas da linguística, principalmente, história da linguística, linguística histórica e sociolinguística.

As questões que parecem ser transversais ao estudo do género do género gramatical (desde a Grécia Antiga até à atualidade) são a relação entre essa categoria linguística e a forma das palavras, e mesmo o seu sentido. Sabemos que, apesar de haver exceções, em português, grande parte das palavras de tema em -a são femininas, assim como as de tema em -o são masculinas (Lacotiz, 2020). O género gramatical de grande parte dos nomes é atribuído sem motivação semântica. Exceções importantes são nomes variáveis com traço [+humano], bem como nomes comuns de dois géneros – que claramente refletem o género do referente.

Relativamente à mudança linguística verificada desde o latim até ao português contemporâneo, sabemos que houve uma simplificação do paradigma das declinações (de cinco, sobraram apenas três) e, ainda, o desaparecimento do género neutro se deu por dois principais motivos: 1) semelhança e fusão com o masculino na 2ª declinação, 2) (relativamente) poucas palavras eram neutras, o que levou a que o sistema linguístico eliminasse o género neutro. Já dentro do português, verificaram-se mudanças no género de palavras, algumas por analogia (aplicação de padrões conhecidos em palavras previamente fora do âmbito deles), muitas vezes relacionadas com a criação de uma forma feminina; outras relacionadas com a forma ou etimologia da palavra; outras palavras são mesmo de ‘género hesitante’, e fazem concordância ora com o masculino, ora com o feminino, dependendo da região, ou falante, entre outros fatores. É de realçar sobretudo a criação de formas femininas (e mesmo a sua rejeição), que podem refletir novas realidades sociais.

Também como forma de refletir novas realidades e valores sociais, surgem estratégias de inclusão linguística, como a feminização linguística (relativamente rara em PE), a linguagem inclusiva (defendida institucionalmente, mas raramente posta em prática, exceto por ativistas e pessoas queer) e o género neutro (a mais marginal das estratégias, por implicar mudanças gramaticais na língua, mas também aquela que, posta em

prática, poderia provocar uma evolução mais estrutural na língua e, assim, cumprir melhor os objetivos de inclusão).

Referências Bibliográficas

- Abranches, G. (2009). *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública* (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género).
- Alegre, P. (2016). *Marcação de Género e Classe Temática em Português e em Francês*. 64.
- Álvares, F. de C. (1786). *Breve compendio da grammatica portuguesa para uso das meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa*. António Rodrigues Galhardo.
<https://digital.iai.spk-berlin.de/viewer/!toc/834662868/1/-/>
- Argote, J. C. de. (1725). *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina*. Officina da Musica.
- Aristóteles. (1926). *Rhetoric* (J. H. Freese, Trad.; Vol. 3). Harvard University Press.
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0060>
- Aristóteles. (1998). *Poética* (E. de Sousa, Trad.; 5ª). Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Aristóteles. (2013). On Sophistical Refutations (E. S. Forster, Trad.). Em *On Sophistical Refutations; On Coming-to-be and passing-away; On the Cosmos*. Harvard University Press.
<https://archive.org/details/L400AristotleIIISophisticalRefutationsComingToBePassingAwayTheCosmos/page/140/mode/2up>
- Ballard, K. (2013). *The frameworks of English: Introducing language structures* (3rd ed). Palgrave Macmillan.
- Barros, J. de. (1540). *Grammatica da lingua Portuguesa*.
- Bloco de Esquerda. (2024). *EUROPA POR TI. Por uma Europa ecológica, justa, solidária, feminista, aberta ao mundo e de Paz*. <https://www.bloco.org/media/ManifestoEuropeias2024.pdf>
- Bodine, A. (1975). Androcentrism in Prescriptive Grammar: Singular «They», Sex-Indefinite «He», and «He or She». *Language in Society*, 4(2), 129–146.
- Bohner, G. (2001). Writing about rape: Use of the passive voice and other distancing text features as an expression of perceived responsibility of the victim. *British Journal of Social Psychology*, 40(4), 515–529. <https://doi.org/10.1348/014466601164957>
- Butler, J. (1999). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity* (10. anniversary ed). Routledge.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Routledge.
- Butler, J. (2023). *Corpos que Contam* (N. Quintas, Trad.; 1ª). Orfeu Negro.
- Butler, J. (2024). *Who's afraid of gender?* Farrar, Straus and Giroux.
- Caldas-Coulthard, C. R. (2007). *Caro Colega: Exclusão lingüística e invisibilidade*. 1.
- Cameron, D. (2005). Language, Gender, and Sexuality: Current Issues and New Directions. *Applied Linguistics*, 26(4), 482–502. <https://doi.org/10.1093/applin/ami027>
- Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*. (sem data). [Dataset]. <https://cantigas.fcsh.unl.pt/>
- Cassiano, O. (2019). *Guia para “Linguagem Neutra” (PT-BR)*. <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>
- Castro, I. (2004). *Introdução à História do Português*. Edições Colibri.
- Choupina, C. M., Baptista, A., & Costa, J. A. (2014). A gramática intuitiva, o conhecimento linguístico e o ensino-aprendizagem do género em PE. *Anais do IV Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa*, 3.

- Coelho, A. (Ed.). (2002). *Contos Populares Portugueses* (7ª). Publicações Dom Quixote.
- Corbeill, A. (2015). *Sexing the world: Grammatical gender and biological sex in ancient Rome*. Princeton University Press.
- Corbett, G. G. (1979). The Agreement Hierarchy. *Journal of Linguistics*, 15(2), 203–224.
- Corbett, G. G. (1991). *Gender*. Cambridge University Press.
- Corbett, G. G. (2006). *Agreement*. Cambridge University Press.
- Corpus do Português*. (sem data). [Dataset]. <https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/>
- Costa, J. A., & Choupina, C. M. (2012). *A história e as histórias do género em português: Percursos diacrónicos, sincrónicos e pedagógicos*.
- Coutinho, I. de L. (1938). *Pontos de Gramática Histórica*. Companhia Editora Nacional.
<https://archive.org/details/pontos-de-grama-tica-histo-rica-ismael-de-lima-coutinho/>
- Cuesta, P. V., & Luz, M. A. M. da. (1971). *Gramática da Língua Portuguesa*. Edições 70.
- Cunha, A. (2021). *Codeswitching entre português e inglês em falantes de português como língua materna*: [Mestrado]. Universidade do Porto.
- Cunha, C., & Lindley Cintra, L. F. (1996). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (12ª). Edições João Sá da Costa.
- Curzan, A. (2003). *Gender shifts in the history of English*. Cambridge University Press.
- Curzan, A. (2014). *Fixing English: Prescriptivism and language history*. Cambridge University Press.
- DeVun, L. (2021). *The shape of sex: Nonbinary gender from genesis to the renaissance*. Columbia University Press.
- Dezotti, L. C. (2011). *Arte menor e Arte maior de Donato: Tradução, anotação e estudo introdutório* [Mestrado em Letras Clássicas, Universidade de São Paulo].
<https://doi.org/10.11606/D.8.2011.tde-22092011-161749>
- Díaz, M. C. D. y. (1962). *Antologia del Latin Vulgar*. Gredos.
- Dicionário Integral da Língua Portuguesa*. (2009). Texto.
- Dionísio, o Trácio. (1874). *The grammar of Dionysios Thrax* (T. Davidson, Trad.).
<https://archive.org/details/grammarofdionysio00dionuoft/page/n3/mode/2up>
- Duarte, I. (2010). Mudam-se os tempos, muda-se a gramática. Em *Gramática: História, teorias, aplicações*.
- Faria, I. H. (2003). Contacto, variação e mudança linguística. Em *Gramática da Língua Portuguesa*. Caminho.
- Fontana, M. G. Z. (2015). Língua oficial e políticas públicas de equidade de género. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 36, 221–243.
- Frazer, A. K., & Miller, M. D. (2009). Double Standards in Sentence Structure: Passive Voice in Narratives Describing Domestic Violence. *Journal of Language and Social Psychology*, 28(1), 62–71. <https://doi.org/10.1177/0261927X08325883>
- Gouveia, M. C. F. (1997). Algumas mudanças de género em curso no Português. Em *Actas do XIII Encontro Nacional da APL* (pp. 339–352).
- Gouveia, M. C. F. (1998). A propósito do masculino genérico em português. *Actas do XIV Encontro Nacional da APL*, 21–28.

- Gouveia, M. C. F. (2005). A categoria gramatical de género do português antigo ao português actual. Em *Estudos em homenagem ao professor Mário Vilela* (pp. 527–544). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Guthke, K. S. (1999). *The gender of death: A cultural history in art and literature*. Cambridge University Press.
- Halliday, M. (1978). *Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning*. University Park Press.
<https://archive.org/details/languageassocial0000hall/mode/2up>
- Hilgert, J. G. (2001). A construção do texto «falado» por escrito: A conversação na internet. Em *Fala e escrita em questão* (pp. 17–55). Humanitas.
- Hillman, D. C. A. (2013). *Hermaphrodites, Gynomorphs and Jesus: She-Male Gods and the Roots of Christianity*. Ronin Publishing.
- Hung Ng, S. (2007). Language-Based Discrimination: Blatant and Subtle Forms. *Journal of Language and Social Psychology*, 26(2), 106–122. <https://doi.org/10.1177/0261927X07300074>
- Kilarski, M. (2013). *Nominal classification: A history of its study from the classical period to the present*. John Benjamins publishing company.
- Kobabe, M. (2023). *Género Queer: Memórias* (E. Fontes, Trad.). ASA.
- Lacotiz, A. (2020). *Flexão de Género: Estudo historiográfico sobre a genealogia dos conceitos e abordagem semiótica da morfologia no português*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Lakoff, G. (1987). *Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind* (paperback ed., [Nachdr.]). The Univ. of Chicago Press.
- Lakoff, R. (1973). Language and woman's place. *Language in Society*, 2(1), 45–79.
<https://doi.org/10.1017/S0047404500000051>
- Law, V. (2003). *The history of linguistics in Europe from Plato to 1600*. Cambridge University Press.
- Le Guin, U. K. (2022). O género é necessário? Redux (1976/1987). Em *A FICÇÃO COMO CESTA: UMA TEORIA e outros textos* (pp. 43–79). Dois Dias.
- Leal, D., Freitas, J. P., Magalhães, S., & Matias, M. (2023). *Guia para a Utilização de Linguagem Inclusiva*. Universidade do Porto.
- Lippi-Green, R. (2012). *English with an accent: Language, ideology and discrimination in the United States* (2nd ed). Routledge.
- Livia, A. (Ed.). (1997). *Queerly phrased: Language, gender, and sexuality*. Oxford University Press.
- Lobato, A. J. dos R. (1770). *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*. Regia Officina Typografica.
- Lobo, C. R., & Gaigaia, V. (2014). *Guia para a Linguagem Oral Não-binária ou Neutra (PT-BR)*.
https://diversidades.fandom.com/pt-br/wiki/Linguagem_n%C3%A3o-bin%C3%A1ria_ou_neutra
- Lopes, A. C. M., & Carapinha, C. (2013). *Texto, Coesão e Coerência*. Edições Almedina.
- Lopes, C. D. S. (2003). *A inserção de «a gente» no quadro pronominal do português*. Iberoamericana Vervuert. <https://doi.org/10.31819/9783865278494>
- López, Á. (2020). Cuando el lenguaje excluye: Consideraciones sobre el lenguaje no binario indirecto. *Cuarenta naipes*, 3, 295–312.

- López, Á. (2022). Trans(de)letion: Audiovisual translations of gender identities for mainstream audiences. *Journal of Language and Sexuality*, 11(2), 217–239.
<https://doi.org/10.1075/jls.20023.lop>
- Lourenço, F. (2019). *Nova gramática do Latim*. Quetzal Editores.
- Macedo, A. G., & Amaral, A. L. (2005). *Dicionário da Crítica Feminista*. Edições Afrontamento.
- Mäder, G. (2015). *Masculino Genérico e Sexismo Gramatical*. 159.
- Mäder, G., & Severo, C. G. (2016). Sexismo e políticas linguísticas de gênero. Em *Sociolinguística e política linguística: Olhares contemporâneos* (pp. 245–260). Blucher.
- Marques, V., & Santos, D. (2021). *Guia Prático Para Um Português Inclusivo*. QueerIST.
- Mateus, M. H. M. (2003). O tempo e o espaço da língua portuguesa. Em *Gramática da Língua Portuguesa*. Caminho.
- Matos, J. (2020). *Poderá uma língua natural ser sexista? Avaliação do impacto de informação gramatical e de estereótipos de género na compreensão de enunciados com sujeitos masculinos genéricos em Português Europeu* [Mestrado]. Universidade Nova de Lisboa.
- Mattoso Câmara, J. (2004). *Estrutura da Língua Portuguesa*. Vozes.
- McConnell-Ginet, S. (2014). Gender and its relation to sex: The myth of ‘natural’ gender. Em *The expression of gender* (pp. 3–38). De Gruyter Mouton.
- Meireles, C. (2001). *Antologia Poética*. Nova Fronteira.
- Mendes, A. (2013). Processos de Gramaticalização. Em *Gramática do Português: Vol. I* (pp. 249–293). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendonça, B. (2024). *José Carlos Malato (parte 1): “Tem sido uma vida inteira a navegar águas verdes sem fundo e a adiar o espelho. Deixei de beber, de sofrer por amor e já não me apetece morrer”* [Transmissão].
<https://open.spotify.com/episode/4jGVfAMFI2F09xD5P1N4DK?si=463997346a994e7e&nd=1&dlsi=6a55b1e1fa634025>
- Meseguer, Á. G. (1976). Sexismo y lenguaje. *Cambio16*, 260.
https://www.grijalvo.com/Alvaro_Garcia_Meseguer/Sexismo_y_lenguaje.htm
- Meseguer, Á. G. (2001). Es sexista la lengua española? *Panace@*, 2(3).
- Mota, M. A. (2016). *A Categoria gramatical Género, nos nomes e adjetivos do Português: Algumas reflexões*.
- Moure, T. (2022). *Linguística escreve-se com A: A perspetiva de género nas ideias sobre a linguagem*. Através Editora.
- Oliveira, F. de. (1536). *Grammatica da lingoagem portuguesa*.
- Oliveira, T. S. de. (2015). A Queda do gênero neutro do latim: Questiónculas sobre a divergência entre o gênero real e o gênero gramatical. *Revista Philologus*, 21(63), 22–32.
- Ostermann, A. C., & Borba, R. (2008). Gênero ilimitado: A construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Estudos Feministas*, 16(2), 409–432.
- Paradis, C. (2012). Lexical Semantics. Em C. A. Chapelle (Ed.), *The Encyclopedia of Applied Linguistics* (p. wbeal0695). Blackwell Publishing Ltd.
<https://doi.org/10.1002/9781405198431.wbeal0695>

- Parlamento Europeu. (2018). *Linguagem Neutra do Ponto de Vista do Género no Parlamento Europeu*. https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/187108/GNL_Guidelines_PT-original.pdf
- Pinho-Silva, S. (2022). Gender-neutral: A study of gender-fair language and of artificial introduction of a neuter gender to European Portuguese. Em *Livro de Resumos do 15.º Encontro de Investigação Jovem da U.Porto* (p. 148). Universidade do Porto. https://www.up.pt/ijup/wp-content/uploads/sites/892/2022/06/Livro_de_Resumos_versao_final-.pdf
- Pinto, C. F. (2024). *Fora do Binário: A Utilização de Linguagem Neutra e Inclusiva na Edição em Língua Portuguesa* [Mestrado]. Universidade Nova de Lisboa.
- Quintiliano. (1920). *Institutio Oratoria* (H. E. Butler, Trad.; Vol. 1). Harvard University Press. <http://data.perseus.org/citations/urn:cts:latinLit:phi1002.phi0011.perseus-eng1:1>
- Reynolds, M. (Ed.). (2001). *The Sappho Companion*. Vintage.
- Ribeiro, A. T. (2024, agosto 20). Governo aprova questionário da DGS sobre “pessoas que menstruam”. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/4076809452/governo-aprova-questionario-da-dgs-sobre-pessoas-que-menstruam/>
- Roboredo, A. de. (1619). *Methodo Grammatical para todas as linguas*.
- Rocha, L. C. de A. (1981). *O género do substantivo em português: Uma categoria morfo-sintática*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Said Ali, M. (1964). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (3ª). Edições Melhoramentos.
- Schwindt, L. C. (2018). *Exponência de gênero e classe temática em português brasileiro*.
- Schwindt, L. C. (2020). Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da ABRALIN*, 19(1), 1–23.
- Sexto Empírico. (1949). *Against the Professors* (R. G. Bury, Trad.). Harvard University Press. https://archive.org/details/sextusempiricus_201912/page/n1/mode/2up
- silentparty. (2023). *Um quarto só para si* [Guião]. Teatro Municipal do Porto, Porto.
- Sousa-Silva, R. (2021). As Implicações Linguísticas da Identidade. Em *Vulnerabilidade e direitos: Género e diversidade*. Centro de Investigação Jurídico-Económica.
- Tecedeiro, A., & Falésia, L. (2023). *Cábula para uso de linguagem inclusiva e de género neutro*.
- Thomason, S. (2007). Language Contact and Deliberate Change. *Journal of Language Contact*, 1(1), 41–62. <https://doi.org/10.1163/000000007792548387>
- Trainer, T. (2021). *The (non)binary of success and failure*: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Varrão, M. T. (2019). *Varro: De lingua Latina: introduction, text, translation, and commentary* (W. D. C. de Melo, Trad.; First edition). Oxford University Press.
- Veloso, J. (2017). *Exmº Srº Drº, Senhora Presidenta, Car@s Amig@s e o Sexo dos Anjos*. <https://ojoaoveloso.wordpress.com/2017/02/26/exmo-sro-dro-senhora-presidenta-cars-amigs-e-o-sexo-dos-anjos/>
- Viaro, M. E. (2011). *Etimologia*. Contexto.
- Vicente, L. (2023). *No Meu Bairro*. Nuvem de Letras.
- Vilela, M. (1973). Considerações gerais sobre o género: O género dentro das categorias gramaticais. *Revista da Faculdade de Letras: Filologia*, 1(Número Único), 139–150.

Villalva, A. (2003). Estrutura morfológica básica. Em *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 919–938). Caminho.

Williams, E. B. (1973). *Do Latim ao Português: Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa* (2ª). Tempo Brasileiro.

Anexos